

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

ALINE VIEIRA VARGAS

O *DITO* DEPOIS DE GRICE: EXPLICATURAS OU IMPLICATURAS *DEFAULT*?

Orientador: Prof. Dr. Jorge Campos da Costa

PORTO ALEGRE

2014

ALINE VIEIRA VARGAS

O *DITO* DEPOIS DE GRICE: EXPLICATURAS OU IMPLICATURAS *DEFAULT*?

Dissertação apresentada como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Campos da Costa

Porto Alegre

2014

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Jorge Campos, pela confiança.

Ao Prof. Marcos Goldnadel pelas aulas estimulantes.

À minha família por tudo o que jamais poderia ser expresso em uma frase.

Ao meu marido pelo amor e pela compreensão.

Ao CNPq por ter financiado minha pesquisa.

“...E tu scopri che il mondo deve essere pieno di cose meravigliose e per conoscerle tutte, visto che la vita non ti basterà a percorrere tutta la terra, non rimane che leggere tutti i libri.”

Umberto Eco - Baudolino

RESUMO

Este trabalho pretende contribuir para o debate atual entre a Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 1986, 1885; CARSTON, 2002) e a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas de Levinson (2000). A divergência principal entre as duas teorias diz respeito ao modo como descrevem certas implicaturas consideradas mais salientes ou previsíveis. Tais implicaturas são chamadas de *explicaturas* na Teoria da Relevância, e de *implicaturas default* na teoria de Levinson. Enquanto o último defende que implicaturas *default* são geradas de forma automática e desencadeadas por certos tipos de enunciados ou expressões, porém, a primeira considera que implicaturas e explicaturas são geradas por um mesmo mecanismo inferencial, o qual é sempre dependente de reconhecimento de intenções. Assim, a diferença traçada entre implicaturas e explicaturas, na Teoria da Relevância, é justificada por outra propriedade, qual seja, o fato de essas últimas serem conteúdos explícitos capazes de interferir nas condições de verdade dos enunciados. Os conceitos de implicatura *default* e de explicatura, portanto, não são equivalentes, e surgem de um recorte diferente das duas teorias tendo em vista seus objetivos descritivo-explanatórios. Isso torna complexa a comparação entre os dois conceitos, especialmente porque a Teoria da Relevância compromete-se com os mecanismos cognitivos responsáveis pela geração das implicaturas e explicaturas, sendo uma teoria interdisciplinar, enquanto Levinson propõe uma discussão mais centrada na linguística, sem se comprometer com mecanismos cognitivos subjacentes. Mesmo tendo em vista essas diferenças, contudo, nos últimos anos tornou-se comum a realização de experimentos que supostamente testam as previsões das duas teorias, ignorando-se o fato de que Levinson não faz previsões sobre como as implicaturas *default* são processadas. Os objetivos desse trabalho, tendo em vista essas questões, são os seguintes: a) mostrar os problemas da teoria de Levinson se tomada de um ponto de vista cognitivo, principalmente com relação ao gasto cognitivo gerado pelo cancelamento das implicaturas *default* nos muitos casos em que são incompatíveis com o contexto; b) argumentar que as implicaturas *default* não constituem uma classe natural, abarcando fenômenos diversos; c) mostrar que a Teoria da Relevância, embora tenha previsões plausíveis sobre o processamento de implicaturas e explicaturas, não possui critérios necessários e suficientes capazes de diferenciar esses dois tipos de inferências. A nossa conclusão é de que os conceitos sobre os quais esse debate se funda são entidades sem identidade cara. Assim, através da aplicação do princípio científico da Navalha de Occam, defendemos que esses níveis intermediários não

têm, ao menos até o momento, sua existência justificada como um nível separado das implicaturas.

Palavras-chave: Pragmática – Teoria da Relevância – Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas de Levinson

ABSTRACT

This work is a contribution to the contemporary debate between Relevance Theory (Sperber and Wilson, 1986, 1985; Carston, 2002) and the Theory of Generalized Conversational Implicature (Levinson, 2000). The main difference between the two theories regards to how they describe some implicatures considered salient or predictable. These implicatures are called *explicatures* in Relevance Theory, and *default implicatures* in Levinson's theory. While the latter argues that default implicatures are automatically generated, being triggered by specific types of utterances or expressions, Relevance Theory argues that both implicatures and explicatures are generated by the same mechanism, which is always inferential and dependent on intention recognition. Thus, the difference between implicatures and explicatures in Relevance Theory is justified by another property, namely, the fact of the latter to be considered as an explicit content capable of affect the truth-conditions of utterances. Therefore, the concepts of default implicature and explicature are not equivalent and arise from the two different bias of these theories, given their descriptive and explanatory goals. This fact makes comparisons between the two concepts difficult, especially because Relevance Theory has a commitment to the cognitive mechanisms responsible for the generation of implicatures and explicatures, being an interdisciplinary theory, while Levinson proposes a more focused discussion inside Linguistics, without the commitment to underlying cognitive mechanisms. Considering these differences, in recent years it has become common to perform experiments that supposedly test the predictions of these two theories, ignoring the fact that Levinson does not make clear predictions about how the default implicatures are processed. In view of these issues, the objectives of this work are the following : a) to show the problems of Levinson's model when it is taken from a cognitive point of view, especially with respect to the cognitive expenditure generated by the cancellation of default implicatures in many cases where they are inconsistent with the context, b) to argue that default implicatures do not form a natural class, being composed of several distinct phenomena, and c) to show that Relevance Theory, although presenting clear and plausible predictions about the processing of implicatures and explicatures, has no valid criterion able to differentiate these two types of inference. Our conclusion is that the concepts on which this discussion is based are entities without identity. Thus, by applying the scientific principle of Occam's Razor, we argue that these levels do not have, at least so far, justification to be considered a separate level of implicatures.

Keywords: Pragmatics - Relevance Theory – Levinson’s Theory of Generalized Conversational Implicature

LISTA DE ABREVIATURAS

ICG - Implicatura Conversacional Generalizada

ICP - Implicatura Conversacional Particularizada

TR – Teoria da Relevância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 PRAGMÁTICA: ORIGENS E DESENVOLVIMENTO.....	15
1.1 UM BREVE PANORAMA.....	15
1.2 GRICE E SUA TEORIA DA COMUNICAÇÃO.....	17
1.2.1 Grice e as Implicaturas Conversacionais Generalizadas.....	21
1.2.2 Grice e o Conceito de Dito.....	24
1.3 SUBDETERMINAÇÃO SEMÂNTICA E AS TEORIAS NEO E PÓS-GRICEANAS....	27
2 TEORIAS NEO E PÓS-GRICEANAS: LEVINSON (2000) E TEORIA DA RELEVÂNCIA.....	29
2.1 HORN E A REDUÇÃO DAS MÁXIMAS CONVERSACIONAIS.....	30
2.2 LEVINSON E A TEORIA DAS IMPLICATURAS CONVERSACIONAIS GENERALIZADAS.....	31
2.2.1 ICGs e Heurísticas.....	33
2.2.2 O Problema de Projeção das ICGs.....	35
2.2.3 Construções Intrusivas.....	36
2.3 TEORIA DA RELEVÂNCIA.....	39
2.3.1 Teoria da Relevância: Fundamentos.....	39
2.3.2 Implicaturas e Explicaturas.....	43
3 ICGS E EXPLICATURAS: ENTIDADES SEM IDENTIDADE?.....	48
3.1 PROBLEMATIZANDO O CONCEITO DE ICGS: IMPLICATURAS ESCALARES....	50
3.2 UM PADRÃO PARA OS CANCELAMENTOS.....	51
3.2.1 Item mais forte da escala é irrelevante ou não está saliente no contexto.....	53
3.2.1.1 O termo mais forte da escala não se aplica em nenhuma circunstância.....	55
3.2.2 O falante não sabe se o termo mais forte da escala se aplica.....	57
3.3 CANCELAMENTO DA IMPLICATURA ESCALAR E CONTEXTO.....	59
3.4 INTERFERÊNCIA DE FATORES PROSÓDICOS.....	61
3.5 ICGS E IMPLICATURAS POTENCIAIS.....	63

3.6 ICGS: UMA CLASSE NATURAL?.....	65
3.6.1 A Classe das Implicaturas-Q.....	67
3.6.2 A Classe das Implicaturas-I.....	70
3.6.2.1 O Reforço do “e”.....	71
3.6.3 A Classe das Implicaturas-M.....	73
3.7 PROBLEMATIZANDO O CONCEITO DE EXPLICATURA.....	74
3.7.1 Explicaturas: Testes Propostos.....	74
3.7.2 Explicaturas e Conteúdo Explícito.....	81
3.7.3 Critérios Insuficientes.....	86
CONCLUSÃO.....	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	90

INTRODUÇÃO

O campo de estudos a que podemos chamar de pragmática inferencial (SPERBER; WILSON, 1995), que tem origem nos trabalhos de Grice (1975 [1957]/1975), encontra-se hoje dividido em duas grandes correntes: a primeira é formada por teóricos como Levinson (2000) e Horn (2004), comumente denominados *neogriceanos*, os quais procuram dar, de certa forma, continuidade ao programa de Grice; a segunda é formada por teóricos da relevância, frequentemente referidos como *pós-griceanos*, os quais buscam motivações cognitivas para explicar a geração e a interpretação de inferências, distanciando-se mais acentuadamente da teoria griceana tradicional. Para os neogriceanos, Grice teve um *insight* importante ao perceber que algumas implicaturas não são calculadas *a partir* do contexto, mas ocorrem sempre, *a não ser* que o contexto as cancele. Levinson (2000), porém, vai mais além e propõe que certas inferências, diferentemente das implicaturas tradicionais, são automáticas, sendo desencadeadas por certas construções ou enunciados-tipo. Essas inferências não dependem do reconhecimento das intenções do falante ou do contexto, mas da maneira como a linguagem é geralmente usada, sendo associadas de maneira convencional à estrutura dos enunciados. Assim, *alguns*, em “*Alguns* alunos fizeram a prova”, por exemplo, desencadeia automaticamente a implicatura de que “*nem todos* os alunos fizeram a prova”, ainda que essa implicatura possa ser cancelada sem gerar contradição: “Alguns alunos fizeram a prova. Na realidade, todo mundo fez o exame.” Essas implicaturas, embora se assemelhem às implicaturas conversacionais generalizadas propostas por Grice (1975), apresentam diferenças importantes em relação a essas últimas. De fato, para Levinson (2000), as implicaturas *default* apresentam certas características particulares que justificam distingui-las das implicaturas particularizadas. Em primeiro lugar, elas são inferências automáticas, geradas por heurísticas específicas. Além disso, elas também têm a propriedade de “entrar” nas condições de verdade dos enunciados em que se encontram, interferindo, em certos casos, no cálculo composicional. Finalmente, elas não são codificadas, mas também não são casuais (*ad hoc*), não podendo, portanto, ser encaixadas em nenhum dos níveis tradicionais do significado. Levinson (2000) defende, por essas razões, que essas implicaturas formam um terceiro nível de significado, o nível do enunciado-tipo, o qual não pode ser reduzido nem ao nível do *dito*, nem ao nível do implicado.

Para os relevantistas, por outro lado, não há implicaturas automáticas, uma vez que toda e qualquer implicatura é calculada através de pistas contextuais e reconhecimento de intenções. Embora admitam que algumas implicaturas intuitivamente soam mais prováveis do

que outras, explicam que isso ocorre porque seus contextos de interpretação são mais comuns, sendo, portanto, acessados mais rapidamente pelo cérebro. Ou seja, a teoria admite, no máximo, que alguns contextos podem se tornar mais salientes por serem mais usuais¹. Além disso, assumem a existência de apenas dois níveis de significado, o primeiro formado pelas implicaturas e o segundo pelas explicaturas, ambos gerados por um mesmo mecanismo pragmático.

Embora os objetivos e fundamentos das duas teorias sejam diferentes, a teoria de Levinson sendo eminentemente linguística, e a Teoria da Relevância² sendo uma teoria em psicologia cognitiva, elas competem no cenário atual. Isso se deve ao fato de fazerem descrições concorrentes sobre os mesmos fenômenos, embora não seja possível traçar uma correspondência direta entre os conceitos de implicatura conversacional generalizada³, da teoria de Levinson, e de explicatura, da TR. Essa impossibilidade decorre do diferente recorte teórico-metodológico proposto por cada uma das teorias. Enquanto a TR acredita que uma distinção deva ser traçada entre inferências que possuem a propriedade de interferir na determinação dos valores de verdade dos enunciados e inferências cuja forma proposicional é independente do enunciado principal, Levinson (2000) defende que a distinção relevante para as implicaturas esteja entre implicaturas automáticas (as ICGs) e implicaturas *nonce* (implicaturas conversacionais particularizadas). Contudo, embora as duas teorias usem critérios distintos para suas divisões, a maior parte dos fenômenos tratados como ICGs por Levinson são tratados como explicatura pela TR e vice-versa. É nesse sentido que as teorias efetivamente concorrem, pois a TR prevê que nenhum tipo de inferência pode ser automático, mesmo que contribua para a explicatura, enquanto Levinson defende que as ICGs são significados *default* ativados de forma automática quando certas expressões ou enunciados são usados.

Durante esse trabalho, iremos, portanto, assumir a existência de um certo tipo de inferências com propriedades particulares, as quais os conceitos de implicatura *default* e

¹ Como explica Carston: “Os teóricos da relevância não fazem nenhuma distinção que tenha peso teórico entre implicaturas generalizadas e particularizadas. Certamente, implicaturas variam em sua generalidade, algumas são muito gerais, outras um pouco menos, e algumas são essencialmente únicas (*nonce*), mas esse é um contínuo. Nenhuma implicatura é gerada por inferências automáticas; pelo contrário, elas devem ser licenciadas via relevância contextual.” No original: “Relevance theorists make no distinction of any theoretical import between generalized and particularized implicatures. Of course, implicatures vary in their generality, some being very general, others less so, and some being essentially one-off (*nonce*), but this is a continuum situation. No implicatures are a matter of default inference; rather, all must be warranted by contextual relevance.” (CARSTON, 2004, p.8)

² Doravante TR.

³ Referiremos essas implicaturas através da sigla “ICG”. Algumas vezes, porém, para uma maior clareza, usaremos também os termos “inferência *default*” e “implicatura *default*”, uma vez que o termo “implicaturas conversacionais generalizadas” poderia remeter, nesses contextos, à teoria de Grice.

explicatura procuram capturar. No entanto, tentaremos mostrar que cada uma das teorias redimensiona o fenômeno identificado por Grice de acordo com seus propósitos e fundamentos. Assim, teríamos três recortes diferentes para a intuição griceana de que certas implicaturas são mais gerais ou comuns do que outras: o próprio conceito griceano de ICG, as implicaturas *default* de Levinson, e, enfim, as explicaturas da Teoria da Relevância. Disso se segue uma conclusão fundamental desse trabalho, qual seja, que uma comparação direta entre as teorias, sem que se leve em conta os contextos particulares em que esses objetos são gerados, resulta em uma discussão estéril.

Essas questões, além disso, adquirem grande relevância quando levadas para o campo da pragmática experimental. De fato, nos últimos anos a disputa entre a TR e a Teoria das ICGs de Levinson vem ganhando terreno também nessa área. O problema é que, uma vez que Levinson não se compromete com questões ligadas ao processamento das ICGs, fica a cargo dos pesquisadores elaborar hipóteses sobre como esse processamento ocorre. Nesse sentido, esses experimentos não estão testando diretamente a teoria de Levinson, mas uma hipótese do pesquisador sobre como o processamento das ICGs poderia ocorrer. Portanto, diferentemente do que parecem advogar os estudiosos envolvidos nessas pesquisas, os experimentos não podem, por definição, resolver esse debate, uma vez que propõem uma interface com a qual Levinson não se compromete.

Nesse trabalho iremos argumentar, outrossim, que as ICGs não formam uma classe natural, abrangendo inferências com propriedades distintas. A nosso ver, isso pode gerar problemas para a teoria de Levinson, uma vez que abala, em seus fundamentos, a própria razão para que as implicaturas *default* formem um nível separado de significado, além de levantar a possibilidade de que existam muitos outros tipos de defaults. Isso também tem consequências para os experimentos. Afinal, se a categoria das ICGs não é uma classe homogênea, o que exatamente esses experimentos estão testando? Em outras palavras, ao escolherem testar um certo tipo de implicatura *default*, isso não poderá ser generalizado para os outros, por se tratar de inferências de natureza diferente.

Em relação à teoria de Levinson, levantamos ainda outra questão. De fato, seria possível argumentar que a característica comum a todas as implicaturas *default* está justamente no fato de serem *defaults*, ou seja, automáticas. Defenderemos, no entanto, que esse caráter automático pode se tornar problemático quando tomamos “automaticidade” de um ponto de vista cognitivo. Embora sublinhemos que não há, por parte de Levinson, esse comprometimento, acreditamos que essa questão mereça ser levantada, mesmo porque é

inegável a existência, em seu trabalho, de certas sugestões relativas ao processamento dessas inferências.

A Teoria da Relevância, por outro lado, embora parta de um recorte diferente, tampouco possui um critério eficiente para distinguir implicaturas e explicaturas. Embora as explicaturas sejam descritas como inferências mais fortes (havendo mesmo uma discussão interna sobre elas serem ou não canceláveis) e explícitas, a teoria não especifica o que exatamente entende por “explicitude”, gerando uma definição circular. Além disso, procuramos mostrar que a “explicitude” não pode ser tomada como o conteúdo que falantes normalmente consideram como sendo o conteúdo explícito dos enunciados, como mostram diversas pesquisas recentes. Assim, a “explicitude” não pode corresponder às nossas intuições sobre o que foi dito; ou seja, não somos capazes de, intuitivamente, distinguir implicaturas e explicaturas (como proposto pelo Princípio de Disponibilidade de Récanati (1993)). Também examinamos alguns testes propostos por Carston (1988) e concluímos que não há, no momento, nenhum teste capaz de demarcar as fronteiras entre explicaturas e implicaturas de maneira clara. Portanto, o nível das explicaturas, assim como o nível das ICGs, não tem sua existência garantida, uma vez que seu papel como um nível independente até o momento é meramente uma hipótese.

Esse trabalho está organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo revemos as origens históricas de ambas as teorias; no segundo capítulo expomos o modelo da Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas de Levinson e da Teoria da Relevância; no terceiro capítulo passamos à análise propriamente dita, questionando primeiramente o fato das ICGs serem consideradas implicaturas independentes de contexto, uma vez que parecem ser altamente sujeitas a cancelamentos; em seguida defendemos que as ICGs não formam uma classe natural, já que não apresentam propriedades comuns claras; finalmente, passamos à análise da explicatura, examinando os testes propostos para diferenciá-las das implicaturas e chegando a conclusão de que esses se mostram insuficientes para distinguir os dois níveis. Como consequência das discussões propostas, argumentamos que o debate travado entre as explicaturas da TR e as ICGs de Levinson é um debate entre entidades sem identidade clara.

1 PRAGMÁTICA: ORIGENS E DESENVOLVIMENTO

Os estudos sobre o significado têm origens muito mais antigas do que aquelas que serão apresentadas neste trabalho. De fato, o significado sempre esteve em um lugar central nas discussões filosóficas desde Platão, em que estudar a linguagem correspondia a estudar o que e como a linguagem significa. Nosso objetivo, porém, é tão somente de localizar historicamente as discussões a serem abordadas por esse trabalho, uma vez que acreditamos ser importante conhecer os fundamentos das teorias para que possamos compreender suas propostas e os problemas que buscam resolver. Neste percurso, iremos partir de Morris e de sua distinção de tarefas entre a semântica, a pragmática e a sintaxe até chegar a Grice, filósofo que, sem dúvida, foi responsável por promover um novo olhar sobre o significado, estabelecendo grande parte das questões de que se ocupam até hoje filósofos da linguagem, semanticistas, pragmaticistas, entre outros.

1.1 UM BREVE PANORAMA

Charles Morris⁴ (1938) foi o primeiro a falar em um ramo de estudos chamado “pragmática”. Ele a definiu, de um ponto de vista semiótico, como a ciência que estuda a relação dos signos com seus intérpretes. Assim, a pragmática passou a ocupar um lugar de destaque junto à sintaxe e à semântica, definidas, respectivamente, como a ciência que estuda as relações entre os signos e a ciência que estuda a relação dos signos com os objetos que representam. Contudo, a pragmática não recebeu, em suas origens, a mesma atenção que as outras áreas, tendo sido frequentemente chamada de “lata de lixo” da linguística.⁵

A primeira tentativa de definir o objeto da pragmática, porém, deve-se a Bar-Hillel (1954), que, em seu artigo “Expressões indiciais”, explorou o papel do contexto para a determinação da referência de enunciados. O filósofo observou que certos enunciados não exprimem sempre a mesma proposição, pois dependem de informações como o lugar e o tempo em que foram proferidos para que possam ser avaliados. Desta forma, foi um dos primeiros a reconhecer a importância do contexto, através das expressões indiciais, para que certas sentenças possam ter interpretação semântica (COSTA, 1984).

⁴ Morris, como é sabido, foi fortemente influenciado pelo filósofo Charles Peirce.

⁵ A expressão foi utilizada pela primeira vez pelo filósofo e linguista Bar-Hillel (1971).

Durante os anos 50, contudo, a linguística sofreu uma influência formalista muito forte, sendo concebida como uma espécie de matemática da linguagem. Como é sabido, nesse período Chomsky trouxe a sintaxe para o centro das discussões linguísticas, defendendo que as estruturas sintáticas poderiam ser perfeitamente descritas sem que se fizesse apelo ao significado⁶. Tal visão predominou por algum tempo, até que alguns ex-alunos de Chomsky decidiram trazer a semântica de volta para um lugar de privilégio. Nascia a chamada semântica gerativa, da qual participaram linguistas como Jerry Katz, John Robert Ross e George Lakoff. Esse movimento, contudo, não durou muito tempo, pois logo eles perceberam que a sintaxe não era o melhor lugar para explicar o significado (LAKOFF, 1989). Por outro lado, a semântica continuou a ser estudada fora da linguística, merecendo a atenção de muitos filósofos, alguns dos quais provocaram grandes impactos nos estudos sobre o significado.

De fato, havia uma disputa entre duas visões opostas sobre a linguagem no terreno da filosofia da linguagem nos anos cinquenta. De um lado, os filósofos da linguagem ideal (cujos principais expoentes foram Gottlob Frege, Alfred Tarski e Bertrand Russell) criavam sistemas lógicos e viam a linguagem natural com desconfiança, uma vez que era cheia de vagueza e ambiguidade. Alguns de seus seguidores, porém, buscaram aplicar suas teorias e metodologias para o estudo da linguagem natural, criando um novo ramo de estudos, hoje chamado de “Semântica Formal”. Dentre eles estão Richard Montague, Donald Davidson e David Lewis (HUANG, 2007). Tais filósofos compartilhavam a crença de que saber uma língua é como saber uma espécie de teoria por meio da qual podemos dedutivamente estabelecer as condições de verdade para qualquer sentença dessa mesma língua (RÉCANATI, 2004). Para estes filósofos, a pragmática era vista como uma disciplina formal, a qual investigava as expressões indiciais, isto é, as expressões cujos valores são dados no contexto de uso. A intenção desses estudiosos⁷ era de sistematizar quais os traços relevantes do contexto para que os enunciados com essas expressões pudessem ser interpretados semanticamente.

De outro lado estavam os filósofos da linguagem comum (ou “filósofos de Oxford”, uma vez que a maioria desses filósofos eram ligados àquela universidade)⁸, interessados em estudar a linguagem natural tal como ela é usada, em todas as suas peculiaridades e

⁶ Com o objetivo de ilustrar este fato, Chomsky (1957) criou a seguinte frase, hoje célebre: “Ideias verdes incolores dormem furiosamente.” A frase, perfeita do ponto de vista sintático, não faz sentido de um ponto de vista semântico (algo que é incolor não pode ser verde ao mesmo tempo).

⁷ Dentre os quais se destaca, sem dúvida, o nome de Bar-Hillel (1954), o qual definiu a pragmática como a ciência que estuda as línguas, quer sejam naturais ou artificiais, que contém termos indexicais ou dêiticos.

⁸ Apesar de ser referido muitas vezes como um movimento, representou mais uma tendência comum a vários filósofos.

imperfeições. Esses filósofos defendiam, portanto, uma revalorização da linguagem corrente, perfeitamente adequada aos fins que se propõe. Além disso, rejeitavam equacionar o significado das sentenças com suas condições de verdade (RÉCANATI, 2004). Entre esses filósofos estavam Peter Strawson, J. L. Austin e o II Wittgenstein. Para eles, somente enunciados ou atos de fala poderiam expressar proposições e, portanto, ter condições de verdade⁹. De fato, eles se opunham ao neopositivismo lógico que predominava na filosofia da época e que reduzia a linguagem a sentenças declarativas. A postura de Wittgenstein ilustra essa mudança de perspectiva na filosofia da linguagem: o filósofo, que foi uma das fontes de inspiração para o neopositivismo lógico, tendo sido discípulo de Russell, passou a defender que o significado de uma expressão é o próprio uso que dela fazemos, e que muitos problemas filosóficos são, na realidade, problemas de linguagem (WITTGENSTEIN, 1953).

J. L. Austin (1962), por outro lado, criticou a tradição filosófica que só considerava enunciados descritivos, o que, segundo ele, fez com que uma série de outras estruturas não tivesse sido estudada por séculos. Além disso, defendeu que orações como perguntas ou exclamações não têm valor de verdade, já que não podem ser avaliadas em sua correspondência ou não com a realidade. Por outro lado, também observou que classificar enunciados como verdadeiros ou falsos deixava de lado o fato de que mesmo enunciados verdadeiros podem ser mais ou menos adequados para a situação comunicativa. Segundo ele, a divisão binária entre verdadeiro e falso também era uma consequência de uma visão descritivista da linguagem (conhecida como *falácia descritiva*), que havia ignorado o fato de que usamos enunciados não somente para descrever coisas no mundo, mas também para realizar ações. Ao dizermos “Te prometo que vou falar com ele”, por exemplo, não estamos descrevendo um estado de coisas, mas estamos agindo no mundo¹⁰. Outra questão fundamental defendida por Austin foi a diferença entre enunciados e sentenças. Para ele, somente enunciados poderiam ser verdadeiros ou falsos, pois só eles são realizações concretas de um ato de fala em um contexto específico. A sentença é uma abstração, e dela podemos falar somente em termos de boa formação ou estrutura.

Um impulso fundamental para os estudos em pragmática, porém, foram os trabalhos de Paul Grice. Uma vez que as ideias desse filósofo originaram o debate que esse trabalho pretende examinar, dedicaremos a ele uma seção à parte.

⁹ Essa posição é conhecida como *contextualismo* em Filosofia da Linguagem.

¹⁰ As ideias de Austin foram posteriormente desenvolvidas por J. Searle, que reformulou, porém, muitos aspectos da teoria.

1.2 GRICE E SUA TEORIA DA COMUNICAÇÃO

Grice se diferenciou dos demais filósofos da linguagem comum por não ver contradição entre suas propostas e os estudos dos filósofos da linguagem ideal (RÉCANATI, 2004b), defendendo, inclusive, que poderiam ser complementares. Suas ideias principais se encontram em dois artigos, *Meaning* (GRICE, 1975 [1957]) e *Logic and Conversation* (GRICE, 1975). Em *Meaning*, discutiu a diferença entre dois tipos de significado, o significado natural e significado não natural. Segundo ele, significados não naturais, diferentemente de significados naturais, dependem do reconhecimento das intenções do falante para que possam ser compreendidos. Além disso, por se tratar de significados não convencionais (inferidos), são canceláveis. Significados naturais, por outro lado, mantêm-se constantes nas diversas situações de uso. Assim, dizer que *p* acarreta *p* em todas as circunstâncias e independentemente de qualquer intenção. Na sua visão, o significado semântico seria um tipo de significado natural, que estabeleceria relações diretas entre os signos e o mundo. O significado não natural, por outro lado, corresponderia ao significado pragmático, pois dependeria do reconhecimento das intenções de um indivíduo, ou seja, da situação de uso. Em Grice, portanto, a fronteira entre a semântica e a pragmática está clara: à semântica cabe o estudo do *dito*, enquanto à pragmática cabe explicar os conteúdos compartilhados além do dito (ou o que é *comunicado*¹¹). Em outras palavras, a semântica trata das condições de verdade do significado veiculado pelo enunciado, enquanto a pragmática estuda os conteúdos veiculados implicitamente, através de inferências dos interlocutores. Desse modo, há uma divisão de tarefas entre os semanticistas/lógicos, que cuidam da verdade ou falsidade das sentenças, e os pragmaticistas, que lidam com as questões de adequação ou inadequação dos enunciados em contexto.

Em *Logic and Conversation* (GRICE, 1975), Grice expõe sua teoria conversacional, cujo interesse principal era o de explicar como conteúdos não codificados/não naturais podem ser comunicados. Em primeiro lugar, o filósofo assume que nossas trocas conversacionais tendem a ser cooperativas. Não costumamos dizer mais informações do que o necessário, tentamos manter a coerência entre os enunciados de um discurso (orais ou escritos), procuramos ser claros (não esperamos, por exemplo, que durante uma conversa nosso interlocutor esteja nos contando uma mentira). Para Grice, isso significava que seguimos certos princípios ou regras implícitas ao nos comunicarmos:

¹¹ “Dito” e “comunicado” são entendidos aqui em seu sentido técnico. “Dito” é a nossa tradução para o termo inglês “what is said”, enquanto “comunicado” é a nossa tradução para “what is communicated”.

Nossas trocas conversacionais não consistem normalmente em uma sucessão de observações desconexas, e não seria racional se assim o fosse. Elas são, caracteristicamente, ao menos em certo grau, esforços cooperativos; e cada participante reconhece nelas, em certa medida, um propósito comum ou um conjunto de propósitos, ou, pelo menos, uma direção mutualmente aceita. (GRICE, 1975, p.45, tradução nossa)¹²

A essa tendência que nos permite trocar informações com eficiência Grice chamou de Princípio da Cooperação. Trata-se, portanto, de uma espécie de condição que se espera que os participantes de uma conversa respeitem para que possa haver compreensão mútua; ou seja, um princípio que se supõe aceito tacitamente por aqueles que participam de uma conversa. É importante notar que, para Grice, essa tendência colaborativa se manifesta em uma série de outras circunstâncias em que temos que interagir com outros seres humanos. Além disso, a colaboração é vista como consequência de um comportamento racional, e não, como muitas vezes erroneamente interpretado, uma consequência de sermos corteses uns com os outros.¹³

O Princípio da Cooperação¹⁴ se divide em máximas:

(1) *O Princípio da Cooperação e suas máximas*

Qualidade

Supermáxima: Procure afirmar coisas verdadeiras.

Máximas: Não diga o que você acredita ser falso; não afirme algo para o qual você não possa fornecer evidência adequada.

Quantidade

Máximas: Faça sua contribuição tão informativa quanto necessária para a conversação; não dê mais informações do que o necessário.

¹² No original: “Our talk exchanges do not normally consist of a succession of disconnected remarks, and would not be rational if they did. They are characteristically, to some degree at least, cooperative efforts; and each participant recognizes in them, to some extent, a common purpose or set of purposes, or at least a mutually accepted direction”.

¹³ Grice não quis ser prescritivo em relação às máximas, como lembra Jaszczolt (2011, p.2343): “Devemos lembrar que, embora as máximas griceanas tenham sido formuladas como se fossem leis prescritivas, sua intenção é de descrever os princípios que a mente humana naturalmente segue, e não leis morais ou sociais que escolhemos seguir.” No original: “It has to be remembered that although Grice’s Maxims are formulated as if they were prescriptive laws, their *raison d’être* is to spell out the principles that the human mind naturally follows rather than some social or moral laws that people can choose to obey.”

¹⁴ Grice (1975, p.75) define o Princípio da Cooperação como segue: “Faça sua contribuição conversacional como é requerida, no momento em que ela ocorre, de acordo com o objetivo ou direção da interação na qual você está engajado”. No original: “Make your conversational contribution such as is required, at the stage at which it occurs, by the accepted purpose or direction of the talk exchange in which you are engaged.”

Relação

Máxima: Seja relevante.

Modo

Supermáxima: Seja claro.

Máximas: Evite a obscuridade de expressão; evite ambiguidades; seja breve (evite prolixidade desnecessária); seja ordenado.

Para Grice, o que permite que comuniquemos conteúdos de forma implícita é a nossa habilidade de jogar com estas máximas. Assim, implicaturas são geradas quando uma dessas máximas é violada¹⁵. Partindo-se da premissa de que o Princípio da Cooperação continua operando, compreendemos que o locutor quis nos comunicar informações adicionais. Ou seja, a violação das máximas é somente aparente, e serve para indicar que entendemos comunicar mais do que o que estamos dizendo explicitamente. Derivar uma implicatura, portanto, consiste em calcular quais suposições são necessárias para manter a suposição de que o Princípio da Cooperação está sendo observado. Vejam-se os exemplos em (2):

- (2) a. A: Então o João come muito?
 B: É um leão.
- b. A: E aí, como foram as provas?
 B: Alguém quer café?

Em *a*, temos uma quebra da máxima de Qualidade (B diz algo que sabe ser falso). A, porém, pressupõe que B ainda está cooperando, e que, portanto, tem a intenção de lhe informar algo mais. Além disso, B sabe que A é capaz de capturar essa intenção e entender o que ele quer dizer (e A sabe que B sabe dessa sua capacidade). Assim, A conclui que B quis implicar que João come demais, assim como os leões.

No segundo diálogo, há uma quebra da máxima de Relação. Através do mesmo percurso dedutivo, A conclui que B não quer falar sobre as provas e prefere mudar de assunto. Em ambos os casos as máximas são reestabelecidas através da implicatura, sob a suposição de

¹⁵ A implicatura conversacional particularizada depende de que as máximas sejam quebradas abertamente. Portanto, nos casos em que o ouvinte falhe em perceber essa quebra, ou o falante deliberadamente não queira cooperar, não haverá implicaturas.

que B está cooperando¹⁶. Esses tipos de implicaturas, sem dúvida as mais estudadas em pragmática, são chamadas de “implicaturas conversacionais particularizadas”¹⁷.

No entanto, nem todas as implicaturas são geradas por quebras de máximas. De fato, há certas implicaturas que tendem a se manter constantes na maior parte dos contextos; ou seja, não dependem de situações particulares para serem geradas. Essas podem ser de dois tipos: convencionais ou conversacionais generalizadas. As implicaturas convencionais estão ligadas fortemente ao código linguístico¹⁸. Esse é o caso de “mas”, que veicula uma ideia de contraste em todos os contextos/enunciados em que aparece:

(3) “João é gaúcho, mas não é bairrista.”

Para Grice, no nível do dito temos duas informações sendo veiculadas por esse enunciado, quais sejam, que João é gaúcho e que é bairrista. Ou seja, o significado semântico de “mas” é equivalente ao “&” da lógica. A ideia adicional de que “gaúchos costumam ser bairristas” não faz parte desse conteúdo, mas é uma implicatura convencional ligada ao uso dessa conjunção¹⁹.

A categoria das implicaturas conversacionais, porém, é aquela que recebeu a maior atenção por parte de Grice, assim como das teorias pragmáticas que se seguiram. Essas podem ser de dois tipos, particularizadas (ICPs) ou generalizadas (ICGs). Já tratamos das primeiras. Quanto às ICGs, elas serão tratadas na próxima seção, por sua relevância para esse trabalho.

1.2.1 Grice e as Implicaturas Conversacionais Generalizadas

Como já vimos, implicaturas conversacionais particularizadas são geradas em contextos específicos, tendo em vista as intenções do falante (e o reconhecimento dessas intenções por parte do ouvinte). As implicaturas generalizadas, porém, são implicadas sempre,

¹⁶ Uma situação particular ocorre quando o falante decide quebrar uma máxima para que outra, de maior importância, não seja quebrada. Isso ocorre, por exemplo, quando respondemos de forma vaga a uma pergunta por falta de informação. Nesses casos, quebramos a primeira máxima da quantidade para preservar a segunda máxima da qualidade (nos livrando do risco de dizer algo falso). Ex.: - Que horas é o jogo? – De noite.

¹⁷ Doravante ICPs.

¹⁸ Segundo Jaszczolt (2011), a única razão para Grice ter postulado que esse significado é pragmático, e não semântico, foi o fato de que não é possível traduzir o significado das expressões que supostamente estão ligadas a implicaturas convencionalizadas na metalinguagem da lógica de primeira ordem (um componente indispensável da semântica veritativo-condicional).

¹⁹ Grice acreditava, contrariamente a outros filósofos da linguagem, que a separação entre lógica e linguagem é só aparente. Para ele, as diferenças de significado poderiam ser explicadas pela intervenção de outros fatores de tipo conversacional, os quais ele procurou identificar e caracterizar em seu modelo. (ESCANDELL VIDAL, 2010).

a não ser em contextos especiais – e não usuais – que as cancelam²⁰. Nas palavras de Récanati (2010, p.147, tradução nossa): “a única diferença entre implicaturas particularizadas e generalizadas diz respeito à quantidade de informação contextual necessária para derivar a implicatura a partir do ato de fala”.²¹ Nesses casos, o ouvinte chega à intenção do falante por uma espécie de atalho, porque o significado está tão convencionalizado na língua que as convenções criam um caminho mais curto para o reconhecimento de intenções (JASZCZOLT, 2011). Para derivar as ICGs, portanto, precisamos somente identificar o tipo de enunciado sendo utilizado e assumir que o Princípio da Cooperação está sendo respeitado. Assim, o enunciado (4)

(4) Alguns alunos foram reprovados

veicula a implicatura generalizada de que “nem todos os alunos foram reprovados”. Essa implicatura é ligada ao uso de “alguns”, que usualmente implica “nem todos”. Esse mesmo enunciado, porém, pode veicular as mais diversas implicaturas particularizadas (ICPs):

- (5) a. A: A prova estava muito difícil?
 B: Alguns alunos foram reprovados.
 ICG: Nem todos os alunos foram reprovados.
 ICP: É possível que a prova tenha sido difícil²².
- b. A: O João passou?
 B: Alguns alunos foram reprovados.
 ICG: Nem todos os alunos foram reprovados.
 ICP: Talvez o João não tenha passado.

Como podemos observar, as ICPs são mais sensíveis à mudança de contexto em relação às ICGs, ainda que ambas sejam, em última instância, calculáveis²³.

²⁰ A “cancelabilidade” é uma característica importante das implicaturas conversacionais. Também temos: calculabilidade (são derivadas através de certas premissas), não convencionalidade (não são codificadas) e não destacabilidade (à exceção das implicaturas de Modo, expressões com um mesmo conteúdo carregam as mesmas implicaturas).

²¹ No original: “The only difference between generalized and particularized implicatures lies in the amount of contextual information needed to derive the implicature from the speaker’s speech act.”

²² A prosódia muitas vezes interfere na implicatura. cremos, porém, que não seja difícil imaginar a entonação correta para a ICP proposta.

Grice, contudo, não explorou o conceito de ICG. Em “Logic and Conversation”, fornece apenas alguns exemplos:

- (6) a. Um homem veio no meu escritório ontem de tarde.
 b. Max achou uma tartaruga em um jardim.
 c. Roberto quebrou um dedo ontem à noite.

O enunciado *a* implica que o homem não é intimamente relacionado com o falante, caso contrário, esperaríamos que ele usasse uma expressão mais específica do que “um homem”. Em *b*, inferimos que nem o jardim, nem a tartaruga pertencem à Max, pelas mesmas razões de *a* (se fossem seus, esperaríamos que dissesse “meu jardim”/ “no jardim”, “minha tartaruga”). Porém, em *c* ocorre exatamente o oposto (uma “implicatura reversa”, nos termos de Levinson (2000)). De fato, em *c* concluímos que o dedo é de Roberto, e não de outra pessoa. Segundo Nicolle e Clark (1999), que procuraram explicar essa exceção notada por Grice, a estrutura “um X” gera ICGs diferentes em casos de possessões inalienáveis, como partes do corpo. Além disso, no caso de *c*, é fácil observar como a implicatura de que Roberto quebrou o dedo de outra pessoa necessita de um contexto muito mais específico para ser derivada²⁴, o que constitui um traço característico das ICPs.

Outra questão importante com relação à distinção entre ICPs e ICGs é o fato de ter permitido a Grice explicar porque os conetivos da linguagem natural apresentam propriedades diferentes dos conetivos lógicos. Assim, ele conseguiu se colocar em uma via intermediária entre os filósofos da linguagem ideal (“formalistas”) e os filósofos da linguagem comum (“informalistas”). Para ele, ambos os lados haviam errado ao supor que características de caráter pragmático fizessem parte do conteúdo semântico dos conetivos. Jaszczolt (2011) explica que Grice utilizou a teoria das implicaturas para argumentar contra a superioridade metodológica de se postular ambiguidades em casos em que um tratamento pragmático é possível. A essa estratégia, chamou de “Navalha de Occam modificada²⁵” (GRICE, 1975). Segundo ela, “sentidos não devem ser multiplicados além do necessário”.

²³ Ainda que as ICGs sejam calculáveis, esse cálculo não é necessário para que sejam comunicadas (o que constitui justamente a razão para distinguir ICGs e ICPs). De fato, enquanto as ICPs dependem crucialmente de um cálculo inferencial para serem derivadas, as ICGs são implicaturas veiculadas de maneira direta, devido à generalidade de seu uso. Portanto, ICGs *podem* ser calculadas, mas não o são quase nunca.

²⁴ Embora seja perfeitamente possível. Roberto poderia ser membro de uma organização criminoso ou, ainda, ter quebrado o dedo de alguém por acidente.

²⁵ Grice se baseou em um outro princípio metodológico conhecido como “Navalha de Occam”, segundo o qual entidades não devem ser multiplicadas sem necessidade.

Assim, em (7)

(7) João casou e teve um filho,

a ideia de temporalidade (João casou e *depois* teve um filho²⁶) é considerada uma implicatura ligada ao uso do “e”. Seu conteúdo semântico, contudo, é equivalente ao “&” lógico. Consequentemente, para que (7) seja verdadeira, é preciso somente que cada um dos conjuntos seja verdadeiro. Ou seja, (7) seria verdadeira mesmo que o filho fosse fruto de outra relação, inclusive anterior ao casamento em questão. Essa implicatura, naturalmente, pode ser cancelada sem gerar contradição (como todas as implicaturas):

(7’) “Ele casou e teve um filho, mas não necessariamente nessa ordem.”

O conceito de implicatura generalizada é central para as discussões pós-griceanas. Segundo muitos teóricos, esse tipo de implicatura apresenta uma característica particular não presente nas ICPs: elas são capazes de interferir nas condições de verdade das sentenças/enunciados em que aparecem. Assim, no enunciado acima não basta que os dois conjuntos sejam verdadeiros para que a sentença não seja falsa, já que suas condições de verdade intuitivas incluem a informação de que o casamento é uma razão para o nascimento do filho (ou, pelo menos, precede temporalmente esse evento). Esse ponto será melhor explorado nos capítulos subsequentes.

1.2.2 Grice e o Conceito de *Dito*

Grice, como vimos, tentou conciliar as duas visões vigentes na filosofia da linguagem de sua época. No entanto, embora tenha aberto caminho para teorias que questionam o estatuto do *dito*, sua visão sobre esse nível é bastante tradicional. De fato, as fronteiras entre o *dito* e o *implicado*, em Grice, coincidem com as fronteiras entre a semântica e a pragmática. Sua noção de *dito*, utilizada em sentido técnico, é muito similar àquela dos filósofos da linguagem ideal (CARSTON e HALL, 2012). Dessa forma, o descreve como sendo

²⁶ Na realidade, a implicatura é ainda mais específica, o que representa um problema ulterior para Grice: inferimos que não somente o filho nasceu depois do casamento, mas que o filho nasceu dessa relação (e não de um segundo casamento de João, por exemplo).

determinado pelos constituintes sintáticos da sentença, equiparando-o ao conceito tradicional de sentido literal: “Estou usando a palavra ‘dizer’ em um sentido estreitamente relacionado ao significado convencional das palavras (a sentença) que foi pronunciada”. (GRICE, 1975, p. 25, tradução nossa)²⁷

No entanto, Grice admite que o contexto é necessário para processos de desambiguação e fixação de referentes. Assim, ele explica que para que possamos identificar plenamente o que um falante disse precisamos saber a identidade desse falante, o tempo do enunciado e sua significação naquele contexto - em caso de desambiguações (GRICE, 1975).

Uma objeção comum à separação griceana entre “dito” e “implícado”, porém, é o fato de que algumas implicaturas contribuem para as condições de verdade da sentença. Um exemplo disso é o conetivo “e”. De acordo com Grice, como vimos, o significado de “e” na linguagem natural é análogo ao significado da conjunção lógica “&”. Considere-se, porém, o seguinte exemplo:

(8) “A sinaleira abriu e o carro passou.”

Ao analisarmos a semântica de (8), obtemos condições de verdade que não são plausíveis intuitivamente: a sentença é verdadeira se ambos os conjuntos forem verdadeiros. Portanto, se é verdade que os dois eventos aconteceram, mesmo que não tenham relação um com o outro, a sentença é verdadeira. Esse, porém, claramente não é o significado pretendido pelo falante que enuncia (8) – e também não é o significado recuperado pelo ouvinte²⁸. De fato, o ouvinte infere que a causa para o carro ter passado foi a abertura do sinal (caso contrário, o motorista poderia ter cometido uma infração). Portanto, julgamos que essa sentença é verdadeira somente na situação em que a sinaleira aberta está no mesmo local do carro, permitindo sua passagem. Essa interpretação, contudo, vai muito além do conteúdo semântico, que, como vimos, analisa cada um dos conjuntos separadamente. Ao encaixarmos a sentença em um condicional, fica clara a interferência da implicatura na determinação das condições de verdade do enunciado; de fato, a implicatura não está “fora” do enunciado, mas “dentro”, influenciando sua constituição:

²⁷ No original: “In the sense in which I am using the word *say*, I intend what someone has said to be closely related to the conventional meaning of the words (the sentence) he has uttered”.

²⁸ No exemplo (7), como vimos, acontece algo similar.

(8') "Se a sinaleira abriu e o carro passou, então ele não cometeu uma infração."

Em (8'), é justamente a implicatura ligada ao "e" que permite a coerência do conseqüente do condicional, pois se a sinaleira e o carro não estivessem em um mesmo lugar (ou seja, se a abertura da sinaleira não fosse o que permitiu a passagem do carro) não faria sentido dizer que o motorista não cometeu uma infração, já que o antecedente não licenciaria mais a conclusão expressa pelo conseqüente. Esse caso, contudo, cria problemas para o modelo tradicional griceano, uma vez que a implicatura é descrita como uma propriedade de sentenças, e não de subsentenças (DUCROT, 1987 [1984]). Em outras palavras, implicaturas são derivadas depois que as condições de verdade das sentenças já foram calculadas. Assim, não poderíamos atribuir a relação de consequência ligada ao "e" a uma implicatura em sentenças como (8'), uma vez que implicaturas são geradas por um processo global, e não local. Simons (2010) chama essa inconsistência de "problema da composicionalidade". Segundo ela, se admitimos que o "dito" é determinado pelo significado convencional das palavras (além da fixação de referentes e eventuais desambiguações), ou seja, é composicional, implicaturas não devem interferir nesse conteúdo.

Esses e outros casos similares colocaram em xeque o modelo tradicional griceano, em que a pragmática correspondia ao significado menos suas condições de verdade (GAZDAR, 1979). Como vimos, observou-se que sentenças com valores de verdade claros são exceção, e não regra. O movimento conhecido como "pragmática radical" teve um papel fundamental nessa mudança de ponto de vista. De fato, a partir dos anos 70 passaram a defender que o conteúdo da sentença deve ser enriquecido de modo a refletir as intenções do falante e as intuições do ouvinte sobre o "dito". Essa ideia ficou conhecida como "tese da subdeterminação semântica", e serviu de pano de fundo para a defesa da noção de "explicatura", na Teoria da Relevância, e da noção de "pragmática intrusiva", advogada por Levinson. Segundo essa tese, os elementos sensíveis ao contexto não se limitam a indexicais e termos ambíguos. As sentenças têm um significado subdeterminado, isto é, não exprimem proposições completas. Assim, somente enunciados podem ter valor de verdade²⁹. Nas palavras de Récanati:

O "dito" revelou-se ser, em grande medida, pragmaticamente determinado. Além das implicaturas conversacionais, que são externas (e se combinam) com o "dito",

²⁹ É evidente a influência direta dos filósofos da linguagem comum nessa visão.

há outros aspectos pragmáticos não convencionais do significado do enunciado que são constitutivos do “dito” (RÉCANATI, 1989, p.98, tradução nossa)³⁰.

Por essa razão, no âmbito da Teoria da Relevância, por exemplo, Carston (1988) propôs chamar o *output* do processamento sintático da sentença, ou seja, a sentença subdeterminada, *semântica linguística*, reservando o termo *semântica veritativo-condicional* para a união entre semântica linguística e inferência pragmática. As representações na linguística semântica são chamadas de formas lógicas, enquanto o *output* da semântica veritativo-condicional corresponde às representações semânticas. Essa distinção é fundamental para a TR, como veremos mais adiante.

1.3 SUBDETERMINAÇÃO SEMÂNTICA E AS TEORIAS NEO E PÓS-GRICEANAS

Como já vimos na introdução desse trabalho, as teorias que se seguiram de Grice diferem no modo como classificam três supostos componentes do significado, quais sejam: o *output* do processamento sintático, as adições pragmáticas às representações semânticas, e as implicaturas propriamente ditas, as quais se referem a pensamentos independentes inferidos a partir do enunciado (JASZCZOLT, 2011). Para a Teoria da Relevância, uma fronteira deve ser traçada entre representações semânticas enriquecidas (explicaturas) e implicaturas. Levinson (2000) e outros³¹, por outro lado, defendem que as contribuições pragmáticas para a representação semântica são muito diferentes daquelas que geram as implicaturas, o que, para Levinson, justifica postularmos um nível intermediário de significado. Porém, como assinala Jaszczolt (2011), essas teorias têm muito em comum. Em primeiro lugar, elas admitem o papel do reconhecimento de intenções para a análise do significado e a recuperação do significado do falante; além disso, para essas teorias a unidade do significado é o enunciado, e não a sentença. Portanto, condições de verdade intuitivas têm proeminência sobre condições de verdade semânticas/lógicas. Em outras palavras, seu objeto de análise são as proposições intuitivamente entendidas como aquelas pretendidas pelos falantes. Assim, de acordo com essas teorias, um falante que diz:

(9) Já tomei café da manhã.

³⁰ No original: “...what is said turns out to be, in a large measure, pragmatically determined. Besides the conversational implicatures, which are external to (and combine with) what is said, there are other nonconventional, pragmatic aspects of utterance meaning, which are constitutive of what is said.”

³¹ Como Récanati (2004a) e Bach (1994).

não está querendo dizer que já tomou café da manhã pelo menos uma vez na vida, mas que tomou café da manhã naquele dia específico³². Esse é o conteúdo comunicado pelo enunciado, e não o conteúdo mínimo/semântico (que seria provavelmente irrelevante).

Em (10) apresentamos mais alguns exemplos:

- (10) a. Todo mundo veio à festa.
b. O carro do Felipe chegou em primeiro lugar.

Qualquer indivíduo competente entende que em *a* o falante não quer se referir a todas as pessoas do mundo, mas a um conjunto específico de pessoas. Porém, se tomamos o sentido literal dessa sentença, temos que ela é verdadeira se e somente se todas as pessoas do mundo foram à festa. Contudo, esse não é o conteúdo que intuitivamente tomamos como sendo comunicado, uma vez que nem ao menos parece nos ocorrer como uma possibilidade de interpretação em um primeiro momento. O mesmo ocorre em *b*: qual a relação entre Felipe e o carro? Segundo Récanati (1993), o conteúdo semântico do possessivo apenas evidencia que Felipe e o carro têm alguma relação *R*, a qual deve ser definida pelo contexto. Embora o significado de posse seja o mais comum, podemos imaginar uma série de contextos em que esse significado seria preterido. Se Felipe, por exemplo, é um piloto de Fórmula 1, “o carro do Felipe” significa o carro que ele dirige, o qual pertence à equipe pela qual corre. Se, por outro lado, imaginamos uma situação em que Felipe tivesse construído um carro, o “carro do Felipe” significaria “o carro construído pelo Felipe”, ainda que ele já o tivesse vendido.

Exemplos como esses constituem um argumento forte contra uma visão em que a semântica é *input* para a pragmática e não interfere nas condições de verdade das sentenças. Explicar como isso é possível faz parte do programa de qualquer teoria pragmática atual. No próximo capítulo vemos com mais detalhes como a Teoria das ICGs de Levinson e a TR tratam essas questões.

³² O conteúdo mínimo, pelo contrário, é provavelmente aquele veiculado pelo enunciado “Já comi caviar”, uma vez que comer caviar não costuma ser um hábito diário e, portanto, uma pessoa que profere esse enunciado deve querer comunicar que comeu caviar *pelo menos uma vez* na vida.

2 TEORIAS NEO E PÓS-GRICEANAS: LEVINSON (2000) E TEORIA DA RELEVÂNCIA (SPERBER E WILSON, 1986, 1995)

Como vimos no capítulo precedente, a teoria griceana da comunicação revolucionou os estudos do significado. O modelo clássico da teoria, porém, foi objeto de diversas reformulações e tentativas de redução das máximas³³. Dentre essas propostas, as mais importantes são a de Horn (1984, 1989, 2004), a de Levinson (1987, 1995, 2000) e a da Teoria da Relevância (1986, 1995).

Começaremos o capítulo com a proposta de Horn para as implicaturas generalizadas. Embora sua teoria não seja tema desse trabalho, isso nos permitirá contextualizar melhor a teoria de Levinson (2000). Após, examinamos a proposta de Levinson, ainda dentro do paradigma neogriceano. Por fim, tratamos da Teoria da Relevância, uma proposta de viés cognitivo que se distancia mais da teoria clássica griceana.

2.1 HORN E A REDUÇÃO DAS MÁXIMAS CONVERSACIONAIS

Horn (1984, 1989, 2004) sugeriu que todas as máximas griceanas, à exceção da Máxima de Qualidade, poderiam ser reduzidas a dois princípios que estão em oposição: o Princípio de Quantidade (Princípio-Q) e o Princípio de Relação (Princípio-R). Sua formulação está em (1):

(1) *Princípio-Q*

Faça com que sua contribuição seja suficiente.

Diga o máximo que puder (levando em consideração o Princípio-R).

Princípio-R

Faça com que sua contribuição seja necessária.

Não diga mais do que você deve (levando em consideração o Princípio-Q).

Para Horn, tais princípios são a expressão de duas forças opostas presentes em qualquer língua humana: a lei do esforço mínimo e a necessidade de comunicar. Os dois princípios atuam de forma complementar, limitando seus alcances respectivamente. Assim, a

³³ Leech (1983) sugeriu um aumento das máximas, incluindo um Princípio de Polidez que operaria em conjunto com o Princípio da Cooperação. Essa proposta, porém, não possui grande influência, já que a polidez não parece ter a mesma força que as outras máximas (BROWN; LEVINSON, 1987).

observância ao Princípio-Q não pode acarretar uma quebra do Princípio-R e vice-versa. A princípio, a maioria das implicaturas griceanas pode ser derivada através da interação desses dois princípios, gerando o que ele chama de “divisão de trabalho entre a Semântica e a Pragmática”. Segundo essa divisão, o uso de uma expressão marcada (mais complexa ou extensa) quando há disponível uma expressão correspondente não marcada (mais simples, que exige menos esforço), tende a ser interpretado como veiculando uma mensagem marcada, que a alternativa não marcada não seria capaz de veicular (HORN, 1984).

Muitas implicaturas são, além disso, geradas a partir do Princípio-Q (um princípio central para o sistema griceano, na opinião do autor). Esse princípio gera implicaturas com alto grau de regularidade, formando o que ficou conhecido como “escalas informativas” ou “escalas de Horn”:

(2) *Escalas de Horn*

<S, W> formam uma escala de quantidade se

- a) S acarreta W³⁴;
- b) S e W são igualmente lexicalizados e fazem parte da mesma classe de palavras (e mesmo registro)³⁵;
- c) S e W dizem respeito à mesma relação semântica, ou fazem parte de um mesmo campo semântico. (LEVINSON, 2000³⁶).

O exemplo mais conhecido desse tipo de escala é formado pelos itens lexicais “alguns” e “todos” (<alguns, todos>). Em relação à (2), temos que “todos” acarreta “alguns”; além disso, os dois itens são igualmente lexicalizados e fazem parte de uma mesma classe de palavras (pronomes) e campo semântico (quantificadores). Nesses casos, a implicatura de quantidade surge do seguinte raciocínio: pressupomos que o falante quer ser informativo; portanto, se ele utiliza um termo mais fraco na escala, também conhecida por ele, é porque não possui evidências para o termo mais forte. Assim, dada uma escala <p, q>, a asserção de *p* implica a negação de *q*. Vejamos mais exemplos dessas implicaturas:

³⁴ Na realidade, a relação de acarretamento entre os itens é uma condição necessária, mas não suficiente, para o surgimento da escala. “Vi a Maria no parque”, por exemplo, acarreta “Vi a Maria”; porém, “Vi a Maria” não implica “Vi a Maria no parque”.

³⁵ Caso contrário, o ouvinte poderia concluir que o falante simplesmente escolheu a expressão mais econômica, respeitando a máxima do Modo. Segundo Levinson (2000), essa restrição impede a geração de pseudoescalas como <se e somente se, se> (o autor lembra que “sse” não é um termo lexicalizado, mas um termo técnico).

³⁶ Utilizamos a formulação de Levinson por seu caráter sintético.

- (3) a. Nas próximas férias vou para a França ou para a Itália.
 a'. Não é verdade que nas próximas férias vou para a França e para a Itália (Ou, em outros termos: Nas próximas férias ou vou para a França, ou vou para a Itália).
- b. Algumas pessoas gostam de correr pela manhã.
 b'. Nem todas as pessoas gostam de correr pela manhã.

Em *a*, a inferência é desencadeada pelo conetivo “ou”, que, juntamente com o conetivo “e”, forma a seguinte escala: <e, ou>. Uma vez que o falante usa o termo semanticamente mais fraco (“ou”), o ouvinte é licenciado a concluir que não é o caso que o conetivo “e” se aplique ((a') ilustra a implicatura envolvida)³⁷. Já em *b*, o item escalar em jogo é o quantificador “alguns”, que, como já vimos, forma uma escala com o quantificador “todos”: <todos, alguns>³⁸. O raciocínio empregado é o mesmo, gerando a implicatura ilustrada em *b*.

Levinson (2000), porém, critica a abordagem de Horn, que, segundo ele, não é capaz de explicar por que expressões semânticas mais gerais (em relação a seu conteúdo) ou mais breves (em relação a sua forma) são normalmente preferidas em relação a expressões semânticas mais particulares ou mais “longas”. Isso geraria inconsistências no modelo, já o Princípio-Q ora atuaria em termos de forma ou estrutura (como na divisão de trabalho entre a semântica e a pragmática), ora atuaria em termos de conteúdo (como nas escalas informativas). Isso leva Levinson a propor a adição de um princípio e reformular a proposta de Horn. Esse é o tema da próxima seção.

2.2 LEVINSON E A TEORIA DAS IMPLICATURAS CONVERSACIONAIS GENERALIZADAS

A teoria apresentada por Levinson (2000) não se trata de uma mera reformulação da proposta de Horn. O autor defende que as implicaturas escalares (ou seja, as implicaturas geradas através de escalas informativas), juntamente com outras inferências ditas automáticas, formam um nível independente de significado. Esse nível se encontra entre o *dito* e o

³⁷ Nesse caso podemos falar em uma implicatura oracional (Gazdar, 1979).

³⁸ Poderíamos acrescentar outros termos a essa escala, como “muitos”, por exemplo.

implicado, não sendo considerado um significado semântico ou pragmático, embora influencie sistematicamente esses outros níveis.

Levinson, portanto, defende a existência de três níveis de significação: o significado tipo da sentença, similar ao conceito griceano de *dito*; o significado *token* (ou ocorrência) do enunciado, ou seja, o ato de fala; e, enfim, o significado tipo do enunciado. Este último tende a se manter constante nas várias ocasiões de uso. Por essa razão, é chamado de significado *default*, embora seja cancelável. De fato, o significado do enunciado-tipo é cancelado caso haja evidências (contextuais) de que não se trata do significado pretendido pelo falante. Esses significados têm leituras preferenciais, idiomáticas, e são gerados através de uma suposição mútua (do falante e do ouvinte) de coordenação tácita através de certas heurísticas (JASZCZOLT, 2005). Eles são, por essa razão, significados fortemente presumidos, diferentemente das implicaturas conversacionais particularizadas (ICPs), que não ocorrem a não ser que haja indícios contextuais que apontem para elas. Seu caráter automático, além disso, faz com que sejam fortes candidatas a processos de gramaticalização.

As implicaturas conversacionais generalizadas (ICGs) são as representantes mais importantes do nível do enunciado-tipo³⁹. Levinson as define como “aspectos do significado associados com o uso geral, normal das expressões” (LEVINSON, 2000, p.63, tradução nossa)⁴⁰. São, em outras palavras, as “interpretações presumidas” que dão título a seu livro. Como toda implicatura, porém, são canceláveis:⁴¹ “Uma implicatura *i* é generalizada sse um enunciado *u* implica *i* a não ser que existam suposições contextuais específicas e incomuns que a cancelam.”⁴² (LEVINSON, 2000, p.16, tradução nossa)

Embora seja visível a semelhança com a teoria griceana clássica, é necessário dizer que a teoria de Levinson sobre as ICGs compartilha somente traços mais gerais com a teoria de que se origina. Em primeiro lugar, as ICGs não são nem pragmáticas, nem semânticas:

Este nível sofre constantemente ataques por parte de reducionistas que tentam assimilá-lo ao nível do significado da sentença ou ao nível do significado do falante [...] Mas as ICGs não serão reduzidas tão facilmente em nenhuma das direções, uma vez que elas estão entre esses dois níveis, influenciando sistematicamente a gramática e a semântica de um lado, e o significado do falante de outro. (LEVINSON, 2000, p.25, tradução nossa)⁴³

³⁹ E são as únicas abordadas por Levinson.

⁴⁰ No original: “aspects of meaning associated with the general, normal use of expressions”.

⁴¹ Cabe dizer que Chierchia (2004) também propõe implicaturas automáticas. Jaszczolt (2005) e Récanati (2004a), por outro lado, veem as implicaturas automáticas como um processo maior, não restrito às ICGs. Porém, é inegável que a teoria de Levinson é aquela que tem maior importância no cenário atual.

⁴² No original: “An implicature *i* is generalized iff utterance *U* implicates *i* unless there are unusual specific contextual assumptions that defeat it.”

⁴³ No original: “That layer is constantly under attack by reductionists seeking to assimilate it either to the level of sentence-meaning or to the level of speaker-meaning [...] But ICGs are not going to reduce so easily in either

Uma segunda diferença, talvez a mais importante, é que enquanto as ICGs de Grice são pós-proposicionais, as ICGs de Levinson são locais/subsentenciais. Ou seja, enquanto no modelo de Grice somente sentenças com uma forma lógica completa geram implicaturas, para Levinson elas são derivadas no momento mesmo em que aparecem. Assim, mesmo que esteja no início da frase, o item lexical “alguns” desencadeia a inferência “nem todos”. Tal interpretação é passível de ser cancelada, é claro, caso se mostre incoerente com o contexto (JASZCZOLT, 2011).

Para Levinson, além disso, as ICGs têm uma função essencial na comunicação: elas permitem burlar o que ele chama de “gargalo comunicativo”. O problema, segundo ele, é que nosso aparelho articulatório não nos permite comunicar pensamentos na mesma velocidade em que eles nos ocorrem. As ICGs, porém, nos permitiriam informar em uma velocidade maior, já que não precisamos articular foneticamente as inferências associadas aos enunciados-tipo: “inferências têm um custo baixo, a articulação tem um custo alto, portanto, o *design* adequado é aquele de um sistema que maximiza as inferências.”⁴⁴ (LEVINSON, 2000, p.29, tradução nossa).

2.2.1 ICGs e Heurísticas

Três entre as máximas/submáximas griceanas têm um *status* especial como geradoras de ICGs. Essas máximas/submáximas, porém, não são tomadas como normas de comportamento, mas como heurísticas ou princípios inferenciais (que podem, por sua vez gerar normas de comportamento)⁴⁵. O mecanismo de geração dessas inferências, contudo, é similar àquele da versão clássica da teoria griceana. Assim, as ICGs são geradas através de uma suposição mútua, por parte do falante e do ouvinte, de que ambos têm conhecimento das heurísticas. A seguir apresentamos essas heurísticas e os tipos de ICGs com que se relacionam:

direction, for they sit Midway, systematically influencing grammar and semantics on the one hand and speaker-meaning on the other”.

⁴⁴ No original: “Inference is cheap, articulation expensive, and thus the design requirements are for a system that maximizes inference.”

⁴⁵ É importante compreender que essa divisão não é arbitrária: “Eu as apresento em termos da divisão tripartite [...] isto, é, em termos de implicaturas Q-, I- e M-, as quais eu acredito que formem mais ou menos classes naturais” (LEVINSON, 2000, p.74). No original: “I present them in terms of the tripartite classification [...] that is, in terms of Q-, I-, and M- principles or heuristics which I feel yields more or less natural classes.”

- Heurística-Q: “O que não é dito não é o caso” (baseada primeira máxima de quantidade de Grice). É a heurística responsável pela derivação de implicaturas escalares (HORN, 1984) e implicaturas oracionais (GAZDAR, 1979). Essa heurística depende crucialmente de um conjunto contrastivo de expressões linguísticas que diferem em graus de informatividade (LEVINSON, 2000).

Ex.: Algumas pessoas do grupo contraíram dengue. +>⁴⁶ Nem todas as pessoas do grupo contraíram dengue. (Escala pertinente: <todos, alguns>)

É possível que a Espanha vença a Copa de 2014. +> Não é necessário que a Espanha vença a Copa de 2014. (Escala pertinente: <necessário, possível>)

Às vezes tomo café da manhã. +> Nem sempre tomo café da manhã. (Escala pertinente: <sempre, às vezes>)

Levinson defende, contudo, que as implicaturas escalares são apenas um caso especial de uma família inteira de implicaturas que se baseiam em alternativas salientes e para as quais o uso de um termo mais fraco implica a impossibilidade do uso de um termo mais forte. Nesse grupo estão incluídas certas “pseudoescalas”, que não possuem relações de acarretamento⁴⁷. Algumas dessas escalas são:

<tentar, conseguir> (“Ele tentou passar na prova” +> “Ele não conseguiu passar na prova”);

<amarelo, vermelho, azul...> (“Ela comprou uma bolsa vermelha” +> “Ela não comprou uma bolsa azul, amarela, verde...”)

<quatro, três, dois...>⁴⁸ (“Ele tem dois filhos” +> “Ele não tem três, quatro, cinco... filhos”)

- Heurística-I: “O que é dito de maneira simples deve ser entendido estereotipicamente” (baseada na segunda máxima de quantidade de Grice). Expressões breves e simples recebem, através dessa heurística, a explicação mais explanatória possível. Assim ficam explicadas certas tendências interpretativas bastante conhecidas como as “inferências de relação” e o “enriquecimento da conjunção” (LEVINSON, 2000):

Ex.: *Expressões gerais (interpretação pelo estereótipo):* Estrada +> Via asfaltada

⁴⁶ O símbolo +> deve ser lido como “implica”.

⁴⁷ Horn não aceita esse tipo de escala (como vimos, o acarretamento é uma condição para a existência da escala).

⁴⁸ Nesse trabalho escolhemos não tratar dessa escala especificamente, uma vez que é contestada por muitos teóricos (Levinson é uma exceção), além de contar com uma literatura demasiadamente extensa.

Fortalecimento do condicional (para bicondicional): “Se você me ajudar, te dou 10 reais.” +> Se e somente se você me ajudar, te dou 10 reais.

Enriquecimento da conjunção (ideia de temporalidade/causalidade): “João girou a chave e o carro partiu.” +> João girou a chave e então/por causa disso o carro partiu.

Implicações de ação conjunta⁴⁹ (suposição de que sujeitos ligados por conjunção agem em conjunto): “Maria e João compraram uma casa.” +> Maria e João compraram, juntos, uma casa.

Inferência de relação⁵⁰ (conecta duas sentenças): “A janta estava péssima. O vinho estava azedo.” +> O vinho foi parte da janta.

- Heurística-M: “O que é dito de maneira anormal não é normal”. Essa heurística se baseia na Máxima de Modo, especificamente na 1ª e 4ª submáximas (“evite obscuridade de expressão”, “não seja prolixo”). Além disso, relaciona-se diretamente com a heurística anterior (“o que é dito de maneira simples deve ser entendido estereotipicamente”). O raciocínio por trás dessas heurísticas é que ao usarmos uma expressão não marcada, a interpretação mais geral é escolhida; inversamente, ao usarmos uma expressão marcada, sugerimos que outra interpretação, que não aquela mais geral, deve ser buscada. O exemplo prototípico dessa relação é o uso da dupla negação. Também ocorre tipicamente em perífrases e paráfrases mais elaboradas (LEVINSON, 2000):

Ex.: “Marco não é infeliz” +> Marco também não é feliz, caso contrário a forma não marcada “Marco é feliz” teria sido usada.

“Bill causou a parada do carro” +> Bill não parou o carro da maneira normal, usou o freio de mão, por exemplo.

“Os cantos dos lábios de Sue giraram levemente para cima⁵¹” +> Sue não sorriu de uma maneira prototípica/ Sue “deu um sorrisinho”.

2.2.2 O Problema de Projeção das ICGs

⁴⁹ Do inglês: “together-implications”

⁵⁰ O termo inglês é “bridging inference”. A tradução é nossa, uma vez que não encontramos nenhuma tradução já existente em português para o termo.

⁵¹ Esse exemplo e o anterior estão em Levinson (2000).

Levinson (2000) observa, contudo, que diferentes aplicações das heurísticas podem gerar implicaturas inconsistentes. Para resolver esse problema de projeção, o autor propõe a seguinte ordem de aplicação das heurísticas (em que cada heurística só se aplica caso não gere inconsistência com as implicaturas já presentes), expressa em (4):

(4) *Ordem de aplicação das heurísticas*

Q-implicaturas > M-implicaturas > I-implicaturas⁵²

O autor admite não ter resposta completa para o porquê dessa ordem, mas observa que há uma diferença clara entre a natureza da heurística-I e a natureza das outras duas heurísticas. Essas últimas são eminentemente metalinguísticas, uma vez que só podem ser recuperadas em referência ao que mais poderia ter sido dito, mas não foi. Elas dependem, portanto, de conjuntos contrastivos: implicaturas-Q são geradas pelo contraste entre formas similares com conteúdos semânticos distintos, as quais apresentam diferenças de informatividade; implicaturas-M, por outro lado, têm sua origem no contraste entre formas distintas para conteúdos semânticos similares, ou seja, contrastes entre expressões mais ou menos marcadas. Portanto, argumenta Levinson, faz sentido esperar que essas implicaturas tenham prevalência sobre as implicaturas-I, indicando, quando for o caso, que as interpretações estereotípicas não se aplicam. A proximidade entre as implicaturas M e Q também fora observada por Horn (1984), que, não por acaso, colocou-as sob um mesmo rótulo geral de implicaturas-Q.

2.2.3 Construções Intrusivas

Como vimos, as teorias pragmáticas modernas disputam a visão griceana de *dito*, assumindo uma posição segundo a qual sentenças têm um significado subdeterminado, isto é, não exprimem proposições completas. Assim, para essas teorias, o contexto não é necessário somente para a atribuição de referentes e desambiguação, mas também para “completar” proposições que, caso contrário, seriam tautológicas, mentiras evidentes ou, simplesmente, proposições incompletas⁵³. Em alguns casos, além disso, ainda que o *dito* exprima uma proposição completa, essa não é a proposição que intuitivamente tomamos como sendo

⁵² Levinson (2000) utiliza um modelo de incrementação de contexto similar ao de Gazdar (1979).

⁵³ Burton-Roberts (2005) critica o uso do termo “proposição incompleta”, muito comum nos textos atuais de pragmática. Segundo ele, uma proposição incompleta, por definição, não pode ser uma proposição.

asseverada. Enquanto para a TR esse fato constitui a motivação central para seu conceito de explicatura, na teoria de Levinson não decorre diretamente da própria definição de ICG, embora o autor admita essa interferência e afirme que ela força uma profunda reavaliação da interface semântica/pragmática. Segundo ele, em alguns casos a atribuição de condições de verdade sem acesso às implicaturas prediz condições de verdade erradas. Nesses casos, “as condições de verdade do todo dependem em parte das implicaturas das partes” (LEVINSON, 2000, p.198, tradução nossa)⁵⁴. No entanto, conforme aponta Carston (2004), embora Levinson dedique um capítulo inteiro a essas construções, não fica claro quais as ICGs (seriam todas?) interferem nas condições de verdade dos enunciados, ou seja, quais as ICGs são capazes de se “intrometer” no *ditto*. Além disso, em alguns momentos Levinson parece acreditar que essas interferências ocorrem somente nas chamadas “construções intrusivas”. Assim, em sentenças não encaixadas as ICGs supostamente funcionariam como implicaturas tradicionais, com conteúdo proposicional independente. Nesse sentido, o objetivo de Levinson seria o de explicar como implicaturas de sentenças simples podem se tornar parte do conteúdo veritativo-condicional em certos tipos de sentenças especiais (e complexas) em que essas sentenças simples se encontram encaixadas (CARSTON, 2004).

As construções intrusivas, para Levinson, incluem os comparativos, os condicionais, além de outras construções com conectivos lógicos. Vejamos alguns exemplos:

(5) a. Ir para casa e [então] beber várias cervejas é melhor que beber várias cervejas e [então] ir para casa. (WILSON, 1975).

b. Se os Estados Unidos ganharam algumas [mas não todas] das medalhas olímpicas, outros países devem ter ganhado o resto. (LEVINSON, 2000)

c. Ou ela casou e [então] teve um filho, ou ela teve um filho e [então] casou; eu não sei bem. (LEVINSON, 2000)

Em (5), todas as construções são intrusivas, ou seja, são casos em que as implicaturas das partes entram no cálculo das condições de verdade da sentença complexa (a contribuição dessas implicaturas está expressa entre colchetes). Prova disso é que nos casos acima, se supuséssemos que as implicaturas não interferem no conteúdo do enunciado, teríamos frases

⁵⁴ No original: “[...]the truth conditions of the whole depend in part on the implicatures of the parts.”

estranhas ou até absurdas. Em (5') ilustramos essas leituras estritamente semânticas, que geram condições de verdade intuitivamente erradas:

(5') a. Ir para casa [&] beber várias cervejas é melhor que beber várias cervejas e [&] ir para casa.

b. Se os Estados Unidos ganharam algumas [e talvez todas] das medalhas olímpicas, outros países devem ter ganhado o resto.

c. Ou ela casou e [&] teve um filho, ou ela teve um filho e [&] casou; eu não sei bem.

Como podemos ver, a leitura estritamente semântica nos informa que em *a* temos uma comparação entre duas sentenças exatamente iguais, já que o “e” lógico (&) possui a propriedade da comutatividade – ao alterarmos a ordem dos conjuntos não alteramos o significado da sentença. Em *b*, por outro lado, a suposição de que outros países devem ter ganhado as outras medalhas não faz mais sentido, pois é possível que os Estados Unidos tenham ganhado absolutamente todas as medalhas. Finalmente, em *c* teríamos uma tautologia que não justificaria a continuidade da frase (“não sei bem”), uma vez que pela propriedade da comutação do &, novamente, temos duas proposições idênticas. Consequentemente, o que é afirmado, em termos lógicos, equivale à proposição complexa “ $p \vee p$ ”, claramente tautológica.

Uma questão interessante, levantada por Carston (2004) e Bach (2006), é que ao se “intrometer” no dito a implicatura passa a ter propriedades diferentes daquelas que tradicionalmente lhe são atribuídas. Essa questão, é claro, não parece ter consequências graves para a teoria de Levinson (como poderia ter para a teoria griceana). De fato, uma vez que as ICGs são processos inferenciais locais, a crítica de Ducrot (1984 [1987])⁵⁵ não mais se aplica, pois a implicatura (ICG) é gerada no momento em que certas expressões são encontradas, mesmo em proposições incompletas.

Como já vimos, contudo, é justamente essa propriedade “intrusiva” de certas implicaturas que motiva a noção de explicatura na Teoria da Relevância⁵⁶. Como veremos nas próximas seções, porém, para a TR isso não é apenas uma questão terminológica, uma vez que explicaturas e implicaturas são vistas como tendo papéis diferentes (e complementares) no processo de comunicação.

⁵⁵ Ver seção 1.2.2.

⁵⁶ E de implicatura em Bach (1994).

2.3 TEORIA DA RELEVÂNCIA

Nas próximas seções examinamos a proposta relevantista, que, por seu caráter cognitivista, aborda as questões levantadas anteriormente a partir de um ponto de vista diferente. A TR é uma teoria com diferentes aplicações e que conta com inúmeros colaboradores em muitos países. Diferentemente de Levinson e de Grice, apresenta um caráter mais interdisciplinar, o que torna difícil condensá-la em algumas poucas páginas. Por essa razão, apresentaremos a teoria de modo a ser suficiente para os propósitos desse trabalho, tendo em vista que nosso maior interesse aqui é entender o contexto de geração do conceito de “*explicatura*”, assim como a visão da teoria em relação à subdeterminação semântica, problema que, como vimos, se coloca para toda e qualquer teoria pragmática atual.

2.3.1 Teoria da Relevância: Fundamentos

A Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 1986, 1995) é um modelo inferencial da comunicação humana que se contrapõe ao modelo de códigos clássico, segundo o qual a comunicação consiste em um simples processo de codificação e decodificação do sinal linguístico; a teoria partilha, portanto, a intuição griceana de que a expressão e o reconhecimento de intenções é uma característica fundamental da comunicação humana. O papel da decodificação é reconhecido, mas tem sua importância diminuída. De fato, à codificação e à decodificação se acrescentam diversos processos que permitem o enriquecimento do conteúdo veiculado de forma a capturar o sentido pretendido pelo falante (ou *significado do falante*). O código linguístico, nesse sentido, é apenas uma dentre as evidências disponíveis ao ouvinte. O objetivo central da teoria é explicar como, a partir das evidências fornecidas, o ouvinte infere o que o falante quer comunicar.

A Relevância, uma das máximas griceanas, é seu conceito-chave. Para a teoria, no entanto, a relevância não é um mecanismo consciente, ou um procedimento racional que escolhemos seguir, mas uma propriedade mais geral da nossa cognição. Essa característica nos impele a buscar sempre o melhor balanço entre custo e benefício ao processarmos informações⁵⁷. A Teoria da Relevância, portanto, é uma abordagem cognitiva da pragmática, que busca explicar a comunicação e o processamento de informações de uma forma psicologicamente plausível. Na teoria, a relevância se manifesta através de dois princípios, o

⁵⁷ Isso se deve à maneira como nossos sistemas cognitivos evoluíram, sofrendo pressões para se tornarem mais eficientes.

Princípio Cognitivo da Relevância e o Princípio Comunicativo da Relevância. O primeiro diz respeito à nossa tendência cognitiva a maximizar a relevância. Essa tendência é gerada por uma necessidade prática: já que não podemos processar todos os estímulos que recebemos, escolhemos processar aquilo que cremos mais relevante, maximizando suas consequências. O segundo princípio estabelece que certos estímulos, ditos *ostensivos*⁵⁸, carregam uma presunção ou expectativa de sua relevância ótima (sobretudo por seu caráter intencional). Ou seja, uma espécie de garantia de que seu processamento vale a pena. Entre esses estímulos estão os enunciados, os quais atraem a atenção do ouvinte, impelindo-o a buscar a intenção do falante, isto é, o que ele quer dizer.

(6) *Princípio Cognitivo da Relevância*

A cognição humana tende a ser dirigida para a maximização da relevância.⁵⁹ (SPERBER; WILSON, 1995)

(7) *Princípio Comunicativo da Relevância*

Todo estímulo ostensivo comunica a presunção de sua própria relevância ótima⁶⁰ (SPERBER; WILSON, 1995)

A interação entre esses dois princípios cria expectativas que guiam o ouvinte na construção de hipóteses sobre o significado pretendido pelo falante:

(8) *Procedimento de Interpretação para a TR*

- a) Siga o caminho de menor esforço ao computar os efeitos cognitivos: teste hipóteses interpretativas (desambiguações, resolução de referências, implicaturas, etc.) em ordem de acessibilidade.
- b. Pare quando suas expectativas de relevância forem satisfeitas⁶¹ (SPERBER; WILSON, 1995).

⁵⁸ Os estímulos ostensivos se distinguem de outros tipos de estímulos porque a intenção informativa do falante, nesses casos, está explícita. Se ouço um sotaque diferente, por exemplo, posso tirar conclusões a partir disso (inferir coisas a respeito do falante); esse estímulo, porém, não é ostensivo, pois o falante provavelmente não tem a intenção de tornar manifesto que ele é estrangeiro, por exemplo.

⁵⁹ No original: “Human cognition tends to be geared to the maximization of relevance”.

⁶⁰ No original: “Every ostensive stimulus conveys a presumption of its own optimal relevance”

⁶¹ No original: “Follow a path of least effort in computing cognitive effects: Test interpretive hypotheses (disambiguations, reference resolutions, implicatures, etc.) in order of accessibility. b. Stop when your expectations of relevance are satisfied”.

Como podemos ver, a expectativa de relevância também funciona como um critério que permite decidir como processar e quando parar o processo de interpretação. Mas o que torna um estímulo (ou *input*) relevante? Segundo Sperber e Wilson (1986, 1995), *inputs* são relevantes para um indivíduo quando se conectam com informação de *background* disponível, além de suposições contidas em nossa mente, produzindo conclusões que interessam para esse indivíduo. Essas conclusões, chamadas de efeitos contextuais, podem ser respostas a perguntas, confirmações de hipóteses, correção de impressões incorretas. Em outras palavras, *inputs* relevantes geram um aperfeiçoamento das nossas representações de mundo. A relevância, porém, é um conceito comparativo, e não quantitativo. Um *input* relevante é aquele que consegue ser mais relevante do que os outros estímulos à disposição, apresentando a melhor relação entre custo de processamento e benefício cognitivo.

Como podemos observar, as noções de “custo de processamento” e “benefício cognitivo” são de grande importância para a teoria. De fato, quanto maior o esforço para processar um *input*, menor será sua relevância. Por outro lado, um maior benefício cognitivo (ou seja, informações que conseguem ter mais efeitos contextuais) significa uma maior relevância. A melhor interpretação é, portanto, aquela que consegue equilibrar melhor essas duas variáveis. No entanto, a teoria admite a possibilidade de que o falante simplesmente não queira cooperar, dando menos evidências do que possui; ou, ainda, que o falante não possua habilidade para escolher o estímulo mais relevante para o ouvinte. Nesses casos é possível que haja mal-entendidos (ou não, pois o ouvinte pode estar ciente das limitações de seu interlocutor).⁶²

A tendência universal para a maximização da relevância torna possível, além disso, prever e manipular estados mentais dos outros. Assim, falantes são capazes de produzir estímulos que acreditam serem os mais relevantes para cada momento e que vão provavelmente atrair a atenção do ouvinte. De fato, é de interesse do comunicador ser compreendido, por isso tende a produzir o estímulo ostensivo mais simples possível (de acordo com as suas capacidades e preferências, como vimos) e fornece evidências para os efeitos cognitivos que busca alcançar. Se estou em um restaurante, por exemplo, e desejo mais uma garrafa de vinho, posso levantar a garrafa vazia para o garçom. Ao fazer isso, estarei usando um estímulo ostensivo. Na TR, todo enunciado é um estímulo ostensivo que cria expectativas no ouvinte. Sua interpretação depende do reconhecimento de dois níveis de

⁶² Sperber (1994) propõe que há ouvintes mais e menos refinados. Crianças pequenas, por exemplo, que não são capazes de manipular as crenças dos outros, são ouvintes “ingênuos”, mais propensos a mal-entendidos.

intenções: a intenção informativa e a intenção comunicativa. A primeira se refere à nossa intenção de informar algo; a segunda informa o ouvinte sobre essa nossa intenção.

Para a TR, além disso, o processo de compreensão envolve subtarefas. Primeiramente, a partir da decodificação da forma lógica, o ouvinte busca construir uma hipótese adequada sobre o conteúdo explícito (explicatura); também elabora hipóteses sobre as suposições contextuais pretendidas (premissas implicadas); finalmente, constrói hipóteses sobre as conclusões implicadas (implicaturas). Essas subtarefas, porém, não ocorrem em série, mas em paralelo, uma vez que o processo de compreensão é *on-line*. Por essa razão, as hipóteses construídas podem ser revisadas conforme o processo de compreensão avança.

A teoria também possui uma visão particular de *contexto*. Nesse quadro teórico, ele é um construto psicológico, definido como um conjunto de suposições que um indivíduo possui sobre o mundo e que é utilizado na interpretação dos estímulos. Em outras palavras, o contexto corresponde ao conjunto de premissas que são usadas na interpretação de enunciados. Essas premissas, porém, apresentam-se sob a forma de representações mentais; assim, todos os elementos extralinguísticos que interferem de alguma maneira na comunicação devem estar manifestos aos interlocutores (isto é, devem ter sido percebidos, ainda que de forma subconsciente, do ambiente). Isso permite uma economia de processamento, uma vez que o contexto não está dado, mas é selecionado de modo a maximizar a relevância da suposição a ser interpretada. De fato, Sperber e Wilson rejeitam hipóteses mais tradicionais como a hipótese do contexto mútuo, alegando, entre outras coisas, que não consegue explicar como um contexto é selecionado na situação comunicativa. Eles substituem essa noção por outra que creem mais empiricamente adequada, o “ambiente cognitivo mútuo”, definido como “um conjunto de fatos manifestos ao indivíduo, percebidos ou inferidos através do ambiente físico e de suas habilidades cognitivas” (SILVEIRA, 2002, p.370); além disso, uma das suposições contidas nesse ambiente é o fato de ele ser mutuamente compartilhado. Portanto, toda suposição manifesta é mutuamente manifesta, o que possibilita que os dois interlocutores produzam as mesmas suposições caso isso seja relevante para a conversação. Os autores salientam, porém, que a manifestabilidade é um processo subconsciente: um fato pode ser manifesto sem ser conhecido ou suposto. Isso ocorre, por exemplo, quando ouvimos algum barulho na rua e não prestamos atenção nele, não construindo nenhuma suposição sobre sua origem. Embora não “saibamos” que isso aconteceu, essa informação pode ser trazida para o nosso consciente se encontramos um vizinho e ele nos pergunta se ouvimos o mesmo barulho, por exemplo. Ou seja, essa

informação, embora subconsciente, pode ser recuperada caso seja relevante em algum contexto posterior.

2.3.2 Implicaturas e Explicaturas

Como vimos, para Sperber e Wilson⁶³ a comunicação nunca é alcançada por uma simples decodificação automática dos sinais linguísticos. Mesmo assim, somos capazes de nos comunicarmos uns com os outros de forma bastante eficiente, uma vez que dispomos de uma heurística comum que nos permite produzir e interpretar estímulos ostensivos de forma rápida e precisa. Segundo esta heurística, a interpretação correta é a primeira interpretação acessível que seja relevante o suficiente, ou seja, a interpretação que produza mais efeitos contextuais pelo menor custo.

Também vimos que o processo de interpretação envolve subtarefas de cunho inferencial. A primeira é a atribuição de uma forma proposicional única para o enunciado, ou *explicatura*. Sperber e Wilson definem esse processo como um desenvolvimento da forma lógica do enunciado⁶⁴, quase sempre incompleta. O mecanismo que atua na derivação de explicaturas e implicaturas, porém, é o mesmo. Por se tratar de um desenvolvimento da forma lógica do enunciado, contudo, Sperber e Wilson defendem que a explicatura faz parte do *dito*⁶⁵, ou, em outras palavras, do conteúdo explícito do enunciado. Nas palavras dos autores: “Uma suposição comunicada por um enunciado U é explícita se e somente se é um desenvolvimento da formula lógica codificada por U”. (SPERBER; WILSON, 1995, p.182, tradução nossa).

Ao estabelecer uma analogia com o termo implicatura, Sperber e Wilson criam o termo “explicatura” para se referir a esse nível de significado explícito. Por oposição, a implicatura é definida como o conteúdo implícito veiculado pelos enunciados. Além disso, apresenta forma lógica independente/diferente do enunciado principal.

A explicatura, portanto, é vista como uma combinação do significado linguístico codificado e inferências contextuais. Quanto maior a contribuição do contexto, menos explícita é a explicatura, a qual, portanto, pode ser mais ou menos explícita, dependendo da quantidade de material inferido – em oposição a decodificado - no processo da sua derivação.

⁶³ Nos casos em que não especificarmos a data estaremos nos referindo ao modelo clássico da teoria, exposto em Sperber e Wilson (1986, 1995).

⁶⁴ A “forma lógica” é uma espécie de esquema proposicional (ou *template*) que deve ser completado inferencialmente de modo a exprimir uma proposição completa.

⁶⁵ “Dito”, aqui, não deve ser tomado no sentido griceano.

O conceito de explicatura opõe-se radicalmente à visão griceana de *dito*, que está mais próxima a uma visão tradicional de *dito* como mera decodificação. O contexto em Grice, como vimos, tem uma função limitada a eventuais desambiguações e/ou atribuição de referentes, e todo conteúdo inferido por outros processos é uma implicatura. Sperber e Wilson, no entanto, argumentam que estes processos não são suficientes para gerar uma forma proposicional completa na maioria dos casos. Um dos exemplos usados pelos autores é o seguinte enunciado:

(9) O morcego do Pedro é cinza.

Segundo Sperber e Wilson, diferentes interpretações são possíveis para (9), uma vez que há inúmeras possibilidades de interpretação do possessivo: o morcego escolhido pelo Pedro, o morcego morto pelo Pedro, o morcego mencionado pelo Pedro, etc. Portanto, não é possível postular que o significado do possessivo é ambíguo, pois as relações possíveis entre o morcego e Pedro parecem ser tantas quanto o contexto permitir. Além disso, postular ambiguidade nesse caso iria contra o princípio da Navalha de Occam modificada, o qual, como vimos, foi proposto pelo próprio Grice. Por esta razão, Sperber e Wilson preferem falar de incompletude semântica para o possessivo, e não de ambiguidade.

Os autores dão muitos outros exemplos em que a lacuna entre a representação semântica e a forma proposicional não pode ser preenchida somente por processos de desambiguação e atribuição de referência. Para eles, isto ocorre porque a forma lógica dos enunciados é somente um esquema, em que a presença de termos vagos ou semanticamente incompletos é uma indicação clara de que esse esquema precisa ser preenchido inferencialmente. Além disso, de acordo com Carston (2002), o conteúdo decodificado pode contribuir em maior ou menor quantidade para a derivação das explicaturas (com um conseqüente aumento ou redução do material inferido). Como já vimos, disso se segue que algumas explicaturas podem ser mais explícitas do que outras:

- (10) a. João colocou a xícara de café na mesa.
b. Na mesa.

Em (10), o primeiro enunciado é claramente muito mais explícito do que o segundo, altamente dependente de contexto. No entanto, embora possam existir enunciados mais ou

menos explícitos, Sperber e Wilson defendem que nenhuma expressão linguística é totalmente explícita, ou seja, nenhuma expressão linguística é capaz de codificar completamente a forma proposicional comunicada, sendo sempre necessário um certo ajuste no significado das palavras dependendo dos contextos em que ocorrem. De fato, sem esses ajustes as proposições veiculadas pelos enunciados não podem ter valor de verdade, devido a sua incompletude ou vaguidade. Como já vimos, esta tese é conhecida como “tese da subdeterminação semântica”, e é compartilhada pela maior parte das teorias pragmáticas atuais. Em relação à TR, Sperber e Wilson defendem que representações semânticas são formas lógicas incompletas, representações fragmentárias do pensamento. Por essa razão, devem ser enriquecidas/completadas de modo a exprimir uma proposição completa, a explicatura. Assim, somente explicaturas são representações mentais. Dessa forma, elas têm um papel fundamental no processo de interpretação, assim como na derivação das implicaturas.

Para a TR, há cinco processos envolvidos na derivação das explicaturas⁶⁶: a. desambiguação; b. atribuição de referência; c. saturação; d. enriquecimento livre; e. modulação. Os primeiros dois estão presentes na teoria clássica griceana, como já vimos. Já a saturação se refere a elementos presentes na forma lógica (*slots* sintáticos), que são preenchidos via contexto. Em (11), por exemplo, o termo “demais” requer uma complementação para que gere uma proposição. Essa complementação ocorre com o preenchimento de um *slot* sintático que especifica um parâmetro para “demais” (expresso entre colchetes):

(11) Está quente demais [para que?] (para sair, para colocar casaco, etc.)

O enriquecimento livre, por outro lado, é o mais polêmico dos processos envolvidos na derivação das explicaturas. O processo é dito “livre” porque não se trata de um preenchimento de *slots* na forma lógica ou de indexicais, mas é governado por questões pragmáticas, que adicionam elementos não presentes na forma lógica à explicatura. Vejamos alguns exemplos (em que a’, b’ e c’ representam esses enriquecimentos):

(12) a. A academia fica a certa distância da minha casa.

⁶⁶ Nesse trabalho não trataremos das chamadas explicaturas de segunda ordem, as quais incluem tipicamente atos de fala e descrições de atitudes proposicionais. A razão para isso é que tais conteúdos, embora também sejam chamados de explicaturas, não são mandatórios como as explicaturas, além de serem bastante polêmicas entre os teóricos. De qualquer forma, as explicaturas “básicas” são aquelas que se encontram em oposição com as ICGs.

- a'. A academia fica a uma distância [considerável] da minha casa.
- b. Você não vai morrer.
- b'. Você não vai morrer [por causa dessa ferida]. (BACH, 1994)⁶⁷
- c. Está chovendo.
- c'. Está chovendo [em Paris].

Em *a*, podemos ver que somente após ser enriquecido o enunciado se torna informativo/relevante. Afinal, uma coisa se encontrar a certa distância de outra coisa é uma verdade necessária (se a física estiver certa e dois corpos não puderem ocupar um mesmo espaço no universo). Em *b*, teríamos uma mentira evidente, pois todos nós vamos morrer um dia. Em (3c), por outro lado, teríamos uma informação demasiadamente vaga, e, novamente, inútil. Pois de que serviria a um ouvinte, em situações normais de comunicação, saber que em algum lugar do mundo está chovendo, sem que lhe fosse especificado onde? Embora alguns teóricos como Stanley (2002) critiquem esse processo, para o qual se apresentam poucas restrições, Carston e Hall (2012) defendem que o princípio da relevância é suficiente para limitar a quantidade de contribuições pragmáticas em cada caso.

A modulação⁶⁸, finalmente, consiste em ajustar os conceitos lexicais da forma lógica ao contexto. Esse processo é capaz de ampliar ou restringir os significados/denotações dos itens lexicais, criando conceitos *ad hoc*⁶⁹. Um exemplo desse tipo de processo ocorre com muitos adjetivos, devido a sua vaguidade. Assim, por exemplo, o conceito de “gordura” é ajustado de maneira diferente em “Gisele Bündchen está gorda” ou “Lutadores de sumô são gordos”. No entanto, os adjetivos não são a única categoria que sofre modulação, mas virtualmente qualquer elemento do enunciado pode, em um determinado contexto, vir a ser ajustado⁷⁰. Vejamos mais alguns exemplos:

- (13) a. A geladeira está VAZIA⁷¹*. (CARSTON, 2002)
- b. A Itália é uma BOTA*.
- c. O Paulo é um CACHORRO*.

⁶⁷ O enunciado deve ser lido em tom enfático para que se implicatura faça sentido.

⁶⁸ Também chamada de construção de conceitos *ad hoc*.

⁶⁹ Embora o atomismo lexical (FODOR, 1988) seja endossado pela TR, Carston sugere que significados lexicais talvez possam ser melhor descritos como esquemas conceituais (CARSTON, 2002).

⁷⁰ Até mesmo classes fechadas como as preposições.

⁷¹ O asterisco é usado na teoria para indicar que o conceito sofreu modulação (ou seja, que se trata de um conceito *ad hoc*).

Nossa experiência nos diz que *a* pode ser usada mesmo quando há ainda algumas coisas na geladeira (posso, por exemplo, querer indicar que não há mais comida, embora tenha bebidas). Já em (13b), “bota” faz referência ao formato da Itália, caso contrário seria uma mentira, uma vez que a Itália é um país⁷². Finalmente, em (13c) temos a palavra “cachorro” utilizada em um sentido metafórico (indicando algo como “Paulo não presta”). Mais uma vez, caso esse ajuste não fosse efetuado, teríamos uma mentira e, conseqüentemente, nenhuma informatividade.⁷³

⁷² Essa é uma diferença importante entre a TR e a teoria clássica griceana. Para Grice, usos figurados como metáforas, metonímias e ironias são implicaturas geradas pela violação da primeira máxima de qualidade. Para Sperber e Wilson (2006), por outro lado, metáforas são derivadas exatamente da mesma forma que outros termos vagos, ou seja, via modulação.

⁷³ Como podemos observar, esses processos garantem que as condições de verdade dos enunciados reflitam nossas intuições sobre o conteúdo comunicado. Esse é o mesmo motivo para que Levinson admita que certas ICGs interferem nas condições de verdade dos enunciados.

3 ICGS E EXPLICATURAS: ENTIDADES SEM IDENTIDADE?

Segundo o princípio científico de parcimônia conhecido como Navalha de Occam, a explicação mais simples é sempre a melhor. Como adiantamos na introdução desse trabalho, nesse capítulo iremos defender que a Teoria da Relevância e a Teoria das ICGs de Levinson postulam a existência de um nível de significado para o qual não têm evidências suficientes. Nosso objetivo é, portanto, argumentar que esses conceitos não possuem uma identidade clara e/ou critérios suficientes para diferenciá-los das implicaturas. Dessa forma, são entidades sem identidade, cuja existência pode ser colocada em dúvida.

O fenômeno que esses conceitos buscam capturar, contudo, tem grande apelo intuitivo, uma vez que certas inferências parecem efetivamente ter a propriedade de interferir no conteúdo do *ditto*, influenciando na determinação de suas condições de verdade. Além disso, embora a teoria de Levinson seja aquela que receba mais críticas de nossa parte, acreditamos que inferências automáticas possam ter um papel muito importante na nossa comunicação, principalmente com relação a certas tendências cognitivas ou culturais que o autor tenta claramente capturar com sua heurística-I. No prefácio de *Presumptive Meanings*, aliás, ele estabelece uma relação muito interessante entre comunicação e visão, em que a busca por padrões orienta nossas interpretações. Esse é o tipo de inferência automática que nos parece mais defensável, uma vez que temos mesmo dificuldade de identificá-las, tamanha a regularidade com que se aplicam. Ao ouvirmos um enunciado como “O gato está no capacho”, para citarmos o exemplo clássico de Searle⁷⁴, nem ao menos nos ocorre que o gato esteja apenas encostando uma de suas patas no capacho, por exemplo, ou, ainda, que ele esteja no capacho do vizinho. Da mesma forma, se alguém nos diz que “o estofado de um sofá é rosa”, não esperamos que ele também tenha bolinhas amarelas, por mais pequenas que sejam. Essas são as inferências que parecem ser realmente generalizadas, pois claramente precisamos de contextos especiais – e, por vezes, até mesmo inusitados – para que não se apliquem.

As outras heurísticas propostas pelo autor, contudo, não se aplicam de forma tão ampla, além de serem dependentes de considerações metalinguísticas. Em especial, as implicaturas-Q, que têm as implicaturas escalares como suas representantes principais, possuem existência duvidosa, quanto mais se vistas como independentes de contexto (HIRSCHBERG, 1985). Levinson, além disso, inclui em suas escalas muito mais do que Horn estaria pronto a assumir, como as escalas das cores, por exemplo. Se digo que comprei um

⁷⁴ O exemplo se encontra em Searle (1978).

carro preto, por exemplo, estou efetivamente negando que comprei um carro azul, vermelho ou prata; mas, ao mesmo tempo, também estou negando que tenha comprado uma bicicleta ou um barco. No máximo, essas inferências poderiam ser *defaults* para uma situação específica. Se meu ouvinte sabe que eu estava pensando em comprar ou uma bicicleta, ou um carro, por exemplo, e quando nos vemos digo que comprei um carro preto, então a implicatura derivada será algo como “x não comprou uma bicicleta” e não “x não comprou um carro azul, vermelho, prata, etc.” Levinson, porém, não explora essas questões. Naturalmente, no prefácio de seu livro esclarece que não quer se comprometer com questões relativas ao processamento das ICGs. Porém, ao propor que sejam implicaturas automáticas ele não pode escapar de certo comprometimento, por menor que seja, com o modo como essas implicaturas são derivadas.

Outra crítica importante que levantamos em relação à teoria de Levinson, é que, especialmente em relação às implicaturas escalares, não é possível sustentar que se trata de implicaturas automáticas a não ser que se assuma a hipótese estranha de que elas são *defaults* cancelados em contextos variados (os quais em parte buscamos identificar). O fato de essas implicaturas serem automáticas, naturalmente, é fundamental para essa teoria, pois é o que permite distingui-las das implicaturas particularizadas, conferindo-lhes uma identidade. Na hipótese de elas não serem automáticas, portanto, a teoria perde o critério que justifica separar as ICGs do nível das Implicaturas Conversacionais Particularizadas, o que tem implicações sérias para seus objetivos.

Em relação à Teoria da Relevância, nossa maior crítica se concentra na falta de um critério que consiga distinguir implicaturas e explicaturas de maneira inequívoca. Carston (1988) propõe diversos testes, nenhum dos quais se mostra realmente suficiente para estabelecer essa distinção – como reconhecido pela própria autora. Também criticamos a definição de explicatura como conteúdo explícito, o que, além de sugerir um critério intuitivo falho, é uma definição demasiadamente vaga para um conceito de tamanha importância, quanto mais porque a noção de implicatura é definida em oposição à noção de explicatura. Também avaliamos brevemente a hipótese de Capone (2009), segundo a qual explicaturas comprometem mais fortemente os falantes com seu conteúdo (em relação às implicaturas). Esse critério, porém, também não se mostra promissor, ainda que mereça ser melhor explorado em outra oportunidade. Concluimos, assim, que a explicatura, assim como as ICGs, é uma entidade sem identidade clara. A distinção entre implicaturas e explicaturas, portanto, merece ser melhor elaborada pela teoria.

Intuitivamente, porém, acreditamos que, qualquer que seja a divisão proposta, de fato há dois tipos de implicaturas que possuem naturezas distintas. A questão é de se estabelecer critérios sólidos para essa distinção.

3.1 PROBLEMATIZANDO O CONCEITO DE ICGS: IMPLICATURAS ESCALARES

Para começar, considere-se a seguinte situação:

(1) Contexto: Maria trabalha em uma empresa de *telemarketing*. Segunda-feira chega para trabalhar e descobre que sua gerente quer falar com ela. Vai até sua sala e sua gerente lhe diz:
Gerente: Alguns clientes reclamaram de você.

No exemplo fica claro que a gerente de Maria não tem a intenção de comunicar que “nem todos os clientes reclamaram dela”, o que não é relevante para o contexto em questão. A implicatura “nem todos os clientes reclamaram de você”, aliás, refletiria algo positivo, o que certamente não é o que sua gerente quer comunicar. O importante, nesse caso, é que houve reclamações, e que Maria deverá responder por elas. As situações em (2) parecem similares:

(2) a. Contexto: Paulo e Joana são namorados. É uma sexta-feira e eles vão se encontrar em um bar. Paulo chega primeiro. Em alguns minutos, toca seu telefone. É Joana, que lhe pergunta:

Joana: O bar está muito cheio?

Paulo: Tem algumas pessoas.

b. Contexto: Paulo e Carlos estão conversando sobre um casal que conhecem. Carlos acha que a mulher trai o marido, porque a viu saindo tarde do trabalho. Curioso sobre a opinião do amigo, pergunta o que acha do caso. Paulo responde:

Paulo: Às vezes ele tem que viajar a trabalho.

Em (2a), assim como em (1), Paulo não tem claramente a intenção de contrastar “alguns” com “nem todos”, até porque quem seriam “todos” os clientes daquele bar naquele dia? Portanto, o que Paulo quer comunicar é que o bar não está nem muito vazio, nem muito

cheio (respondendo à pergunta de Joana)⁷⁵. “Alguns”, nesse caso, parece significar algo como “um certo número de”⁷⁶. Ou seja, seu significado não corresponde nem a seu sentido lógico (“pelo menos um”), nem à implicatura (“nem todos”). Da mesma forma, em (2b), a implicatura é cancelada porque é irrelevante para o contexto em questão. De fato, nesse contexto a implicatura “nem sempre ele tem que viajar à trabalho” é totalmente irrelevante⁷⁷, já que o que interessa para o ouvinte é saber que *pelo menos algumas vezes* o marido não está em casa. É essa informação que lhe permite derivar a implicatura (particularizada) de que o falante concorda com ele, e que acha possível que a mulher traia o marido.

Os exemplos acima mostram situações em que as implicaturas escalares são canceladas em virtude do contexto. Como vimos, Levinson admite claramente essa possibilidade. Supõe-se, contudo, que isso não deva ocorrer com muita frequência, pois nesse caso o fato de essas implicaturas serem automáticas significaria um custo, e não um benefício, para seu processamento⁷⁸. Na próxima seção exploramos melhor esse argumento.

3.2 UM PADRÃO PARA OS CANCELAMENTOS

Na seção anterior vimos alguns casos em que as ICGs são canceladas pelo contexto. Nessa seção pretendemos explorar melhor essa questão. Para isso, enfocaremos a classe das implicaturas escalares, por acreditarmos que sejam os membros mais sólidos da categoria das ICGs⁷⁹. Além disso, essa é a categoria comumente utilizada como representativa das ICGs quer em críticas, quer em experimentos. A nossa hipótese é de que, contrariamente ao que acredita Levinson, essas inferências não podem ser automáticas ou *default*, mas são dependentes de contexto. A principal razão para defendermos isso é o fato dessas inferências serem frequentemente canceladas, o que tentamos mostrar nessa parte do trabalho (procurando ao mesmo tempo explicar porque esses cancelamentos acontecem). Além disso, de modo a simplificar nossa análise, vamos nos concentrar sobretudo em uma escala

⁷⁵ Caso a pergunta de Joana tivesse sido algo como “Já chegaram todos?”, a situação seria diferente, e a implicatura não seria cancelada. Portanto, o objetivo da conversação parece influenciar no cancelamento das ICGs (ver seção 3.1.2.1).

⁷⁶ Ou seja, sofre o que muitos pragmaticistas, entre os quais os teóricos da relevância, chamariam de “modulação” ou “ajuste”.

⁷⁷ Essa implicatura seria relevante, por exemplo, em um contexto em que o tema da conversação fosse a frequência com que o marido viaja a trabalho.

⁷⁸ Ainda que ignoremos a questão relativa a seu processamento, nos parece problemático para a teoria que os contextos de cancelamento das ICGs sejam muito recorrentes.

⁷⁹ Como defenderemos mais adiante, há uma diferença muito grande entre implicaturas Q, M e I. Implicaturas-I, por exemplo, parecem ser mais imunes a cancelamentos. Por essa razão, vamos nos concentrar nas implicaturas-Q, por serem aquelas mais conhecidas e mais pesquisadas.

específica, qual seja, a escala <todos, alguns>⁸⁰. Um motivo para privilegiar essa escala é o fato de ser aquela utilizada na maior parte dos experimentos que buscam testar as predições da teoria das ICGs⁸¹. Além disso, o argumento para sua existência é de peso: de fato, essa escala parece ser universal, e tem sido notada por lógicos há muitos séculos (HORN, 1984; LEVINSON, 2000). O que pretendemos sugerir, todavia, é que essa e outras escalas não são ativadas toda vez que o/um item escalar mais fraco é utilizado, mas são, pelo contrário, ativadas pelo contexto.

A nossa hipótese é de que essas implicaturas não são geradas (ou são canceladas, se admitirmos que são automáticas) em três circunstâncias: a) quando o item mais forte da escala não está saliente ou não é relevante para o contexto do enunciado; b) quando o termo mais forte não se aplica em nenhuma circunstância (porque gera enunciados improváveis ou absurdos); c) quando o ouvinte sabe que o falante não utiliza o termo mais forte da escala porque não tem condições para isso (o falante não sabe se o termo mais forte é aplicável). Além disso, mostraremos brevemente como a prosódia pode interferir na derivação dessas implicaturas. Para tornar a discussão mais didática, dedicaremos uma subseção a cada um dos casos.

3.2.1 Item mais forte da escala é irrelevante ou não está saliente no contexto

Observem-se os seguintes diálogos:

- (3) a. A: Onde está o Mauro?
B: Foi à livraria comprar alguns livros.
- b. A: Por que você está cozinhando?
B: A Manoela chamou alguns colegas para jantar.
- c. A: Cancelei alguns canais da TV a cabo.
B: Eles sempre repetem os mesmos programas.

Os exemplos acima mostram casos em que a implicatura escalar é cancelada por ser irrelevante para os propósitos da comunicação. Assim, nos enunciados de *a* a *c* o uso do termo mais fraco da escala (“alguns”) ativa a implicatura “nem todos”, que é posteriormente

⁸⁰ Embora essa escala possa ser aumentada (<todos, a maioria, muitos, alguns>), ela é geralmente usada na forma resumida, inclusive por Levinson (2000). Seguiremos essa tendência, pois torna a análise mais clara.

⁸¹ Como, por exemplo, Noveck (2001), Bezuidenhout e Morris (2004) e Bonnefon et al. (2009).

cancelada. Postular que essas implicaturas não são canceladas é possível, mas improvável⁸², devido à pouca relevância⁸³ de seus conteúdos. Em *a*, teríamos, por exemplo, a seguinte implicatura escalar: “Mauro não foi à livraria para comprar todos os livros”. Qual relação essa implicatura poderia ter com a pergunta de A? De qualquer forma, parece claro que o falante não tem a intenção de implicar isso, mas apenas de informar que Mauro quer comprar um ou mais livros. Da mesma forma, em *b*, qual seria a importância da implicatura “A Manoela não chamou todos os colegas para jantar” para a pergunta em questão? Aqui o que importa é o motivo pelo qual B está cozinhando. Em *c*, a implicatura poderia parecer mais relevante (“A não cancelou todos os canais da TV a cabo”), mas, novamente, não parece fazer parte das intenções do falante implicar isso. Naturalmente, as ICGs de Levinson não dependem de leitura da mente ou reconhecimento de intenções; porém, o que estamos querendo mostrar é que em uma análise griceana essas implicaturas simplesmente não existiriam, pois não há nenhuma indicação do falante (como uma quebra de máxima) que leve o ouvinte a implicar esses conteúdos.

O que há de comum nos casos acima, portanto, é a irrelevância da implicatura escalar para os objetivos do diálogo. Em *a* e *b* isso fica ainda mais claro, pois as implicaturas estão inseridas em um contexto de resposta a uma pergunta, o que restringe ainda mais as informações potencialmente relevantes para o ouvinte. Assim, nos casos acima podemos dizer que o significado semântico de “alguns” (pelo menos um) é suficientemente informativo, o que torna irrelevante a implicatura escalar “nem todos” para os propósitos da comunicação.

Como já vimos, o raciocínio por trás das implicaturas escalares é o seguinte: o fato de o falante usar um termo mais fraco de uma escala conhecida por ambos (digamos, $\langle p, q \rangle$) leva o ouvinte a inferir que o falante não tem condições de afirmar o termo mais forte (p); isso, por sua vez, gera a implicatura de que não é o caso que p se aplique (ou seja, não é verdade que p). No entanto, nos casos acima o falante escolhe utilizar o termo mais fraco da escala porque ele é suficientemente informativo para os propósitos da comunicação. Nesses casos, portanto, o falante claramente não se compromete com a implicatura escalar. Seria ilógico pensar que o falante em *a*, por exemplo, quer implicar que Mauro não foi à livraria comprar todos os livros. O mesmo não ocorre, porém, nos enunciados de (4):

(4) a. A: Comprou os livros?

⁸² A não ser que se imagine um contexto mais elaborado em que a informação implicada é importante para o ouvinte.

⁸³ O termo “relevância”, nessa parte do texto, não deve ser tomado em seu sentido técnico.

B: Comprei alguns.

b. A: A Manoela já convidou as colegas para a janta?

B: Ela já falou com algumas.

c. A: Já cancelou a TV a cabo?

B: Cancelei alguns canais.

Como vemos, em (4) o item mais forte da escala faz parte do tópico da conversa. De fato, a pergunta de A em cada caso torna saliente o item mais forte, garantindo a relevância da implicatura escalar. O mesmo ocorre com as chamadas pseudoescalas⁸⁴. Compare-se:

(5) a. A: Você quer a toalha branca ou rosa?

B: A branca.

a' A: Qual toalha você quer?

B: A branca.

b. A: Excelente a oferta, né?

B: Eu achei boa.

b'. A: O que achou da oferta?

B: Achei boa.

c. A: Você está apaixonado pela Maria?

B: Eu gosto dela.

c'. A: O que você acha da Maria?

B: Eu gosto dela.

Como podemos ver, nos enunciados de *a* a *c* a implicatura surge porque o termo mais forte da escala está saliente (ou há pelo menos um termo saliente, como ocorre em *a*⁸⁵); inversamente, é duvidoso que essas mesmas implicaturas surjam nos enunciados de *a'* a *c'*,

⁸⁴ Embora Levinson utilize esse rótulo, ele admite, como vimos, essas escalas dentro das implicaturas-Q.

⁸⁵ A escala das cores é uma escala que não apresenta relações de acarretamento, como já vimos. Portanto, não há termo mais forte nesse caso.

uma vez que as implicaturas geradas, como vimos nos casos anteriores, seriam irrelevantes para os propósitos da comunicação.

3.2.1.1 O termo mais forte não se aplica em nenhuma circunstância

Uma circunstância particular da condição anterior parece afetar especialmente a escala <todos, alguns>. De fato, há casos em que o item mais forte (“todos”) não só não é relevante para a situação comunicativa, mas não poderia ter sido utilizado por razões alheias à linguagem. Considerem-se os diálogos abaixo:

- (6) a. A: O que a Paula fez no shopping?
B: Foi comprar alguns vestidos.
- b. A: O que houve com o Paulo?
B: Se sentiu mal e ficou algumas horas internado no hospital.
- c. A: Por que a Maria está tão feliz?
B: Ela teve algumas ideias para o projeto de doutorado.

Os casos em (6), como podemos ver, são similares aos casos em (3). A diferença é que em (3), ainda que fosse irrelevante para os propósitos da comunicação, a implicatura escalar fazia sentido. De fato, em (3a), por exemplo, o falante poderia virtualmente ter usado o termo mais forte da escala (Foi à livraria comprar *todos* os livros). Se a implicatura é cancelada é porque não é relevante para os propósitos da comunicação. O mesmo não ocorre, porém, com os enunciados em (6). Em (6') mostramos como o uso de “todos” não estava, de fato, disponível ao falante:

- (6') a. A: Por que a Paula saiu?
B: Foi comprar *todos* os vestidos.
- b. A: O que houve com o Paulo?
B: Se sentiu mal e ficou *todas* as horas internado no hospital.
- c. A: Por que a Maria está tão feliz?
B: Ela teve *todas as* ideias para o projeto de doutorado.

Como podemos ver, o falante, nesses casos, não escolhe utilizar o termo mais fraco da escala *porque* o termo mais forte não se aplica, pois ele nem ao menos tem essa opção. De fato, o conjunto de todas as entidades é totalmente irrelevante nesse caso, assim como provavelmente o é em (3). O significado literal de “alguns”, nesses contextos, é suficiente para que o falante comunique o que quer e para que o ouvinte tenha informações suficientemente relevantes. Consequentemente, uma vez que a utilização do quantificador “todos” nesses enunciados geraria conteúdos improváveis, o mesmo ocorre com suas supostas ICGs: “Paula não foi comprar todos os vestidos”/ “Paulo não ficou todas as horas internado no hospital”/ “Ela não teve todas as ideias para o projeto de doutorado”.

Em (6), portanto, o ouvinte sabe que o falante não tinha a opção de usar o termo mais forte da escala, pois as entidades em questão formam conjuntos infinitos. Quais entidades fazem parte do conjunto de “todas as ideias”, por exemplo? Consequentemente, o domínio de quantificação para “todos” não pode ser delimitado (por questões alheias à linguagem, como já dito), acarretando o cancelamento da implicatura.

Em alguns enunciados de (6), porém, a implicatura escalar poderia ser mantida⁸⁶ caso restringíssemos de alguma maneira o domínio de objetos sobre o qual o quantificador opera:

- (7) a. A: Por que a Paula saiu?
B: Foi comprar alguns dos vestidos que as clientes encomendaram.
- b. A: O que houve com o Paulo?
B: Se sentiu mal e ficou algumas horas do dia internado no hospital.

Ao adicionarmos a oração relativa em *a*, colocamos em evidência um determinado conjunto, qual seja, o conjunto dos vestidos que as clientes de Paula encomendaram. Assim, a implicatura escalar não só não é mais absurda como é esperada. De fato, a saliência de um conjunto total sobre o qual o quantificador universal pode operar favorece o surgimento da implicatura escalar nesses casos. O mesmo ocorre em *b*. Portanto, as implicaturas geradas não são canceladas nesse caso: “Paula não foi comprar todos os vestidos que as clientes encomendaram”/ “Paulo não ficou todas as horas do dia internado no hospital”.

A importância da saliência do conjunto total de indivíduos/objetos nesses casos parece estar relacionada ao fato das implicaturas escalares serem implicaturas negativas. De fato, saber que $\sim p$ é pouco interessante se previamente não temos a suposição de que p é o caso.

⁸⁶ Estamos pressupondo que a implicatura é gerada sempre, como argumenta Levinson (2000).

Não esperamos – e não é relevante - que alguém diga que “não está chovendo”, por exemplo, quando não temos motivo para esperar que chova, ou, ainda, acharíamos muito estranho que um amigo nos dissesse “ x não roubou um banco” quando nunca pensamos que x seria capaz de fazê-lo. Em outras palavras, a possibilidade de que x tivesse roubado um banco deveria fazer parte, de alguma forma, do pano de fundo conversacional para que essa informação fizesse algum sentido de ser comunicada. O mesmo parece ocorrer com as implicaturas escalares em algumas circunstâncias: elas seriam canceladas porque não alteram o estado de crenças do ouvinte de modo a representar um benefício para sua representação de mundo⁸⁷.

3.2.2 O falante não sabe se o termo mais forte da escala se aplica

Considerem-se os enunciados abaixo:

- (7) a. A: Qual o problema?
B: Algumas embalagens vieram abertas.
- b. A: Como estão os funcionários?
B: Alguns foram infectados pelo vírus.
- c. A: Sabe se o João conseguiu passar no vestibular?
B: Ele tentou.

Nos casos acima, a implicatura escalar é bloqueada porque faz parte do contexto mutuamente compartilhado que o falante não sabe (ou não teria como saber) se o termo mais forte da escala se aplica. Nesses casos, utilizando uma explicação griceana clássica, podemos dizer que o falante utiliza o termo mais fraco na escala para não violar a segunda máxima da Qualidade (não afirmando aquilo para que não tem provas suficientes). Portanto, uma vez que o ouvinte sabe que o falante não sabe se o termo mais forte se aplica, a implicatura é cancelada.

Em *a*, podemos imaginar que B acaba de receber uma encomenda, e que A estava presente quando isso aconteceu. Digamos que essa encomenda fosse de roupas, e que cada

⁸⁷ O problema para a proposta de Levinson, a ser discutido na seção 3.3, é que na hipótese de não existir contraste com alguma informação pressuposta no contexto, então a implicatura escalar não poderá ser cancelada (já que ela não é cancelada *a não ser* que o contexto apresente alguma suposição contrária) (CARSTON, 1994).

roupa estivesse embalada em um pacote individual. B começa a examinar a encomenda e percebe que algumas embalagens estão abertas. Imaginemos que o diálogo em *a* ocorre exatamente nesse momento, e que B ainda não tinha aberto todos os pacotes quando é questionado por A. Nessa situação, a implicatura de que “nem todas as embalagens vieram abertas” seria claramente cancelada, uma vez que A sabe que B ainda não verificou toda a encomenda, e que, portanto, não teria como afirmar que “todas as embalagens vieram abertas”. Consequentemente, uma vez que A e B sabem que B utilizou o termo mais fraco da escala não porque *sabe* que não se aplica naquela circunstância, mas porque *não sabe* se se aplica, a implicatura escalar não se sustenta.

Similarmente, em *b* A sabe que B não teria como saber se todos foram infectados pelo vírus⁸⁸, uma vez que nosso conhecimento de mundo nos diz que algumas pessoas levam mais tempo do que outras para apresentar os sintomas de certas doenças. Assim, A não poderia interpretar que B quis dizer que “nem todos os funcionários foram infectados”, pois ele não teria como afirmar, naquele momento, que “todos os funcionários foram infectados” (o elemento mais forte da escala).

Em *c*, por outro lado, estamos admitindo que A sabe que B não sabe (ou supõe que B não saiba) qual foi o resultado do vestibular ainda. Por essa razão, A não implica que João não conseguiu passar no vestibular, pois B não teria como saber isso⁸⁹.

Como vimos até aqui, a implicatura escalar é cancelada em pelo menos três situações específicas (e, aparentemente, bastante comuns). Na próxima seção, veremos como, para Levinson, esses cancelamentos ocorrem.

3.3 CANCELAMENTO DA IMPLICATURA ESCALAR E CONTEXTO

Segundo Levinson (2000), as implicaturas escalares são automáticas, sendo geradas localmente tão logo uma expressão que as desencadeia é encontrada. Elas são, porém, canceladas se contradizem certas informações contextuais incompatíveis com a ICG:

Implicaturas conversacionais são, por definição, inferências canceláveis, voláteis. As implicaturas generalizadas, naturalmente, são igualmente canceláveis no contexto de

⁸⁸ Imaginando que não se passou muito tempo desde o contágio, e que falantes e ouvintes estão conscientes de que é cedo para uma resposta definitiva.

⁸⁹ A escala pertinente, nesse caso, é: <tentar, conseguir>.

afirmações contrárias, assim como diante de suposições contextuais incompatíveis que as excluem.⁹⁰ (LEVINSON, 2000, p.155, tradução nossa)

O autor exemplifica como ocorre esse cancelamento com o seguinte exemplo:

- (9) A: Um príncipe saudita acaba de comprar a Harrods.
B: Alguns príncipes sauditas são muito ricos. (LEVINSON, 2000, p.155)

Suposição contextual: Todos os príncipes sauditas são muitos ricos.

Implicatura (bloqueada): Nem todos os príncipes sauditas são muito ricos.

Em (9), a implicatura ativada pelo uso do item escalar “alguns” é bloqueada por não ser consistente com a suposição contextual de que todos os príncipes sauditas são ricos. No entanto, nem sempre isso ocorre. Nos casos de cancelamento examinados até aqui, por exemplo, não fica claro qual tipo de informação as implicaturas estariam contradizendo. Vejamos o exemplo (5a), repetido aqui como (10):

- (10) a. A: O que a Paula fez no *shopping*?
B: Foi comprar alguns vestidos.

Implicatura (bloqueada): Paula não foi ao *shopping* comprar todos os vestidos.

Suposição contextual: ?

Para que a ICG fosse cancelada, teríamos que admitir que a informação de que Paula não foi ao *shopping* comprar todos os vestidos é incompatível com alguma outra informação dada no contexto. Isso, porém, parece implausível. De fato, para que essa implicatura fosse cancelada, o contexto deveria conter alguma suposição como “Paula foi ao *shopping* comprar todos os vestidos”, o que é altamente improvável. De fato, essa seria uma suposição estranha e incomum, já que as pessoas costumam ir a *shoppings* para comprar uma ou duas coisas, e não todos os itens ofertados, ainda que de uma categoria específica. Essa informação, na realidade, nem ao menos parece nos ocorrer quando interpretamos o enunciado em questão.

Carston (1996) discute um exemplo similar:

- (11) A: Se pelo menos um estudante rodou, eu vou ter problemas.

⁹⁰ No original: “Conversational Implicatures are, by definition, volatile, defeasible inferences. Generalized implicatures are, of course, just as defeasible in the context of statements to the contrary, as they are to contextual assumptions that rule them out of court.”

B: Infelizmente, acho que alguns deles rodaram. (CARSTON, 2000, p.236)

Segundo ela, nesse caso é irrelevante saber se nem todos os alunos rodaram, uma vez que o fato de apenas um deles não ter passado já é suficiente para que A tenha problemas. Assim como em (10), não fica claro qual suposição bloquearia a implicatura, já que é improvável que uma suposição que contradiga a implicatura estivesse presente no contexto. Nas palavras de Carston:

Eu não acho que haja qualquer razão para dizer que o enunciado de B implica que nem todos os estudantes rodaram. No entanto, não há uma suposição contextual como “Todos os estudantes rodaram” que pudesse bloquear esta suposta inferência *default*. Não há tal inferência porque ela não é necessária para que o ouvinte considere que o enunciado satisfaz a presunção de relevância ótima.⁹¹ (CARSTON, 1994, p.236, tradução nossa)

Levinson discute alguns casos similares aos apontados nessa seção. Segundo ele, esses são casos interessantes em que o cancelamento da implicatura escalar não é desencadeado por nenhuma inconsistência com o contexto. O autor dá o seguinte exemplo:

(12) A: Existe alguma evidência contra eles?

B: Alguns de seus documentos de identidade são falsificados.

Nesse caso, como explica o teórico, a implicatura escalar é cancelada ainda que não haja inconsistência com o contexto. Isso acontece, segundo ele, porque o interesse de A é somente saber se há alguma evidência contra os criminosos. Assim, a informação de que pelo menos uma das identidades é falsa já é relevante o suficiente dada a pergunta de A. Como aponta Levinson: “a explicação parece ser de que a satisfação do objetivo específico aqui é presumivelmente suficiente para a carga comunicativa do enunciado”⁹² (LEVINSON, 2000, p.52). Nesse sentido, esses casos envolveriam uma interferência da máxima griceana de Relevância, a qual seria capaz de bloquear algumas inferências:

Aparentemente, implicaturas de Relevância, ou inferências sobre os objetivos do falante, podem limitar a quantidade de inferências adicionais licenciadas. Consequentemente, mesmo quando essas inferências adicionais são inteiramente

⁹¹ No original: “I do not think there should be any inclination here to say that B’s utterance implicates that not all of the students have failed. But there is no contextual assumption, say ‘All the students have failed’, which would block this supposedly default inference. There is no such inference because it is not required for the hearer to satisfy himself that the presumption of optimal relevance has been fulfilled.”

⁹² No original: “the explanation would seem to be that satisfying the very specific goal here can be presumed to exhaust the communicational load of the utterance.”

consistentes com tudo o que é sabido, elas são canceladas.⁹³ (LEVINSON, 2000, p.52)

Portanto, Levinson acredita que a máxima de Relevância possa influenciar no cancelamento de implicaturas escalares em alguns casos. Contudo, o autor não explica como exatamente isso ocorre, uma vez que não há suposições contextuais capazes de bloqueá-las. Isso, claramente, acaba conferindo um poder demasiado grande para a máxima de Relevância. Além disso, poderia gerar um paradoxo (e certamente um argumento para a TR): se a máxima de Relevância é capaz de cancelar os *defaults* em todas as circunstâncias em que não se mostram de acordo com ela, por que não postular que, pelo contrário, é a máxima da Relevância que gera essas implicaturas?

O exemplo (12) é muito similar a nossos exemplos em (4). De fato, em ambos os casos a implicatura é irrelevante para os propósitos/objetivos da comunicação. Isso mostra que Levinson também reconhece que há um cancelamento das implicaturas nesses casos. No entanto, o autor não explica como é possível que inferências *default* sejam canceladas em tantas circunstâncias (em pelo menos todas as situações em que elas não forem relevantes para os objetivos da comunicação). Tal fato coloca em dúvida se essas implicaturas são realmente as interpretações preferidas, além de questionar se elas realmente significam uma economia de processamento, tendo em vista que seu cancelamento significa um gasto cognitivo. Além disso, Levinson também não explica de que forma esse cancelamento ocorre, uma vez que as implicaturas, nesses casos, são consistentes com o contexto.

3.4 INTERFERÊNCIA DE FATORES PROSÓDICOS

Além dos casos observados nas seções anteriores, há um outro fator importante que influencia nas implicaturas escalares⁹⁴. Esse fator é a prosódia. Diferentemente dos casos anteriores, contudo, uma prosódia mais marcada reforça (e não cancela) a implicatura. Vejamos alguns exemplos:

- (13) a. Algumas pessoas resistiram ao ataque terrorista em Paris.
 a'. Algumas pessoas resistiram ao ataque terrorista em Paris.

⁹³ No original: “It seems that that Relevance implicatures, or inferences about speaker goals can limit the amount of further inference that is warranted. Thus even where these further inferences are entirely consistent with all that is known, they do not go through.”

⁹⁴ Iremos apenas mencionar essa interação, que cremos ser muito importante para qualquer teoria pragmática inferencial e que certamente merece mais pesquisas.

+> Nem todas as pessoas resistiram ao ataque terrorista em Paria.

b. Às vezes a Maria chega atrasada.

b'. Às vezes a Maria chega atrasada.

+> Nem sempre a Maria chega atrasada.

c. Alguns quadros foram roubados.

c'. Alguns quadros foram roubados.

+> Nem todos os quadros foram roubados.

d. Ela tentou falar com o João.

d'. Ela tentou falar com o João.

+> Ela não conseguiu falar com o João.

Como podemos observar, os enunciados de a' a d' , se lidos com uma prosódia que ponha em foco o item escalar, carregam, sem qualquer dúvida, a implicatura escalar correspondente. No entanto, o mesmo não ocorre com os enunciados de a a d^{95} , para os quais poderíamos facilmente imaginar contextos de cancelamento. O enunciado c , por exemplo, poderia ser utilizado como uma resposta a uma pergunta como “O que aconteceu no museu ontem à noite?” em que provavelmente a implicatura “nem todos os quadros foram roubados” não faria mais sentido. Da mesma forma, o enunciado b , se utilizado como resposta a uma pergunta como “Onde está a Maria?”, não carregaria mais a implicatura escalar. O que esses exemplos mostram, portanto, é que a prosódia dos enunciados também parece interferir na derivação/cancelamento das implicaturas escalares.

Em relação aos exemplos abordados em (5), acontece um fenômeno interessante: o item escalar simplesmente não pode ser enfatizado. Vamos repetir os exemplos em (14) para que possamos avaliar melhor essa afirmação:

(14) a. A: O que a Paula fez no *shopping*?

B: Foi comprar alguns vestidos.

b. A: O que houve com o Paulo?

B: Se sentiu mal e ficou algumas horas internado no hospital.

⁹⁵ A leitura proposta para esses enunciados é uma leitura neutra.

- c. A: Por que a Maria está tão feliz?
 B: Ela teve algumas ideias para o projeto de doutorado.

Como podemos ver, nesses casos a ênfase no item escalar não só não favorece a implicatura como torna o enunciado agramatical nesses casos. Curiosamente, mesmo que os enunciados de B em cada caso fossem tomados independentemente das perguntas em A, ainda assim esse reforço não seria possível. Isso ocorre porque nos exemplos em (14) não é possível delimitar o conjunto total das entidades sobre o qual o quantificador opera. Dessa forma, a nossa previsão é de que em nenhum contexto a implicatura escalar será permitida (a não ser em casos como aqueles mostrados em (7)); conseqüentemente, a prosódia não consegue favorecer a implicatura nesses casos.

3.5 ICGs E IMPLICATURAS POTENCIAIS

Levinson (2000), como já discutimos, não explora como se dá o processamento das ICGs de um ponto de vista cognitivo. Sua única indicação a esse respeito vem da própria caracterização dessas implicaturas, que, segundo ele, são automáticas e independentes de contexto. Na seção anterior, porém, mostramos que os contextos de cancelamento dessas implicaturas são variados, o que coloca em jogo, ao menos de um ponto de vista cognitivo, seu caráter automático. Para Jaszczolt (2011, p.2354, tradução nossa), o alto índice de cancelamentos seria uma consequência do caráter local dessas implicaturas: “[...]se elas são produzidas *on-line*, localmente, assim que encontram a palavra ou construção que as desencadeia, elas serão provavelmente canceladas com muita frequência. E esse cancelamento não tem um custo baixo: é custoso em termos de esforço de processamento.”⁹⁶

Uma alternativa para esse problema é dada por Bezuidenhout e Morris (2004). Segundo os autores, podemos resolver a questão relativa ao custo de processamento se considerarmos que as implicaturas *default* são implicaturas potenciais.⁹⁷ Assim, em uma escala como <sempre, quase sempre, frequentemente, às vezes>⁹⁸, para cada elemento há implicaturas potenciais (a negação de todos os elementos à sua esquerda) que podem ou não

⁹⁶ No original: “[...]if they are produced on-line, locally, as soon as the triggering word or construction arises, they are likely often to be cancelled. And this cancellation is not ‘cheap’: it is costly in processing effort.”

⁹⁷ Embora aparentemente essa não seja a posição de Levinson (2000) – e seguramente não seja a posição assumida em experimentos que testam suas hipóteses.

⁹⁸ Nesses casos, assume-se que o uso de um item escalar gera automaticamente uma implicatura diferente para cada elemento à sua esquerda (negando-o). Dentre essas implicaturas, aquela que nega o elemento mais forte da escala (nesse caso particular, “todos”), será a implicatura mais fortemente implicada.

vir a ser implicaturas efetivas. Consequentemente, a implicatura efetivamente comunicada seria escolhida pelo contexto, e não haveria cancelamentos.

Para Bezuidenhout e Morris (2004), isso equivaleria a tratar as ICGs como similares a ambiguidades semânticas, que são ativadas cada vez que sentença é usada, embora só uma interpretação seja escolhida. No entanto, os autores não acreditam que essa analogia seja possível, uma vez que essas interpretações, diferentemente das ambiguidades lexicais, não correspondem a significados prontos que são acessados via léxico, mas devem ser computadas, mesmo que isso seja feito de forma veloz. Em “João comeu algumas balas”, por exemplo, a implicatura escalar “João não comeu todas as balas” não é uma interpretação pronta, que faça parte do conteúdo codificado lexicalmente. Por outro lado, se a implicatura correta deve ser selecionada pelo contexto, isso acarreta a perda de uma das características fundamentais das ICGs, tornando-as muito próximas ao tipo de implicatura defendida pela a TR – uma vez que a TR não nega que estereótipos e *scripts* possam ter um papel importante na comunicação, favorecendo certas interpretações.

Também pelas razões levantadas acima, Bezuidenhout e Morris (2004) criticam a proposta de Levinson (2000), segundo a qual enunciados-tipo podem apresentar mais de uma interpretação *default*. Isso ocorreria com o possessivo, por exemplo⁹⁹. De fato, “O livro do João” em “O livro do João está sobre a mesa”, segundo Levinson, licencia inferências tão variadas como João comprou/ possui/ está lendo/ pegou emprestado/ escreveu um livro. Similarmente, escalas não binárias como <todos, a maioria, muitos, alguns> geram múltiplas inferências: “Comi algumas balas” +> Não comi muitas/a maioria/todas as balas. O problema de permitir mais de uma ICG para um mesmo enunciado-tipo é que isso vai contra a própria razão de existência de uma implicatura *default*. Além disso, se o ouvinte deve decidir entre várias alternativas cada vez que se defronta com um enunciado-tipo (uma vez que essas implicaturas não podem ser tratadas como ambiguidades semânticas), isso contraria a ideia de que as ICGs possam significar uma economia na interpretação de enunciados. Como explicam Bezuidenhout e Morris: “O objetivo de existir um *default* é precisamente evitar a necessidade de fazer escolhas a não ser que sejamos forçados a isso por circunstâncias não usuais” (BEZUIDENHOUT; MORRIS, 2004, p.265).¹⁰⁰ Além disso, nesse caso uma questão fundamental se coloca: como fazemos para selecionar a ICG correta para cada enunciado? No

⁹⁹ Na verdade, há muitos casos de *defaults* múltiplos na teoria, já que todas as escalas não binárias têm associadas a elas pelo menos duas ICGs.

¹⁰⁰ No original: “The point of having a default is precisely to avoid the need for making choices unless forced to do so by unusual circumstances.”

caso do possessivo, por exemplo, quais seriam os *defaults*? Se eles são tão variados quanto o contexto permite, novamente, não faz mais sentido falar em implicaturas automáticas.

Em um trecho interessante de seu livro *Pragmatics*, Levinson (1983) demonstra que estava consciente da frequência com que as ICGs são canceladas, razão pela qual, na ocasião, propõe que as implicaturas escalares deveriam ser tratadas como inferências potenciais:

“João afirma que alguns dos meninos foram” não compromete o falante em saber que “Nem todos eles foram”, pois *alguns* ocorre em uma oração relativa que não é acarretada pela sentença matriz. Por essa razão, e por questões de cancelamento em geral, é útil distinguir entre implicaturas **potenciais** e implicaturas reais. (LEVINSON, 1983, p. 134, tradução nossa, grifo do autor)¹⁰¹.

A ideia de “implicaturas potenciais” a que se refere Levinson (1983) nesse trecho é provavelmente aquela proposta por Gazdar (1979). É importante salientar, porém, que a intenção de Gazdar não era propor um modelo de processamento das implicaturas, mas resolver certas questões formais relativas à projeção de implicaturas e pressuposições. O problema é que, como vimos, não é possível tratar as implicaturas escalares como ambiguidades semânticas. Consequentemente, de um ponto de vista cognitivo, não há a possibilidade de postularmos implicaturas potenciais.

Portanto, segundo Bezuidenhout e Morris (2004), a única solução disponível para Levinson é propor somente um *default* para cada enunciado-tipo. Esse passo, no entanto, o levaria provavelmente a um paradoxo. De fato, as implicaturas automáticas deveriam significar uma economia de processamento; no entanto, se essas implicaturas são canceladas com muita frequência, isso passa a representar um custo e não uma economia (já que os cancelamentos demandam esforço). Consequentemente, não faz mais sentido falar em implicaturas automáticas¹⁰².

3.5 ICGs: UMA CLASSE NATURAL?

Há dois argumentos importantes contra a teoria de Levinson. O primeiro foi abordado nas seções precedentes e se refere à cancelabilidade das ICGs. Como defendemos, a

¹⁰¹ No original: “John says that some of the boys went does not commit the speaker to knowing ‘Not all of them went’ because *some* occurs in a complement clause that is not entailed by the matrix clause. For this reason, and because of defeasibility in general, it is useful to make the distinction between **potential** and actual implicatures.”

¹⁰² Vimos ressaltando o não comprometimento de Levinson com o processamento das ICGs. Bezuidenhout e Morris (2004), porém, assumem que esse comprometimento existe. De fato, embora Levinson evite falar em processamento, como já observamos antes, em muitos momentos ele sugere que as implicaturas *default* representam uma economia cognitiva.

cancelabilidade deve ser exceção, e não regra, para que faça sentido postular que as ICGs são implicaturas automáticas. O segundo argumento será apresentado nessa seção e se refere à diversidade de fenômenos abarcados pela classe das ICGs, o que torna problemática sua caracterização. Partindo da crítica apresentada por Jaszczolt (2005), vamos defender que as ICGs são uma classe artificial, formada por fenômenos distintos.

Segundo Jaszczolt (2005), o “nível intermediário” das ICGs é uma grande “lata de lixo” onde fenômenos para os quais não se conhece um tratamento são jogados. Como não compartilham propriedades do modo que se esperaria de uma classe, a autora defende que não faz sentido postular que formem um nível de significado independente como sugerido por Levinson. Ao fazer essa crítica, Jaszczolt leva em conta um princípio metodológico criado por ela e inspirado na Navalha de Occam, segundo o qual “níveis de significado não devem ser multiplicados além do necessário”. Jaszczolt, no entanto, dedica alguns poucos parágrafos a essa questão, que pretendemos discutir melhor nessa seção. A tese a ser seguida, portanto, é de que as ICGs não formam uma classe natural, englobando fenômenos tão diferentes quanto as implicaturas-I e as implicaturas-Q. O próprio Levinson, aliás, levanta essa questão em dois trechos de seu livro. Em relação às implicaturas-I, afirma:

“Pode ser, por exemplo, que os procedimentos inferenciais subjacentes às inferências-I sejam suficientemente distintos ao ponto de pertencer a um tipo inteiramente diferente – afinal de contas, comparadas às inferências M- e Q-, elas têm um caráter metalinguístico muito menor, e são muito mais dependentes de suposições comuns sobre o mundo (isto é, estereótipos).” (LEVINSON, 2000, p.373, tradução nossa)¹⁰³

E sobre as implicaturas-Q, diz:

“Esses diferentes tipos de exemplo levantam a possibilidade que exista um conjunto inteiro de tipos distintos, embora relacionados, de implicaturas-Q, cada uma carregando uma semelhança de família com a outra, e cada uma sendo derivada por diferentes tipos de conjuntos de contrastes providos pela estrutura do léxico. (LEVINSON, 2000, p.100, tradução nossa)¹⁰⁴

Os comentários de Levinson não causam surpresa, uma vez que a assimetria entre as heurísticas propostas é bastante evidente. Essa disparidade ocorre não somente entre os tipos

¹⁰³ No original: “It may be, for example, that the inferential procedures underlying I-inferences are sufficiently distinct to belong to an entirely different genus – after all, compared to the M- and Q-inferences they are much less metalinguistic in character, and much more dependent on common presumptions about the world (i.e. stereotypes).”

¹⁰⁴ No original: “These different kinds of example raise the possibility that there is a whole set of distinct but related types of Q-implicature, each bearing a family resemblance to one another, and each deriving from different kinds of contrast set provided by the structure of the lexicon.”

de implicaturas geradas por cada heurística, mas também dentro dos próprios grupos de implicaturas (como evidenciado no segundo comentário). De fato, Levinson (2000) é menos rígido em suas escalas, admitindo relações escalares entre termos que não possuem relação de acarretamento, por exemplo, uma condição fundamental para Horn (1984). Além disso, como já vimos, certas escalas podem ter infinitos membros, como as escalas dos números e das cores, enquanto outras são binárias, como as escalas <amar, gostar> ou <saber, acreditar>. Elas podem, ainda, estar ligadas a palavras ou a orações inteiras, caso em que são chamadas de implicaturas oracionais. Por outro lado, enquanto as implicaturas-Q dependem de contrastes gerados dentro de suas próprias escalas, as implicaturas-M não contrastam com outras implicaturas-M, mas com implicaturas-I, de que dependem numa relação de complementaridade. Assim, dizer que “x fez com que o carro parasse”, por exemplo, implica que “x não parou o carro da maneira usual” porque há um modo mais estereotípico de veiculação desse mesmo conteúdo, qual seja, “x parou o carro”.

Nas subseções seguintes exploramos esse argumento, analisando cada tipo de implicatura separadamente. Ressaltamos, contudo, que não se trata de uma discussão exaustiva da questão. Nosso objetivo maior é mostrar que essas implicaturas são demasiadamente diferentes em sua natureza, o que torna suspeita a afirmação de que formam uma classe natural.

3.6.1 A classe das Implicaturas-Q

As implicaturas-Q são aquelas que gozam de maior importância na teoria de Levinson. De fato, essas escalas vêm sendo estudadas há mais de trinta anos pelos neogriceanos. Elas não são, na verdade, o alvo direto de nossa crítica. O problema maior, a nosso ver, é o fato de essas implicaturas serem consideradas automáticas por Levinson (2000)¹⁰⁵, o que levanta certas questões sobre sua plausibilidade psicológica. Além disso, as implicaturas-Q não parecem formar uma classe natural¹⁰⁶. De fato, Levinson (2000) inclui em suas teorizações certas escalas de existência duvidosa e, provavelmente, altamente dependentes de contexto¹⁰⁷. Isso, porém, faz com que elas percam suas características principais, que é o fato de serem formadas por termos que possuem relações de acarretamento, fazem parte do mesmo campo semântico e são igualmente lexicalizados. Assim, ele abre espaço para escalas criadas *ad hoc*,

¹⁰⁵ Questão abordada na seção anterior.

¹⁰⁶ Como vimos na seção anterior, ele está consciente dessa heterogeneidade.

¹⁰⁷ Embora diga que o faz na esperança de incitar pesquisas futuras.

como a escala das cores. De fato, essa escala somente parece ser plausível se for dependente de contexto. Em (1) ilustramos como o contexto poderia influenciar na escolha dessas implicaturas:

(15) Contexto: Paula e Renata estão em uma loja. Paula quer comprar um vestido, mas está em dúvida entre a cor vermelha ou preta. Sendo incapaz de decidir, acaba não comprando nada. Alguns dias depois volta à loja e compra o vestido vermelho. Quando encontra Renata novamente, lhe diz:

Paula: Comprei o vestido vermelho.

Nesse caso, as implicaturas “Não comprei um vestido amarelo/rosa/verde/roxo/etc” não possuem relevância. Por essa razão, a única implicatura legítima será “não comprei o vestido preto”, pois é o único item da escala de cores saliente nessa situação. Na nossa interpretação, a única solução plausível seria considerar que uma escala *ad hoc* é construída nessa situação¹⁰⁸. Essa escala seria formada pelas cores “vermelho” e “preto”, e o uso de qualquer uma delas acarretaria a negação da outra - uma vez que nesse tipo de escala a ordem dos elementos não importa, não havendo, portanto, um elemento mais forte informacionalmente do que o outro.

Outro problema em relação a essas escalas, se tomadas de um ponto de vista cognitivo, é o fato de poderem ter mais de dois membros. Isso acontece com a escala dos advérbios de frequência (<sempre, frequentemente, às vezes>) e dos quantificadores (<todos, a maioria, muitos, alguns>), por exemplo. O problema é que essas escalas geram múltiplos *defaults*. Como vimos na seção anterior, quanto mais *defaults* são postulados, menos plausíveis essas inferências se tornam do ponto de vista cognitivo.¹⁰⁹

Resumindo, as implicaturas-Q apresentam um conjunto heterogêneo de escalas, as quais podem ser binárias, como a escala formada pelos verbos “saber” e “acreditar” (<saber, acreditar>); podem ou não apresentar relações de acarretamento entre seus membros, como a escala das cores <verde, amarelo, rosa...> e escalas de adjetivos como <quente, frio>; podem ser oracionais, como a escala <e, ou>; podem apresentar múltiplos *defaults*, como as escalas dos advérbios de frequência <sempre, às vezes, quase nunca...> e dos quantificadores, ou,

¹⁰⁸ O que levantaria uma questão a respeito da vantagem de se refutar inferências *ad hoc* postulando escalas *ad hoc*.

¹⁰⁹ Se, é claro, Bezuidenhout e Morris estiverem corretos e os *defaults* efetivamente não puderem ser tratados como ambiguidades semânticas.

ainda, infinitos *defaults*, como a escala das cores e dos números <seis, cinco, quatro, três...>¹¹⁰.

3.6.2 A classe das Implicaturas-I

As implicaturas-I, como vimos, representam um conjunto bastante heterogêneo de casos. A propriedade mais importante que elas compartilham é o fato de serem interpretações que maximizam o conteúdo veiculado, permitindo-nos dizer menos e comunicar mais. Diferentemente das implicaturas-M e das implicaturas-Q, como observa Levinson, essas implicaturas não dependem de considerações metalinguísticas. De fato, como já comentamos, essas parecem ser as verdadeiras interpretações *default*, pois são altamente regulares, sendo por vezes difícil decidir se são efetivamente implicaturas ou se fazem parte do *dito*¹¹¹. Em relação a isso, Jaszczolt comenta:

Ao invés de uma inferência, nós temos aqui uma interpretação instantânea, automática. Em (16), é improvável que o ouvinte conscientemente siga o raciocínio em (16a) antes de enriquecer “babá” para “uma babá mulher”. (16) Nós estamos procurando uma nova babá. +> Uma babá mulher; (16a) Babás são normalmente mulheres.¹¹² (JASZCZOLT, 2005, p.55, tradução nossa)

Como podemos ver, essa é uma distinção importante entre esse tipo de implicatura e as implicaturas escalares, pois essas últimas parecem ser incorporadas diretamente ao dito. Esse fato coloca em jogo, portanto, se nesses casos estamos mesmo diante de uma implicatura¹¹³. Outra questão interessante colocada por Jaszczolt, é até que ponto outras informações também não poderiam ser tratadas como *defaults* e quais os critérios para a decisão do que é e do que não é uma interpretação *default*. Babás, por exemplo, costumam ser jovens. Essa também seria uma implicatura-I ligada ao uso de “babás”¹¹⁴? Ainda em relação a sua diferença em relação a outras implicaturas, Sbisà (2006) comenta:

O fato que, não obstante, ele admite as inferências-I como Implicaturas Conversacionais Generalizadas mostra que ele está menos interessado no processo

¹¹⁰ O que parece indicar que Levinson efetivamente não está preocupado com a plausibilidade psicológica dessas implicaturas. Mas, então, por que propor que são interpretações *default*?

¹¹¹ Para a TR, porém, essas inferências também são calculadas (via modulação ou enriquecimento livre).

¹¹² No original: “Instead of inference, we have here an instantaneous, automatic interpretation. In (16), it is unlikely that the hearer consciously goes through the step (16a) before enriching ‘a nanny’ to ‘a female nanny’. (16) We advertised for a new nanny. +> female nanny; (16a) Nannies are normally female.”

¹¹³ Na TR, a maior parte dos fenômenos tratados como implicaturas-I, por Levinson, são tratados como casos de ajuste do significado (ou modulação).

¹¹⁴ Naturalmente, o exemplo funciona melhor para o inglês do que para o português, uma vez que, embora a palavra “babá” possa ser usada para homens, provavelmente viria acompanhada de um artigo (enquanto os artigos em inglês são neutros quanto ao gênero).

inferencial através do qual as implicaturas são derivadas do que em suas funções em processos de lexicalização e gramaticalização¹¹⁵. (SBISÀ, p.2227, tradução nossa)

Em relação aos membros dessa categoria, as implicaturas-I incluem fenômenos conhecidos e importantes para qualquer teoria pragmática, como o reforço do condicional, o reforço da conjunção, as inferências de relação (*bridging inferences*), etc. Esses fenômenos são diferentes das implicaturas-I de origem social ou cultural (como as implicaturas pelo estereótipo), pois parecem ter um caráter universal, não somente se mantendo em diversos contextos, como estando presentes em diversas línguas. Assim, a implicatura que nos leva do condicional para o bicondicional também é encontrada em português, alemão, italiano, francês, etc. Isso indica que a natureza dessas inferências é muito mais profunda. Portanto, diferentemente das implicaturas escalares, cuja fonte está em relações convencionalizadas relativas ao léxico, as implicaturas-I podem ter diferentes fontes, de natureza cognitiva, social ou cultural. Em relação a inferências de fonte cognitiva, temos, por exemplo, os casos citados acima, os quais possuem grande generalidade independentemente de aspectos culturais e sociais (JASZCZOLT, 2005).

Em relação a inferências sócio culturais, temos principalmente as “inferências pelo estereótipo” (como no caso da babá visto anteriormente). Outros exemplos em português desse tipo de inferência são as implicaturas ligadas a itens lexicais como “motorista” (+> homem)¹¹⁶, estrada (+> via asfaltada) e gerente (+> homem). A interpretação *default*, porém, nem sempre é clara nesses casos. Além disso, é discutível que possam ser independentes de contexto. Como aponta Carston (1996), se, em uma discussão sobre pinguins, surge a palavra “andorinha”, a acessibilidade da informação “tem asas” deve ser muito menor do que se o tópico da conversa fossem pássaros em geral¹¹⁷. Segundo ela, a visão assumida pela TR explicaria melhor esses casos, pois a teoria assume que itens da informação enciclopédica variam em seus graus de acessibilidade de acordo com o contexto, sendo ajustados constantemente durante a conversação.

Resumindo, as implicaturas-I têm um caráter muito mais geral do que as outras implicaturas, apresentando maior regularidade e sofrendo menos cancelamentos. Diferentemente das implicaturas-Q, não parecem gerar um conteúdo proposicional independente do conteúdo do enunciado, mas ajustá-lo. Além disso, não são metalinguísticas

¹¹⁵ No original: “The fact that, this notwithstanding, he admits of I-inferences as Generalized Conversational Implicatures may be taken to show that he is less interested in the inferential path through which implicatures are derived than in their function within grammaticalization and lexicalization processes.”

¹¹⁶ O exemplo é de Costa (2005b).

¹¹⁷ Nesse caso imaginamos uma inferência como “ave +> tem asas”.

como as implicaturas-M e as implicaturas-Q, sendo geradas por outros tipos de convenções que não dependem de contrastes com outras expressões da linguagem. Finalmente, muitas de suas implicaturas têm suposta universalidade, sendo comuns em várias línguas.

3.6.2.1 O Reforço do “e”

Carston (1996) critica a inclusão do reforço do “e” entre as implicaturas-I. Segundo ela, recorrer a relações estereotípicas entre os conjuntos muitas vezes não é suficiente para que possamos interpretar corretamente os usos da conjunção. Levinson (2000), como vimos, afirma que em um enunciado com a forma *p e q*, em que *p e q* descrevem eventos, temos dois possíveis significados *default*: *p então q* (que indica temporalidade) e *p e como consequência q* (que indica causalidade). Assim, uma vez que implicaturas-I envolvem interpretações geradas por estereótipos, para Levinson, no enunciado (16)

(16) Paulo escorregou e caiu,

interpretamos que Paulo caiu *porque* escorregou, já que segundo nosso conhecimento de mundo escorregões são motivos comuns para quedas. Já em (17),

(17) Mauro escovou os dentes e foi dormir,

interpretamos que Mauro escovou os dentes *e então* foi dormir, já que usualmente escovamos os dentes antes de dormir. Carston (1996), porém, propõe um contraexemplo para esses *defaults*. Segundo ela, no enunciado “Ele abriu a porta e ela lhe entregou a chave” interpretamos que a chave foi entregue depois da abertura da porta, ou seja, o oposto do que temos como relação estereotípica entre portas e chaves, não havendo provavelmente um *script* mental para isso.

Higashimori (1992) faz uma observação similar. Segundo o autor, lenço e porta não possuem uma relação prototípica no enunciado em (18). Mesmo assim, o enunciado é interpretado como (18’).

(18) Maria deu seu lenço para João, e ele abriu a porta.

(18’) Maria deu seu lenço para João, [e então] ele abriu a porta.

(18’’) Maria deu seu lenço para João, [e então] [usando o lenço] ele abriu a porta.

Intuitivamente, na realidade, interpretamos o enunciado como (18''). Mas de onde tiramos essa interpretação (de que ele usou o lenço para abrir a porta)? É uma implicatura? Ou se trata de uma implicatura-I adicional? E essa implicatura faz parte do conteúdo asseverado, ou seja, é intrusiva? Não está claro como Levinson (2000) explicaria esses casos. Afinal, poderíamos afirmar que há uma relação estereotípica entre uma pessoa dar um lenço para outra pessoa usá-lo para abrir uma porta?

Além disso, a relação de causalidade ou temporalidade não parece depender da conjunção para ser ativada, pois essa mesma implicatura está presente em (19):

(19) Maria deu o lenço para João. Ele abriu a porta.

Portanto, a implicatura parece não depender da conjunção. Mas, então, de que forma ela é ativada? Para Grice, essas implicaturas não estão ligadas necessariamente à conjunção, mas são geradas a partir da quarta máxima de modo (seja ordenado). Em (19), por exemplo, pressupomos que a ordem das duas sentenças é a ordem em que os dois eventos ocorreram, explicando a relação temporal. No entanto, ainda teríamos que explicar de onde vem a inferência de que o João usou o lenço para abrir a porta. De fato, essa inferência também é intrusiva, assim como as outras ICGs:

(19') Se Maria deu o lenço para João e ele abriu a porta, então ninguém vai encontrar as digitais dele.

A inferência de que João usou o lenço para abrir a porta, portanto, é um problema para a teoria de Levinson¹¹⁸, já que o autor admite somente duas implicaturas *default* possíveis para a conjunção. Além disso, como vimos, a inferência de que João abriu a porta com o lenço é uma inferência intrusiva, o que é uma característica das ICGs, e não das implicaturas conversacionais particularizadas.

Sperber e Wilson (1993) e Carston (1996) apontam outros casos em que a ideia de causalidade ou temporalidade não é suficiente para explicar a conjunção:

- (20) a. Pedro foi na cozinha e achou Maria.
b. Pedro pegou a chave e abriu a porta.

¹¹⁸ E também para a teoria de Grice, que, como vimos, não admite implicaturas intrusivas.

c. Ela estava fazendo um bolo e ouvindo rádio.

Em *a*, temos a inferência de que Pedro achou Maria e que **Maria estava na cozinha**. A interpretação *default*, portanto, não é suficientemente informativa. Em *b*, inferimos que Pedro abriu a porta **com** a chave (similar à implicatura em (19)). Já em *c*, inferimos que Maria estava fazendo o bolo **enquanto** ouvia o rádio. Portanto, embora essas interpretações estejam relacionadas a esquemas enciclopédicos altamente acessíveis (usamos chaves para abrir portas, por exemplo), as informações adicionais veiculadas pelo “e” não fazem parte de seus significados *default*, não ficando claro como Levinson trataria essas informações.

3.6.3 A classe das implicaturas-M

As implicaturas-M, como vimos, estão em uma relação de complementaridade com as implicaturas-I. Assim, por exemplo, “ele causou a parada o carro” é uma forma marcada de veicular o conteúdo de que o carro parou, uma vez que há uma forma mais estereotípica de se comunicar isso (*x* parou o carro). No entanto, diferentemente das implicaturas-Q, muitas implicaturas-M são simples indicações de que o conteúdo estereotípico não se aplica, como mostram os exemplos em (21)¹¹⁹:

(21) a. Os espanhóis causaram a morte dos astecas.

Forma estereotípica: Os espanhóis mataram os astecas.

Implicatura: Os espanhóis mataram os astecas indiretamente (com muito trabalho e disseminação de doenças, por exemplo).

b. Sue fez com que o carro ligasse¹²⁰.

Forma estereotípica: Sue ligou o carro.

Implicatura: Sue ligou o carro de um jeito anormal (fazendo com que o empurrassem, por exemplo).

Nesses casos a implicatura é vaga e pouco informativa. Assim, a única informação *default* disponível é de que o falante não disse o enunciado de uma maneira “normal”, e que,

¹¹⁹ Os exemplos são de Levinson (2000).

¹²⁰ Levinson usa o verbo “mover”, que, porém, não funciona em português nesse caso.

portanto, deve querer implicar alguma coisa a mais. Além disso, o que nos impede, tendo em vista a visão mais frouxa de implicaturas escalares adotada por Levinson, de postular a existência de uma escala como <matar, causar a morte de>? Ainda que negássemos sua existência, parece claro que em certo sentido algumas implicaturas-I e algumas implicaturas-M também se relacionam por graus de informatividade, assim como as escalas. Por outro lado, muitas dessas implicaturas são ativadas pelo enunciado inteiro, e não localmente por certas expressões. Portanto, é em relação a esses tipos de inferências que parece fazer sentido falar em enunciados-tipo, e não em relação às implicaturas-Q, I e outras implicaturas-M (que são ativadas por expressões ou itens lexicais).

Resumindo, as implicaturas-M dependem de contrastes com as implicaturas-I, com que se relacionam de maneira estreita. Além disso, algumas implicaturas-M são derivadas globalmente, sendo ativadas por certos enunciados-tipo.

3.7 PROBLEMATIZANDO O CONCEITO DE EXPLICATURA

Nas seções anteriores defendemos que as ICGs não formam uma classe natural, mas abarcam fenômenos distintos sob um mesmo rótulo. O fato de serem automáticas, o que poderia representar uma característica mais geral comum a todas essas inferências, também se mostrou inadequado. De fato, aparentemente a questão que une as ICGs é aquela menos explorada por Levinson: sua capacidade de interferir nas condições de verdade dos enunciados em que se encontram. Na TR, por outro lado, esse é o motivo principal para a divisão entre explicaturas e implicaturas (que, porém, são níveis gerados por um mesmo mecanismo pragmático).

Nosso objetivo nesse capítulo, contudo, é mostrar que, embora o conceito de explicatura procure capturar esses conteúdos pragmáticos “intrusivos”, também apresenta problemas quanto a sua definição. Especialmente, embora as explicaturas sejam definidas em oposição às implicaturas, não há um teste capaz diferenciar esse dois tipos de inferências, nem ao menos de um ponto de vista cognitivo. Assim como as ICGs, portanto, a explicatura é uma entidade sem identidade clara.

3.7.1 Explicaturas: Testes Propostos

Como vimos, explicaturas e implicaturas são derivadas inferencialmente, com a diferença de que a explicatura mantém a forma lógica básica do enunciado (é um desenvolvimento desta), razão pela qual é também referida como o conteúdo “explícito do enunciado”. Uma vez que implicaturas e explicaturas são derivadas a partir de um mesmo mecanismo, tendo como base um mesmo enunciado, em algumas circunstâncias pode ser difícil distingui-las. Por essa razão, Carston (1988) sugeriu alguns testes, os quais serão examinados nessa seção.

O primeiro teste é derivado do chamado “Princípio de Independência Funcional”, segundo o qual implicaturas e explicaturas têm papéis diferentes no processo inferencial:

A proposição expressa (a explicatura) e as implicaturas devem ter um papel independente na vida mental do ouvinte; se uma suposta implicatura é tal que seu papel em inferências subsequentes, tais como a derivação de efeitos contextuais, inclui o papel da proposição supostamente expressa, então a suposta implicatura é mais provavelmente um aspecto pragmático da proposição expressa.¹²¹ (CARSTON, 2002, p.189, tradução nossa)

Segundo este princípio, portanto, a proposição expressa pelo enunciado (explicatura) deve ter uma função distinta daquela das implicaturas no processo inferencial, mais especificamente, deve funcionar de forma independente como premissa em argumentos:

(22) A: Você leu o livro da Susan?

B: Não leio autobiografias. (CARSTON, 1988)

Explicatura: B NÃO LÊ AUTOBIOGRAFIAS.

Premissa Implicada¹²²: O livro da Susan é uma autobiografia.

Conclusão Implicada: B não leu o livro de Susan¹²³.

Em (22), como podemos ver, as condições de verdade das implicaturas são independentes das condições de verdade da explicatura. Além disso, as implicaturas e a explicatura têm um papel diferente no processo inferencial. De fato, é a combinação da

¹²¹ No original: “the proposition expressed (the explicature) and implicatures should play independent roles in the mental life of the hearer; if an alleged implicature was such that its role in subsequent inferences such as the derivation of contextual effects subsumed the role of the alleged proposition expressed, then the alleged implicature was most likely really a pragmatic aspect of the proposition expressed”.

¹²² A Teoria da Relevância distingue dois tipos de implicaturas, as premissas implicadas e as conclusões implicadas. A principal diferença diz respeito a suas funções: a premissa implicada, como indicado por seu nome, se combina com a explicatura do enunciado na derivação das conclusões implicadas (que correspondem à visão mais tradicional de implicatura).

¹²³ De forma a simplificar nosso argumento, estamos admitindo que faz parte do contexto compartilhado a informação de que Susan escreveu uma autobiografia.

informação de que B não lê autobiografias com a premissa implicada que nos permite chegar à conclusão implicada nesse caso. Da mesma forma, Carston (2002) defende que, em casos como (23), a leitura causal do “e” faz parte da explicatura, e não da implicatura:

(23) Ele aplicou Omo na mancha e a sujeira foi embora.

A leitura causal do “e” (“*e, por consequência*”), como já vimos, não faz parte do conteúdo codificado pela conjunção “e”. Mas como saber se trata-se de uma implicatura ou de uma explicatura de (23)? De acordo com o princípio proposto por Carston, se trata de uma explicatura, uma vez que todo e qualquer efeito contextual que a conjunção lógica possa ter não vai ser mais do que um subconjunto dos efeitos contextuais deriváveis pela proposição com a leitura causal conectada. Ou seja, se a leitura causal fizer parte da implicatura, a explicatura será acarretada por ela (uma vez que “*e, por consequência*” acarreta “e”), e isso, para Carston, é redundante em termos cognitivos (CARSTON, 2002).

O critério proposto por Carston (1988) estabelece, portanto, que implicaturas não devem acarretar explicaturas. No entanto, é possível que o oposto aconteça, e que a explicatura acarrete a implicatura, como nos exemplos em (24):

(24) a. A: Lembrou de comprar as verduras?

B: Comprei alface e rúcula.

Explicatura: B COMPROU ALFACE E RÚCULA.

Premissa Implicada: Alface e rúcula são tipos de verduras.

Implicatura: B comprou as verduras.

b. A: Viu a mesa?

B: Vi todos os móveis da loja.

Explicatura: B VIU TODOS OS MÓVEIS DA LOJA.

Premissa Implicada: A mesa é um dos móveis da loja.

Implicatura: B viu a mesa.

c. A: Falou com a Maria sobre a data da reunião?

B: Falei com todos os funcionários.

Explicatura: B FALOU COM TODOS OS FUNCIONÁRIOS SOBRE A DATA DA REUNIÃO.

Premissa Implicada: Maria é uma das funcionárias.

Implicatura: B falou com a Maria sobre data da reunião.

Nos exemplos acima, a implicatura é, ao mesmo tempo, um acarretamento do conteúdo expresso por B¹²⁴. De fato, nesses casos está claro o papel independente da explicatura, a qual se combina com a premissa implicada permitindo derivar a conclusão implicada. Portanto, a explicatura funciona como premissa independente no processo dedutivo. Em *c*, por exemplo, a explicatura nos fornece a informação, colocada em termos lógicos, de que “se *x* é um funcionário, então B falou com *x* sobre a data da reunião”. A premissa implicada, por sua vez, afirma que Maria é uma das funcionárias. Finalmente, através da aplicação da regra dedutiva do Modus Ponens, a conclusão pode ser implicada:

(25) Premissas: Se *x* é um funcionário, então B falou com *x* (sobre a data da reunião).

Maria é uma funcionária.

Conclusão: B falou com Maria (sobre a data da reunião).¹²⁵

Muitos autores, contudo, levantaram críticas a esse teste. Segundo Récanati (2004a), caso esse critério fosse levado adiante, até mesmo implicaturas utilizadas como exemplos paradigmáticos por Sperber e Wilson o violariam:

(26) A: João bebe uísque?

B: Ele não bebe álcool.

Explicatura: JOÃO NÃO BEBE BEBIDAS ALCOÓLICAS.

Implicatura: João não bebe uísque. (RÉCANATI, 2004)

Como podemos ver, no exemplo (26) o critério de independência funcional falha. De fato, a implicatura, nesse caso, acarreta a explicatura (uma vez que uísque é um hipônimo de

¹²⁴ Acarretamentos e implicaturas não são vistos como mutuamente exclusivos na TR, uma vez que funcionam em níveis explanatórios diferentes.

¹²⁵ Lembremos que implicaturas não são derivadas após as explicaturas. Ao contrário, para a TR esse processo é *on-line*, assim implicaturas e explicaturas ajustam seus conteúdos durante o processo de derivação (o que é chamado de “ajuste mútuo” na teoria.)

álcool). Ao mesmo tempo, “João não bebe uísque” não poderia ser a explicatura do enunciado de B, uma vez que não se trata de um desenvolvimento de sua forma lógica.

Carston (2002), tomando como base casos como esse, conclui que o Princípio de Independência Funcional não é um critério suficiente para distinguir implicaturas e explicaturas, reavaliando sua importância:

No entanto, não está claro para mim que a “independência funcional” mereça uma defesa vigorosa; ela foi, de fato, entendida somente como uma heurística útil e talvez não devesse nunca ter sido elevada a um princípio.¹²⁶ (CARSTON, 2002, p.191, tradução nossa)

A autora defende, pelo contrário, que é necessário somente um princípio, o Princípio Comunicativo da Relevância, além das estratégias de compreensão que se seguem dele, para que tenhamos previsões corretas¹²⁷. Por isso a autora argumenta que esses testes, assim como o teste do escopo que veremos a seguir, não devem ser pensados como princípios que governam os processos de interpretação dos enunciados, mas como simples ferramentas disponíveis para os teóricos que queiram justificar as suas análises.

O segundo teste para a determinação das explicaturas proposto por Carston (1988) é o mais conhecido – e, aparentemente, o mais eficaz. É conhecido como Teste do Escopo¹²⁸:

(8) Princípio do Escopo: Um aspecto do significado determinado pragmaticamente faz parte do dito (e, portanto, não é uma implicatura conversacional) se – e, talvez, somente se – cair no escopo de operadores lógicos como a negação e os condicionais.¹²⁹ (CARSTON, 2002, p.191, tradução nossa)

Esse princípio permite distinguir os dois tipos de significados pragmaticamente derivados: os que fazem parte da proposição expressa – explicaturas - caem no escopo dos operadores lógicos, mas o mesmo não ocorre com as implicaturas¹³⁰. Observe-se:

¹²⁶ No original: “However, it is not clear to me that ‘functional independence’ is worth any kind of vigorous defence; it was in fact intended as only a useful heuristic and should probably never have been elevated by the label ‘Principle’ at all”.

¹²⁷ A autora não explica, porém, como o Princípio da Relevância poderia diferenciar implicaturas e explicaturas em casos particulares.

¹²⁸ Na realidade, o come do teste foi proposto por Récanati (1993). No artigo em questão Carston usa o termo “embedding test” (“teste do encaixe”). Decidimos, porém, empregar o termo “teste do escopo” por ser o nome mais conhecido para esse teste.

¹²⁹ No original: “A pragmatically determined aspect of meaning is part of what is said (and, therefore, not a conversational implicature) if – and, perhaps only if – it falls within the scope of logical operators such as negation and conditionals.”

¹³⁰ Como podemos observar, esse teste compreende os casos considerados “construções intrusivas” por Levinson. Ou seja, ambas as teorias convergem em considerar que essas construções evidenciam interferências de certas inferências nas condições de verdade dos enunciados. Esse fato, porém, como se pode observar, é explorado de maneira bastante diferente nos dois quadros teóricos.

(27) a. Todos [da festa] saíram cedo.

(Teste) b. Ou todos [da festa] saíram cedo, ou aqueles que ficaram estão no jardim.

Segundo a TR, a explicatura de *a* inclui uma restrição do quantificador, via enriquecimento livre (expressa entre colchetes)¹³¹. Assim, o conteúdo explícito de *a* não se refere a todas as pessoas no mundo, mas a todas as pessoas que estavam em algum lugar saliente no contexto. Como podemos ver em *b*, essa inferência é mantida quando o quantificador é colocado no escopo da disjunção. O mesmo acontece em (28):

(28) a. O velho rei morreu de um ataque cardíaco e [como consequência] a república foi declarada .

(Teste)b. Se o velho rei morreu de um ataque cardíaco e [como consequência] a república foi declarada, então Tom vai ficar bastante contente. (COHEN, 1971)

(Teste)c. Não é verdade que o velho rei morreu de um ataque cardíaco e [como consequência] a república foi declarada.

Como vemos, a ideia de causalidade em (28) se mantém ao colocarmos essa sentença sob o escopo de um condicional ou da negação. Isso, por outro lado, não ocorre em relação às implicaturas, pois elas não são “intrusivas”:

(29) a. A: O Bill tem namorada?

B: Ele voa para Nova York todo fim de semana.

Implicatura: Bill tem namorada. (CARSTON, 1988)

(Teste) b. Se ele voa para Nova York todos os fins de semana, ele deve gastar muito com viagens.

(Teste) c. Não é verdade que ele voa para Nova York todo fim de semana.

Como vemos, a inferência de que Bill tem uma namorada não se mantém ao colocarmos a resposta de B sob o escopo do condicional ou da negação, já que essa informação não faz parte da proposição expressa por esses enunciados; de fato, nessa proposição a relação entre as viagens e o gasto decorrente delas é suficiente para estabelecer

¹³¹ Récanati (1993) defende, diferentemente da TR, que nesses casos ocorre um processo de saturação, ou seja, o preenchimento de um *slot* sintático.

suas condições de verdade, diferentemente de (27), em que “todos” claramente não se refere a todas as pessoas do mundo (o que provavelmente tornaria o enunciado uma mentira óbvia).

Récanati (1993) observa, no entanto, que esse teste não é válido quando os operadores lógicos são usados de forma metalinguística, como em

(30) Eu não sou o pai da Maria; ela é que é minha filha. (RÉCANATI, 1993)

Em (28), a negação pode fazer referência a uma fala anterior, por exemplo, de que o falante discorda. De qualquer forma, o que está sendo negado é algum outro aspecto que não o conteúdo proposicional do enunciado. Segundo Horn (1989), de fato, esse tipo de negação não se relaciona com a verdade ou falsidade das proposições, mas serve para negar um pressuposto. Uma prova de que estamos diante de uma negação metalinguística em (28) é que, caso contrário, teríamos um enunciado contraditório, o que vai contra nossas intuições¹³². Para que o teste seja aplicável, portanto, devemos nos assegurar de que os operadores lógicos não estejam sendo usados de maneira metalinguística.

O teste do escopo, no entanto, é muito limitado. Como aponta a própria Carston (2002):

No entanto, ele [o Teste do Escopo] não pode prever ou decidir com antecedência se algum elemento contribui para a explicatura ou não em cada ocorrência de um enunciado. [...]O procedimento de encaixe testa essencialmente tipos de sentenças, portanto não permite necessariamente que se trace uma distinção entre conteúdos explícitos e implícitos para cada ocorrência particular. (CARSTON; HALL, 2012, p.18, tradução nossa)¹³³

¹³² Uma outra aplicação particular do teste ocorre em casos em que um enunciado expressa mais de uma proposição, como em (1):

(1) a. O livro da Pati, criticado por todo mundo, venceu o prêmio Nobel de literatura.

Explicatura: O livro escrito pela Pati, criticado por todo mundo [nos círculos literários de Londres], venceu o prêmio Nobel de literatura. (CARSTON, 2002)

Nesses casos, o teste deve ser aplicado individualmente para cada proposição, pois se aplicado diretamente à proposição faz predições equivocadas, como demonstrado em (2):

(2) Se o livro da Pati, criticado por todo mundo, venceu o prêmio Nobel de literatura, ela vai deixar de ser escritora.

De acordo com Carston (2002), a segunda oração (“criticado por todo mundo”) fica fora do escopo do condicional na aplicação do teste, e, deste modo, teríamos que concluir que a inferência que restringe “todo mundo” a “todo mundo nos círculos literários de Londres” não contribui para o valor de verdade do enunciado. Esse resultado é evitado ao aplicarmos o teste separadamente para cada uma das proposições:

(3) a. Se o livro da Pati venceu o prêmio Nobel de literatura, ela vai deixar de ser escritora.

b. Se o livro da Pati foi criticado por todo mundo, ela vai deixar de ser escritora.

Como podemos observar, “todos” tem seu domínio restringindo também em (3b), não causando problemas para a validade do teste.

¹³³ No original: “However, it cannot predict or decide in advance whether some such element does contribute to explicature or not on any particular occasion of utterance. [...]The embedding procedure essentially tests

Ou seja, o teste somente permite lidar com sentenças tipo e não com ocorrências particulares. Sendo assim, não permite demarcar as fronteiras entre implicaturas e explicaturas com precisão em ocorrências específicas.

Como podemos ver, a Teoria da Relevância não dispõe de um teste capaz de diferenciar com segurança implicaturas de explicaturas, garantindo um papel diferente para cada um desses níveis. Assim, essa diferença corre o risco de se tornar uma mera questão terminológica, não fazendo mais sentido diferenciar implicaturas e explicaturas. Na próxima seção, contudo, propomos mais um critério que poderia justificar essa separação, levando em consideração o caráter supostamente explícito das últimas.

3.7.2 Explicaturas e Conteúdo Explícito

Na seção anterior, examinamos dois testes propostos por Carston (1988) para diferenciar explicaturas e implicaturas: o teste derivado do Princípio de Independência Funcional e o Teste do Escopo. Nenhum desses testes, porém, mostrou-se capaz de diferenciar com eficiência esses dois níveis. Nessa seção buscaremos um critério alternativo, o qual, embora não configure entre os testes sugeridos por Carston (1988), deriva diretamente da definição de explicatura dada por Sperber e Wilson (1986, 1995) e endossada por Carston (2002):

Uma suposição comunicada por um enunciado U é explícita se e somente se é um desenvolvimento da forma lógica codificada por U. Fazendo uma analogia com o termo ‘implicatura’, nós chamaremos as suposições comunicadas explicitamente de *explicaturas*.¹³⁴ (SPERBER; WILSON, 1995, p.182, grifo dos autores, tradução nossa)

Portanto, explicaturas são conteúdos veiculados pelos enunciados de forma explícita. Embora os autores não expliquem o que exatamente entendem por “explicitude”, encontramos em Carston (2002) uma definição um pouco mais precisa¹³⁵. Segundo ela, explicaturas

utterance types so does not necessarily allow one to draw the explicit-implicit distinction for any particular occurrence”.

¹³⁴ No original: “An assumption communicated by an utterance U is explicit if and only if it is a development of a logical form encoded by U. On the analogy of ‘implicature’, we will call an explicitly communicated assumption an ‘explicature’”.

¹³⁵ Além de ser explícita, uma característica fundamental da explicatura é ser um desenvolvimento da forma lógica do enunciado. Acreditamos, contudo, que essa definição também seja vaga, além de não ser capaz de fornecer limites à explicatura (uma vez que a teoria admite a existência de processos de enriquecimento livre, os quais acrescentam informações não presentes na forma lógica inicial); em outras palavras, quando podemos dizer que uma explicatura está plenamente desenvolvida? Por essa razão, Burton-Roberts (2005) argumenta que a noção de “desenvolvimento” é uma espécie de buraco negro para a Teoria da Relevância.

correspondem ao que intuitivamente tomamos como tendo sido dito ou asseverado por um falante: “Nessa visão [da Teoria da Relevância], considera-se que o conteúdo veritativo-condicional de um enunciado¹³⁶ corresponde às intuições ordinárias de falantes e ouvintes sobre o que um falante diz ou assevera. (CARSTON, 2002, p.8, tradução nossa)”.¹³⁷ Récanati (1993) tem uma visão similar. Para ele, somos capazes de intuitivamente diferenciar os conteúdos implícitos e explícitos dos enunciados. Por essa razão, propõe que esse possa ser um critério válido para decidir entre o *dito* e o *implícito*¹³⁸. Esse critério é chamado de “Princípio da Disponibilidade” (em inglês, *Availability Principle*) e é definido como segue:

Ao decidir se um aspecto do significado do enunciado determinado pragmaticamente é parte do ‘dito’, isto é, ao decidir a respeito do que é o ‘dito’, nós devemos sempre tentar preservar nossas intuições pré-teóricas sobre a matéria.¹³⁹
(RÉCANATI, 1993, p. 248, tradução nossa)

Como vimos, Carston (2002) e Sperber e Wilson (1986, 1995) parecem estar de acordo com essa caracterização, já que afirmam que a explicatura equivale às intuições dos falantes sobre o conteúdo asseverado¹⁴⁰. Considerem-se, porém, os diálogos em (30):

- (31) a. A: Você quer café ou chá?
B: Aceito um café.
Explicatura¹⁴¹: B QUER UM CAFÉ.
Implicatura: B não quer chá.
- b. A: Escovou os dentes e lavou o rosto?
B: O rosto eu lavei.
Explicatura: B LAVOU O ROSTO.
Implicatura: B não escovou os dentes.

¹³⁶ Na TR, o termo “conteúdo veritativo-condicional de enunciados” e o termo “explicatura” são sinônimos.

¹³⁷ No original: “On this view [Teoria da Relevância], the truthconditional content of an utterance is taken to mesh with ordinary speaker-hearer intuitions about what a speaker has said or asserted.”

¹³⁸ Récanati utiliza o termo *dito* em um sentido expandido, ou seja, em um sentido diferente de Grice. A sua noção de *dito*, porém, é bastante similar à noção de explicatura, ainda que os processos envolvidos em sua geração sejam vistos como processos associativos e não inferenciais como defende a TR.

¹³⁹ No original: “In deciding whether a pragmatically determined aspect of utterance meaning is part of ‘what is said’, that is, in making decision concerning ‘what is said’, we should always try to preserve our pre-theoretic intuitions on the matter.”

¹⁴⁰ E talvez também o estejam Sperber e Wilson.

¹⁴¹ Como vimos até agora, a Teoria da Relevância não possui de um critério inequívoco que permita decidir, para casos particulares, quais conteúdos fazem parte da explicatura. Assim, estamos seguindo nossas próprias intuições sobre o que seria considerado uma explicatura em cada caso (essas intuições, é claro, não são pré-teóricas como proposto no teste de Récanati).

- c. A: Preciso entregar este relatório para o Paulo, mas estou sem tempo.
B: Eu vou ver ele de tarde.

Explicatura: B VAI VER PAULO DE TARDE.

Implicatura: B está se oferecendo para entregar o relatório para Paulo.

Como podemos observar, nos diálogos de *a* a *c*, a implicatura é bastante explícita de um ponto de vista intuitivo. De fato, em *a*, quando B responde que quer café, parece deixar claro que não quer chá¹⁴². Além disso, embora a disjunção possa ter uma leitura inclusiva do ponto de vista lógico, entendemos que B *somente* quer um café, caso contrário teria produzido um estímulo mais relevante, como “aceito os dois” ou “quero café e chá”. Isso coloca em dúvida se a explicatura sugerida por nós não poderia ser ampliada de modo a incluir essa informação, produzindo a seguinte explicatura:

(32) B QUER UM CAFÉ E NÃO UM CHÁ.

Esse exemplo, portanto, mostra que nossas intuições sobre conteúdos explícitos são duvidosas, e que, em muitos casos, definir o conteúdo da explicatura é uma tarefa difícil.

Em *b*, a implicatura parece ser ainda mais fortemente implicada, uma vez que B topicaliza “rosto”, deixando evidente o contraste com a pergunta de A. Afinal, teria sido mais relevante, caso B tivesse feito as duas coisas, responder com um econômico “sim”. Aqui também não parece totalmente absurdo propor que a explicatura de (31b) fosse algo como (33):

(33) B LAVOU O ROSTO, MAS NÃO ESCOVOU OS DENTES.

Em *c*, por outro lado, o conteúdo da implicatura e da explicatura parece estar claro. Ainda assim, acreditamos que, se alguns segundos depois desse diálogo alguém perguntasse a A o que B disse, A diria que B se ofereceu para entregar o relatório. Assim, intuitivamente, a afirmação de que B vai ver Paulo parece estar tão explícita quanto sua oferta. Afinal de

¹⁴² A ideia de que algumas implicaturas conversacionais particularizadas são mais convencionalizadas do que outras é interessante e pretendemos explorá-la em trabalhos futuros. Moschler (2012), por exemplo, vem desenvolvendo o argumento de que há duas espécies de implicaturas: as fortes (que geram grande comprometimento por parte do falante) e as fracas (que geram maior comprometimento por parte do ouvinte). Essa ideia está em perfeito acordo com a TR, para a qual a comunicação é vista como um processo ostensivo-inferencial. Insistimos que o problema, a nosso ver, está na definição de explicatura como conteúdo explícito.

contas, a resposta de B só será relevante se B estiver se oferecendo para ajudar A (caso contrário, teríamos um custo de processamento muito alto para uma informação provavelmente irrelevante para A). Além disso, sabemos que falantes tendem a produzir estímulos relevantes, portanto, não seria de se esperar que B produzisse um estímulo que não possui relação com a pergunta de A. Assim, em um contexto em que está saliente que A precisa ver Paulo para lhe entregar algo e B diz que verá Paulo, não há outra conclusão senão de que B está lhe fazendo uma oferta.

O que esses exemplos mostram é que classificar implicaturas e explicaturas por seu grau de explicitude pode ser uma tarefa complicada. De fato, em todos os casos acima as implicaturas tem um grau de explicitude grande. Em *c*, por exemplo, a implicatura é a informação que atinge mais efeitos contextuais, uma vez que A precisa realizar uma tarefa e está sem tempo para fazer isso. Então, a explicatura “B vai ver Paulo de tarde” é provavelmente menos relevante para A. Consequentemente, é mais provável que A se lembre da oferta de B (a implicatura) do que da explicatura. Embora Carston (2002, 2005) e Sperber e Wilson (1986,1995) defendam que explicaturas podem ser mais ou menos explícitas, portanto, é provável que o ouvinte não seja capaz de diferenciar esses dois conteúdos de forma consciente, sobretudo quando se trata de uma implicatura fortemente implicada (como nos casos vistos acima). De fato, o que parece importar para o ouvinte são as conclusões que o processamento de determinado enunciado lhe permitiu chegar, e não a forma como esse processamento se deu. Ou seja, pode ser que um falante não seja capaz de identificar se o conteúdo de um enunciado é explícito ou implícito, uma vez que o que foi comunicado implicitamente lhe permitiu derivar muito mais conclusões – tendo tido, portanto, mais efeitos contextuais e se tornando, consequentemente, o conteúdo mais saliente. Por essa razão, o teste de Récanati tem uso duvidoso, especialmente se usado como ferramenta para testes com pessoas comuns. Essa crítica, porém, também atinge diretamente a TR, pois, como vimos, além da explicatura ser definida como o conteúdo explícito do enunciado¹⁴³, Carston (2002) afirma claramente que, na visão da Teoria da Relevância, o conteúdo da explicatura corresponde às intuições ordinárias de falantes e ouvintes sobre o conteúdo asseverado¹⁴⁴.

Não estamos querendo dizer, contudo, que a separação entre explicaturas e implicaturas não possa ter um caráter intuitivo. O que queremos dizer é que, em primeiro lugar, esse caráter intuitivo não é suficientemente claro para consistir em um teste confiável,

¹⁴³ Bach (1994) propõe um conceito similar àquele da explicatura; porém, em sua visão esses conteúdos são implícitos, razão pela qual em sua proposta o “dito enriquecido” é chamado de implicatura.

¹⁴⁴ Conforme citação transcrita à pag. 77.

como propõe Récanati; em segundo lugar, embora esse teste possa ser de auxílio para o teórico, ele certamente não funciona para o leigo, a não ser que, de alguma maneira, fossemos capazes de “ver” o processamento do enunciado ocorrendo. Até o momento, porém, não há nenhum teste experimental nesse sentido¹⁴⁵. O que tem ocorrido em muitos testes, provavelmente porque influenciados pela definição de explicatura da TR e pelo teste de Récanati, é que os experimentos consistem em simplesmente perguntar para os sujeitos o que foi dito em um determinado enunciado, confiando que ele será capaz de perceber a diferença entre explicaturas e implicaturas¹⁴⁶. Como admitem Nicolle e Clark (1999), em relação a seu experimento¹⁴⁷: “Não está claro, no entanto, se os sujeitos estão de fato discriminando entre o que foi dito e o que foi implicado, ou se suas escolhas são baseadas em algum critério alternativo (NICOLLE; CLARK, 1999:345).”¹⁴⁸

Uma questão que interfere nesses casos é que, ao refletir sobre um ato comunicativo, já estamos em um momento posterior à sua ocorrência. Portanto, na hipótese das implicaturas desse ato comunicativo não terem sido canceladas, elas passam a fazer parte do contexto assim como as explicaturas, e, portanto, não há mais distinção entre os dois níveis. Consequentemente, o falante provavelmente se recordará daquele conteúdo que obteve o maior número de efeitos contextuais naquele caso, pois esse será o conteúdo provavelmente mais saliente em sua memória sobre aquele diálogo. Mais uma vez, seria interessante a realização de experimentos *online*, que, de alguma maneira, não recorressem à memória dos participantes sobre o diálogo ouvido/lido, mas que conseguissem, de algum modo, monitorar o processo interpretativo.

Para finalizar essa seção, gostaríamos de apenas mencionar mais dois possíveis critérios, ambos sugeridos por Capone (2009). Em primeiro lugar, o teórico sugere que explicaturas comprometem os falantes mais fortemente com seus conteúdos do que as implicaturas. A nosso ver, porém, a noção de comprometimento é potencialmente tão complicada quanto a noção de “explicitude”. Ao retomarmos o enunciado (29), por exemplo, vemos que o comprometimento de B com a explicatura parece ser tão grande quanto seu comprometimento com a implicatura. De fato, provavelmente julgaríamos que B disse uma mentira ou quis nos enganar se ele cancelasse a implicatura em uma continuação do diálogo:

¹⁴⁵ Na hipótese de que tal monitoramento seja possível.

¹⁴⁶ Cappelen e Lepore (2005) também parecem entender a explicatura nesse sentido. Os autores propõem que o conteúdo da explicatura deve ser aquele relatado por um discurso indireto do tipo “ele disse que...”. Como os autores mostram, há muitas maneiras de relatar o que alguém disse. Portanto, esse não seria um critério válido.

¹⁴⁷ Alguns outros exemplos são Bezuidenhout e Cutting (2002) e Gibbs e Moise (1997).

¹⁴⁸ No original: “It’s unclear, however, whether subjects were in fact discriminating between what is said and what was implicated, or whether their selections were based on some alternative criterion.”

- (31) A: Preciso entregar este relatório para o Paulo, mas estou sem tempo.
 B: Eu vou ver ele de tarde.
 A: Nossa, você vai me quebrar um galho!
 B: Eu não disse que poderia entregar o relatório, só disse que vou ver ele.

Portanto, falantes parecem se comprometer fortemente com ao menos certas implicaturas dos enunciados que produzem.

O segundo critério sugerido por Capone, qual seja, que somente implicaturas seriam canceláveis, também parece ser problemático¹⁴⁹. Como argumenta Burton-Roberts (2006), mesmo implicaturas podem não ser canceláveis quando se trata de um ato comunicativo real¹⁵⁰:

[...]Isto é, elas [as implicaturas conversacionais particularizadas] não podem ser canceladas sem que haja contradição com o que foi pretendido. Isso se correlaciona com uma intuição óbvia: quanto mais evidente ou manifesta a intenção de um falante em implicar um conteúdo, menos cancelável será a implicatura.¹⁵¹
 (BURTON-ROBERTS, 2006, p.10)

Como vimos nessa seção, o Princípio da Disponibilidade proposto por Récanati não é capaz de diferenciar explicaturas e implicaturas, quanto mais se as intuições em questão forem pré-teóricas como ele sugere. Afinal, como procuramos mostrar, as intuições dos falantes não são confiáveis no que concerne a conteúdos explícitos e implícitos. Também vimos, rapidamente, dois critérios sugeridos por Capone, o qual propõe, em desacordo com a versão clássica da TR, que explicaturas teriam a propriedade de não serem canceláveis, além gerarem comprometimento dos falantes com seus conteúdos. Argumentamos, porém, que a cancelabilidade, assim como o comprometimento dos falantes com os conteúdos comunicados, são critérios problemáticos, embora mereçam ser melhor investigados.

3.7.3 CRITÉRIOS INSUFICIENTES

¹⁴⁹ Carston (2002) e Sperber e Wilson (1986, 1995), no entanto, rejeitam a hipótese de que explicaturas não possam ser canceláveis, uma vez que são tão inferenciais quanto as implicaturas e, portanto, suscetíveis na mesma medida de serem canceladas.

¹⁵⁰ Segundo essa interpretação, Grice pensou no conceito de contradição em relação ao dito, e não ao comunicado.

¹⁵¹ No original: “[...]that is, they cannot be cancelled without contradiction of what is intended. This correlates with an obvious intuition: the more evident or manifest a speaker’s intention to implicate, the less cancelable the implicature will be.”

Conforme o que vimos até aqui, podemos propor que há pelo menos três critérios usuais para distinguir as explicaturas de outros tipos de inferências¹⁵²:

- Critério lógico:
 - ➔ Teste do escopo: explicaturas ficam no escopo de operadores lógicos;
- Critério funcional:
 - ➔ Explicaturas funcionam como premissas para a derivação das implicaturas;
- Critério psicológico/intuitivo:
 - ➔ Explicaturas são explícitas (similar ao *Availability Principle* de Récanati)

No entanto, como podemos constatar, esses critérios não constituem condições necessárias e suficientes capazes de distinguir explicaturas de implicaturas. Essa é também a crítica de Levinson (2000):

Portanto, até o momento não temos um critério confiável para distinguir explicaturas e implicaturas, mesmo para propósitos terminológicos, e não há certamente indicação de que tal critério nos ajudaria substancialmente a entender a natureza das inferências em questão.¹⁵³ (LEVINSON, 2000, p.197)

Portanto, embora a distinção entre explicaturas e implicaturas tenha um grande apelo intuitivo, a falta de critérios para sua distinção abre caminho para críticas que questionam seu estatuto. De qualquer forma, essas implicaturas têm uma característica peculiar inegável: são capazes de influenciar nas condições de verdade do enunciado. Talvez esse seja o caminho mais seguro para propor uma futura distinção.

¹⁵² Embora Sperber & Wilson, assim como Carston, não deem definições exaustivas do conceito em seus textos.

¹⁵³ No original: “Thus, at the moment we have no reliable distinguishing criteria for the explicature/implicature distinction even for terminological purposes, and there is certainly no indication that any such distinction would substantially help us to understand that nature of the inferences in question.”

CONCLUSÃO

A Teoria da Relevância e a teoria das ICGs de Levinson, como vimos, apresentam fundamentos diferentes. Enquanto a TR busca dar explicações cognitivas para o processamento das implicaturas, Levinson possui uma abordagem mais focada na linguística, ainda que alguns aspectos de sua teoria (como o fato de propor que as ICGs são automáticas) o comprometam com questões ligadas a seu processamento. Também vimos que esses diferentes fundamentos dão origem a objetos que, embora se assemelhem, são de natureza distinta. O foco de Levinson são as informações estereotípicas ou comuns que, embora não estejam codificadas, são menos dependentes de contexto do que as implicaturas particularizadas. Essa característica é o que traça a linha divisória entre ICGs e ICPs em sua teoria. Além disso, como vimos, as ICGs são consideradas implicaturas automáticas, que não dependem de reconhecimento de intenções. A TR, por outro lado, traça uma linha divisória entre implicaturas e explicaturas utilizando uma noção intuitiva que diz respeito ao grau de “explicitude” dos conteúdos comunicados. Assim, as explicaturas são supostamente inferências mais fortes, sobre as quais os falantes têm uma responsabilidade maior.

Tendo em vista essas diferenças, nesse trabalho buscamos levantar problemas com as duas noções propostas pelas teorias, principalmente mostrando que as explicaturas e as ICGs não correspondem a conceitos bem definidos, com limites precisos. Por essa razão, essas inferências seriam entidades sem identidade clara. De fato, as ICG são definidas como implicaturas independentes de contexto e automáticas, no entanto, vimos que são canceladas muitas vezes, e que, além disso, dependem claramente do contexto em algumas situações. Também propomos que as ICGs não formam uma classe natural, devido a diferenças evidentes em relação às heurísticas e às fontes dessas implicaturas. Em relação à Teoria da Relevância, procuramos mostrar que o conceito de explicatura não possui limites claros ou testes que permitam diferenciá-lo, em cada caso, das implicaturas. Essas observações têm grande importância, especialmente tendo em vista a proliferação de experimentos que testam os dois modelos. Afinal, os experimentos não podem ter a palavra final nesse debate antes que entendamos o que exatamente está sendo testado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press, 1962.

BACH, Kent. Conversational implicature. *Mind and language*, v.9, p. 124-162, 1994.

_____. *Implicature vs. Explicature: what's the difference?* Workshop em “comunicação explícita” em homenagem a Robyn Carston. 31 de maio a 2 de junho de 2006. Disponível em: <http://userwww.sfsu.edu/~kbach/Bach.ImplExpl.pdf>. Acesso em 20 de novembro de 2013.

BAR-HILLEL, Yehoshua. Indexical Expressions. *Mind*, v. 63, p.359-379, 1954.

_____. Out of the pragmatic wastebasket. *Linguistic inquiry*, v. 2, p. 401-407, 1971.

BEZUIDENHOUT, Anne. & Cutting, John Cooper. Literal meaning, minimal propositions, and pragmatic processing. *Journal of Pragmatics*, v. 34, p. 433-456, 2002.

BEZUIDENHOUT, Anne; MORRIS, Robin. Implicature, Relevance and default pragmatic inference. In: NOVECK, Ira; SPERBER, Dan (orgs.). *Experimental Pragmatics*. Hampshire: Palgrave, 2004, p. 257-282.

BONNEFON et al. When some is actually all: Scalar inferences in face-threatening contexts. *Cognition*, v. 112, p. 249-258, 2009.

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BURTON-ROBERTS, Noel. Robyn Carston on semantics, pragmatics and 'encoding'. *Journal of Linguistics*, v. 41, p. 389-407, 2005.

_____. Cancellation and Intention. *Newcastle Working Papers in Linguistics*, v.12, p. 1-12, 2006.

CAPPELEN, Herman; LEPORE, Ernest. *Insensitive Semantics: A Defense of Semantic Minimalism and Speech Act Pluralism*. Oxford: Blackwell, 2005.

CAPONE, Alessandro. Are explicatures cancellable? Towards a theory of the speaker's intentionality. *Intercultural Pragmatics*, v. 6, p. 55-83, 2009.

CARSTON, Robyn. Implicature, explicature, and truth-theoretic semantics. In: KEMPSON, Ruth (org.). *Mental Representations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 155-181.

_____. *Thoughts and utterances: the pragmatics of explicit communication*. Oxford: Blackwell, 2002.

_____. Metalinguistic negation and echoic use. *Journal of Pragmatics*, v.25, p. 309-330, 1996.

_____. Relevance theory and the saying/implicating distinction. In: HORN, Laurence; WARD, Gregory (orgs.). *The handbook of pragmatics*. Oxford: Blackwell, 2004, p. 633-656.

_____. Relevance Theory, Grice and the neo-Griceans: a response to Laurence Horn's 'Current issues in neo-Gricean pragmatics'. *Intercultural Pragmatics*, v. 2, p. 303-319, 2005.

CARSTON, Robyn; HALL, Alice. Implicature and explicature. In: SCHMID, Hans-Jörg (org). *Cognitive Pragmatics*. Berlin: Walter de Gruyter, 2012, p. 47-84.

CHIERCHIA, Gennaro. Scalar implicatures, polarity phenomena, and the syntax/pragmatics interface. In: BELETTI, Adriana (org.). *Structures and Beyond*. Oxford: Oxford University Press, 2004, p.30-103.

CHOMSKY, Noam. *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton, 1957.

COHEN, Jonathan. Some remarks on Grice's views about the logical particles of natural language. In: BAR-HILLEL, Yehoshua (org.). *Pragmatics of Natural Languages*. Dordrecht: Reidel, 1971, p. 50-68.

COSTA, Jorge Campos da. *A relevância da pragmática na pragmática da relevância: a lógica não-trivial da linguagem natural*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 1984.

COSTA, Jorge Campos da. Comunicação e inferência em linguagem natural. In: *Letras de Hoje*, v. 40, n.1, 2005b, p. 107-133.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.

ESCANDELL-VIDALL, M. V. *Introducción a la pragmática*. 2. ed. Barcelona: Ariel, 2010.

FODOR, Jerry; PYLYSHYN, Zenon. Connectionism and cognitive architecture: a critical analysis. *Cognition*, v. 28, p. 3-71, 1988.

GAZDAR, Gerald. *Pragmatics: implicature, presupposition, and logical form*. New York: Academic Press, 1979.

GIBBS, Raymond; MOISE, Jessica. Pragmatics in understanding what is said. *Cognition*, v. 62, p. 51-74, 1997.

GRICE, H. Paul. Meaning. In: STEINBERG, Danny; JAKOBOVITS, Leon. *Semantics: a interdisciplinary reader in philosophy, linguistics and psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975 [1957], p. 52-65.

GRICE, H. Paul. Logic and conversation. In: COLE, Peter and MORGAN, Jerry. *Syntax and semantics*. V.3, Academic Press, 1975, p. 41-58.

HORN, Laurence. Toward a new taxonomy for pragmatic inference: Q-based and R-based implicature. In: SCHIFFRIN, Deborah. *Meaning, form, and use in context: linguistic applications*. Washington: Georgetown University Press, 1984, p. 11-42.

_____. *A natural history of negation*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

_____. Implicature. In: HORN, Laurence; WARD, Gregory (orgs.). *The handbook of pragmatics*. Oxford: Blackwell, 2004, p. 3-28.

HUANG, Yan. *Pragmatics*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

JASZCZOLT, Katarzyna. *Default semantics: foundations of a compositional theory of acts of communication*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

_____. Semantics/pragmatics boundary disputes. In: MAIENBORN, Claudia; VON HEUSINGER, Klaus; PORTNER, Paul. *Semantics: An International Handbook of Natural Language Meaning*, v. 3. Walter de Gruyter, 2011, p. 2333-2360.

HIGASHIMORI, Isao. Review article: Mental Representations: The Interface between Language and Reality. *English Linguistics*, v. 9, 1992, p. 335-356.

HIRSCHBERG, Julia Bell. A Theory of Scalar Implicature (Natural Languages, Pragmatics, Inference). Tese de doutorado. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1985.

LAKOFF, George; TURNER, Mark. *More than cool reason*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

LEECH, Geoffrey. *Principles of pragmatics*. Londres: Longman, 1983.

LEVINSON, Stephen. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

_____. Minimization and conversational inference. In: VERSCHUEREN, Jef; BERTUCCELLI-PAPI, Marcella (orgs.). *The Pragmatic Perspective*. Selected Papers from

the 1985 International Pragmatics Conference. Amsterdam: John Benjamins, 1987, p. 722-723.

_____. Three levels of meaning. In: PALMER, F. *Grammar and meaning*, Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 90-115.

_____. *Presumptive Meanings: the theory of generalized conversational implicature*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2000.

MOESCHLER, Jacques. *Conversational and Conventional Implicatures*. In: SCHMID, Hans-Jörg (org). *Cognitive Pragmatics*. Berlin: Walter de Gruyter, 2012, p. 405-433.

MORRIS, Charles. *Foundations of the theory of signs*. Chicago: University of Chicago Press, 1938.

NICOLLE, Steve; CLARK, Billy. Experimental pragmatics and what is said: a response to Gibbs and Moise, *Cognition*, v. 69, p. 337-54, 1999.

NOVECK, Ira. When children are more logical than adults: experimental investigations of scalar implicature. *Cognition*, v.78, p. 165-188, 2001.

RÉCANATI, François. The pragmatics of what is said. In: *Mind and language*, v. 4, 1989, p. 295-329.

_____. *Direct reference: from language to thought*. Oxford: Blackwell, 1993.

_____. *Literal meaning*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004a.

_____. Pragmatics and semantics. In: HORN, Laurence; WARD, Gregory (orgs.). *The handbook of pragmatics*, 2004b, p. 442-462.

_____. *Truth-Conditional Pragmatics*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

SBISÀ, Marina. After Grice: Neo- and post-perspectives. *Journal of pragmatics*, v. 38, p. 2223-2234, 2006.

SEARLE, John, Literal Meaning. *Erkenntnis*, v. 13, p. 207-224, 1978.

SILVEIRA, Jane Rita Caetano da. Teoria da Relevância: uma resposta à comunicação inferencial humana. In: IBAÑOS, A. M. T.; SILVEIRA, J.R.C. (org.). *Na interface semântica/Pragmática: programa de pesquisa em lógica e Linguagem Natural*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

SIMONS, Mandy. A Gricean View on Intrusive Implicatures. In: PETRUS, Klaus (org.), *Meaning and Analysis: New Essays on H. Paul Grice*, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2010.

STANLEY, Jason. Making it articulated. In: *Mind and Language*, v. 17, p. 149-168, 2002.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Relevance: communication and cognition*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

_____. Linguistic form and relevance. *Lingua*, v.90, p. 1-25, 1993.

_____. *Relevance: communication and cognition*. 2^a ed.. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

_____. A deflationary account of metaphor. *UCL Working Papers in Linguistics*, v. 18, p. 171-203, 2006.

SPERBER, Dan. Understanding verbal understanding. In: KHALFA, Jean (org.). *What is Intelligence?* Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 179-198.

WILSON, Deirdre. *Presupposition and non truth-conditional semantics*. Nova York: Academic Press, 1975.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Investigations*. Oxford: Blackwell, 1953.